

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica

**Drogadicção na juventude contemporânea:
a "intoxicação" pelo outro**

Bianca Bergamo Savietto

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UFRJ

Drogadicção na juventude contemporânea: a "intoxicação" pelo outro

Bianca Bergamo Savietto

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Marta Rezende Cardoso

Rio de Janeiro

Fevereiro/2010

**Drogadicção na juventude contemporânea:
a "intoxicação" pelo outro**

Bianca Bergamo Savietto

Orientadora: Marta Rezende Cardoso

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Aprovada por:

Profa. Dra. Marta Rezende Cardoso

Prof. Dr. Luís Claudio Figueiredo

Profa. Dra. Claudia Amorim Garcia

Profa. Dra. Ana Lila Lejarraga

Profa. Dra. Regina Herzog

Rio de Janeiro

Fevereiro/2010

Savietto, Bianca Bergamo

Drogadicção na juventude contemporânea: a “intoxicação” pelo outro.
Bianca Bergamo Savietto. Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2010

173 f. ; 29,7 cm

Orientadora: Marta Rezende Cardoso

Tese (Doutorado) – UFRJ/IP/Programa de Pós-graduação em
Teoria Psicanalítica, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 167-173

1. Drogadicção. 2. Juventude. 3. Família. 4. Psicanálise. 5. Tese
(Doutorado). I. Cardoso, Marta Rezende. II. Universidade Federal do
Rio de Janeiro/ Instituto de Psicologia/ Programa de Pós-graduação
em Teoria Psicanalítica. III. Título

Agradecimentos

À minha avó, “alma viajeira”, por ter me ensinado, simplesmente com sua existência, o sentido das palavras *esperança*, *força* e *coragem*. Não há dia em que você não esteja ao meu lado.

À minha mãe, por seu amor incondicional, por seu afeto infinito.

Às amizades construídas e àquelas fortalecidas em Paris, durante o doutorado sanduíche.

Sobretudo à Mariana, ao Camilo e ao Gustavo, faróis da minha cidade-luz.

Aos amigos do Rio, de sempre, resistentes às provas do tempo e da distância.

Em especial ao Danilo, à Diane, à Liz e à Luna, pelas discussões que me permitiram encarar o desafio de, pela primeira vez, dividir com tantos alguns fragmentos da minha clínica.

À Adriana Lasalvia, por me ajudar a me encontrar todas as vezes em que me perco.

À Marta Rezende Cardoso, pela orientação investida e precisa, pela aposta e, acima de tudo, pelo carinho.

Ao Pedro Henrique Bernardes Rondon, por bem mais que uma revisão cuidadosa.

À CAPES, pela bolsa que financiou esta pesquisa tanto no país quanto no exterior.

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu guapito, Marcelo.

Você é mais do que sei.

Resumo

Drogadicção na juventude contemporânea: a "intoxicação" pelo outro

Bianca Bergamo Savietto

Orientadora: Marta Rezende Cardoso

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Nosso objetivo é investigar o fenômeno da drogadicção na juventude contemporânea, enfocando a confluência dessa problemática com elementos próprios à família na qual os jovens se desenvolvem. Analisamos, privilegiadamente, aspectos intrínsecos ao âmbito da família atual, que constituem entraves aos processos de subjetivação dos jovens, à sua caminhada rumo à independência, e concorrem para o estabelecimento de adicção às drogas. Nas famílias dos jovens toxicômanos da atualidade parece haver persistência de relações predominantemente narcísicas, implicando confusão de lugares.

Examinamos especificidades do funcionamento psíquico do sujeito drogadicto, como a tendência radical à descarga, e falta de mobilização de forças para verdadeiro trabalho psíquico. Tal dinâmica está dominada pelo registro além do princípio de prazer, sob as forças de descarga e do desligamento, evidenciadas na compulsão à repetição. Sendo compulsivo, o recurso ao objeto-droga indica envolvimento de tipo peculiar de dependência – dependência patológica, contrária à progressiva diferenciação entre sujeito e objeto, e entre instâncias psíquicas.

A evacuação da excitação psíquica é buscada pelo compulsivo abuso de substâncias tóxicas. Porém, a tendência à descarga total é freada pela repetitiva utilização dessas mesmas substâncias. A busca de onipotência e satisfação absoluta revela dependência e desamparo, e tentativa paradoxal de escapar. Também exploramos

tais paradoxos, dando relevo à dimensão de automedicação, de “autotratamento” da drogadicção. O sujeito toxicômano procura marcadamente abrigar-se no registro da onipotência, para não se esvair no nada absoluto da descarga radical. Entretanto, quanto mais o eu tenta se afirmar num “fechamento narcísico”, mais se faz, paradoxalmente, desaparecer.

Palavras-chaves: Drogadicção – Juventude – Família – Psicanálise – Tese
(Doutorado)

Rio de Janeiro
Fevereiro/2010

Abstract

Addiction to drugs in contemporary youth:
“intoxication” by the other

Bianca Bergamo Savietto

Tutor: Marta Rezende Cardoso

Abstract of the Thesis presented to the Post-graduation Programme of Psychoanalytic Theory, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, as a part of the requisite for obtaining the Doctor's Degree in Psychoanalytic Theory.

Our aim is to investigate the phenomenon of addiction to drugs in contemporary youth, focusing the confluence of that problem with elements of the family in which these youths develop. We prioritize the analysis of features that are intrinsic to current days’ families, and which are hindrances to subjectivation processes of youths in their way toward independence, and that concur to settling addiction to drugs. In the families of current days’ young drug-addicts there seems to have persisted prevalingly narcissistic relationships, implying a confusion of places.

We examine the specificities of psychic functioning of the subject addicted to drugs, like the radical tendency to discharge, and the lack of mobilization of forces toward true psychical work. Such dynamics is dominated by the register beyond the pleasure principle, under the forces of discharge and unbinding, evidenced in repetition compulsion. Being compulsive, the resource to the drug-object points to the involvement of a peculiar kind of dependence – pathological dependence, opposed to the growing differentiation between subject and object, and between psychical agencies.

The evacuation of the psychical excitation is sought out through the compulsive abuse of toxic substances. The tendency to total discharge, however, is held back through the repetitive utilization of these same substances. The search for omnipotence and absolute satisfaction reveals dependence and helplessness, and a paradoxical essay

to escape. We explore such paradoxes too, emphasizing the addiction to drugs' dimension of self-medication and "self-treatment". The drug-addicted subject relevantly seeks to get shelter in the register of omnipotence, in order not to vanish in the absolute nothingness of the radical discharge. Nevertheless, the more the ego tries to affirm itself in a "narcissistic closing", the more it runs into vanishing.

Keywords: Addiction to drugs – Youth – Family – Psychoanalysis – Thesis (Doctor's grade)

Rio de Janeiro

February/2010

Sumário

Introdução	14
I – Adicções e dependência: situando a drogadicção	20
I.1. O funcionamento psíquico na drogadicção.....	20
I.2. Dependência normal versus dependência patológica	24
I.3. Para além da dependência: escravidão, urgência e deserotização	27
I.4. A adicção como resposta paradoxal.....	31
I.5. Encontros primários: o trabalho do negativo	36
I.6. A dívida no seio da adicção	41
II – O jovem em seu meio familiar: um desamparo sem fim?	47
II.1. Contribuições sobre o prolongamento da adolescência	49
II.2. A idealização da adolescência no cenário cultural contemporâneo.....	53
II.3. Autoridade, hierarquia e assimetria: importância simbólica	56
II.4. Considerações sobre a família: transformação e instabilidade.....	60
II.5. Breves notas sobre a noção de desamparo	63
II.6. Sobre o “desmapeamento”.....	64
II.7. A juventude “desmapeada” dos pais de nossos jovens.....	66
II.8. O traumático e sua transmissão: duas gerações de jovens.....	68
II.9. Estabelecendo algumas bases da resistência ao luto objetal: incorporação versus introjeção	72
II.10. Estabelecendo mais algumas bases da resistência ao luto objetal.....	76
III – Drogadicção na juventude contemporânea: considerações sobre o “incestual” e os ideais	80
III.1. O “incestual” e a primazia de vínculos narcísicos	81
III.2. O “incestual” e o "anti-edipiano": impasses narcísicos	85
III.3. A apropriação subjetiva: possíveis entraves	88
III.4. O ego ideal	92
III.5. O ideal do ego	94
III.6. Sublimação versus idealização	97
III.7. Os ideais e o funcionamento psíquico do jovem drogadicto contemporâneo.....	101
III.8. Passagens e bloqueios	105
IV – Da abertura (mortífera) para o outro ao fechamento (narcísico) pela droga	111
IV.1. Drogadicção: a sexualidade “como um tóxico”.....	111
IV.2. Circularidade e onipotência	114
IV.3. Da intoxicação “primária” à intoxicação pela droga.....	121

IV.4. A toxicidade de uma captura narcísica	123
IV.5. Abertura (mortífera) e fechamento (narcísico).....	128
IV.6. Sobre a esperança	131
IV.7. Esperanças para a esperança: breves considerações clínicas	136
Considerações finais.....	140
Referências bibliográficas.....	167

“Não sou nada.
Nunca serei nada.
Não posso querer ser nada.
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.”
(PESSOA, 1928/1995, p. 362)

Introdução

A presente tese de doutorado, cuja pesquisa teve início no ano de 2006, configura-se como trabalho de continuidade à pesquisa e à dissertação de mestrado, apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro nesse mesmo ano. Tal dissertação explorou a questão do atual incremento do fenômeno das passagens ao ato entre os sujeitos adolescentes. Seu foco principal consistiu na confluência da problemática das passagens ao ato com certos aspectos da organização familiar contemporânea. A análise desses aspectos apoiou-se em sólida apreciação acerca da noção de transmissão psíquica, noção que nos permitiu articular os diversos elementos envolvidos na questão central que, naquela ocasião, nos ocupou.

Nesse trabalho anterior examinamos como os adolescentes da atualidade vêm apelando, de maneira insistente, à convocação do corpo sob a forma do ato, o qual possui caráter de resposta extrema a que o ego pode recorrer diante de vivência interna de transbordamento pulsional, aliada a estado de fragilidade narcísica. As passagens ao ato apontam para a dimensão do traumático, para o campo do irrepresentável, para uma violência psíquica radical que põe em risco a integridade do psiquismo e diante da qual o aparelho mental tende, exatamente, a responder por meio da compulsiva repetição de algum tipo de ação. Verificamos que o apelo a esse recurso é observado com destaque em muitas das manifestações psicopatológicas que fazem parte do grupo das “novas patologias”¹: nos transtornos alimentares, em que o sujeito consome a comida de modo continuado e compulsivo; na anorexia nervosa, na qual o sujeito recusa a comida de forma imperativa; na drogadicção, em que abusiva e repetidamente o sujeito utiliza substâncias tóxicas; nas demais adicções, que sempre se expressam pela busca compulsiva do objeto.

A título de conclusão na dissertação, avançamos a intenção de realizar um recorte em nosso objeto de estudo, a fim de enfatizar a especificidade da problemática

¹ Utilizamos o termo “novas patologias” entre aspas porque, apesar de considerarmos que tais patologias não são exatamente novas, isto é, não são patologias próprias, somente, ao cenário psicopatológico contemporâneo, julgamos sua incidência nesse cenário como demasiadamente significativa e como engendradora de novas reflexões sobre a prática clínica e o referencial teórico psicanalíticos.

da drogadicção. Esta tese de doutorado visa cumprir tal propósito, de modo que seu objetivo central é investigar alguns aspectos do fenômeno da drogadicção na juventude contemporânea. É possível perceber que se antes, no decorrer da pesquisa de mestrado, trabalhamos com a noção de *adolescência*, agora estamos privilegiando a noção de *juventude*. Isso porque apesar de ser fato que a dimensão de violência psíquica atravessa sempre a passagem pela adolescência, parece-nos que, na atualidade, esta violência interna encontra-se recrudescida, emperrando a “superação” da condição adolescente e a entrada do sujeito na vida adulta. Desse modo, notamos um alongamento desta etapa da vida psíquica, e a conseqüente subsistência de características próprias à adolescência em jovens adultos.

Encaramos a disseminação do fenômeno da drogadicção entre os jovens (sejam eles adolescentes ou jovens adultos “encruados”) – fenômeno que envolve em sua base, conforme dissemos sobre a adolescência e as passagens ao ato em geral, dimensão de violência psíquica – como uma das mais graves situações-limite enfrentadas hoje pelas sociedades desenvolvidas ou em desenvolvimento. Trata-se de questão de saúde e de segurança públicas, à qual vêm se dedicando com afincos governos, organizações não governamentais, a Organização das Nações Unidas e teóricos das mais diversas áreas. Contamos atualmente com o Dia Internacional contra o Tráfico e o Abuso de Drogas, celebrado em 26 de junho. No ano de 2009, em comemoração a essa data, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime lançou o seu último Relatório Mundial sobre Drogas, manifestando especial preocupação com o crescimento da produção e do consumo de drogas sintéticas (UNODC, 2009).

Não nos restringiremos, no presente trabalho, à especificidade de tais drogas. Tampouco reduziremos esta investigação à adicção às drogas ilícitas; quando falarmos seja de *drogadicção*, seja de *toxicomania*, seja de *adicção às drogas*, seja de *abuso de substâncias tóxicas*, etc., estaremos englobando o uso adictivo tanto das drogas ilícitas quanto do álcool, assim como as mais variadas combinações possíveis. Essa última afirmação indica que reconhecemos a existência de diferentes formas de se utilizar substâncias tóxicas, sendo que nos debruçaremos sobre um modo de uso específico, o adictivo, o qual envolve um conjunto particular de pontos essenciais, como, por exemplo, o mecanismo interno da compulsão à repetição e um tipo peculiar de dependência.

É premente salientar, desde já, que nos situamos junto àqueles que compreendem a drogadicção, ou a toxicomania, dentro da perspectiva dos estados limites, isto é, que a compreendem como patologia fundamentalmente ligada à questão das fronteiras da vida psíquica – remetemo-nos “em particular, aos limites entre o eu e o outro, ou seja, à importância que o problema da alteridade, tanto externa quanto interna, possui nesses casos” (CARDOSO, 2006, p. 2). De acordo com Pierre Noaille (2001), o primeiro estado-limite conceitualizado como tal no campo psicanalítico foi a toxicomania, o que leva esse autor a afirmar que a relação entre ela e os estados limites é responsável pelo próprio nascimento do conceito de estado-limite.

É crucial, também, sublinhar que esta pesquisa acerca do fenômeno da drogadicção na juventude contemporânea tem como eixo fundamental a articulação da intensificação dessa problemática com alguns elementos intrínsecos ao âmbito da família dos dias atuais. Além disso, cabe ressaltar a pertinência e o vigor que atribuímos à seguinte idéia: a família de que estamos tratando é aquela em que os jovens são filhos de pais que vivenciaram sua própria juventude no final da década de sessenta e no decorrer da década de setenta do século XX. Para ilustrar a relevância que pensamos ter o fato dos pais de nossos jovens terem vivenciado sua própria juventude nesse período, apreciemos algumas considerações quanto ao emblemático ano de 1968:

Quarenta anos depois, 68 continua enigmático, estranho e ambíguo como um adolescente em crise existencial. Ele foi o ano da livre experimentação de drogas. Das garotas de minissaia. Do sexo sem culpa. Da pílula anticoncepcional. (...). Foi, em suma, o ano do “êxtase da História”, para citar uma frase do sociólogo francês Edgar Morin, um dos pensadores mais importantes do século XX. Foi um ano que, por seus excessos, marcou a humanidade. As utopias criadas em 68 podem não ter se realizado. Mas mudaram para sempre a forma como encaramos a vida (SEGALLA, 2008, p. 61).

A história psíquica parental nos parece ser de suma importância no que diz respeito ao incremento do recurso ao abuso de drogas por parte dos jovens da atualidade, merecendo destaque entre os diversos fatores que determinam esse incremento. Nesse sentido, André Green, ao descrever os sujeitos das patologias narcísicas, as quais vêm ganhando largo espaço entre os jovens contemporâneos – e, como sustentaremos ao longo de nosso desenvolvimento teórico, a toxicomania pode ser entendida como patologia narcísica – alude a “feridas em carne viva” provocadas justamente por “decepção” com as figuras parentais (GREEN, 1988, p. 17). Entretanto, julgamos que esta questão da particularidade histórica que marca a juventude, e o pertencimento geracional, dos pais dos jovens de hoje não vem sendo devidamente

destacada. Sendo assim, nos concentraremos nessa via de análise, dando-lhe visibilidade teórica e clínica.

O percurso que seguiremos possui, em linhas gerais, a estrutura a seguir: no primeiro capítulo, discorreremos sobre especificidades do funcionamento psíquico do sujeito drogadicto, procurando mostrar que tal funcionamento acha-se dominado por um registro situado além do princípio de prazer, sob a presença das forças de descarga e do desligamento. Veremos como o recurso ao objeto-droga, ao se configurar como compulsivo na drogadicção, indica que um tipo peculiar de dependência está em jogo nessa patologia. Definiremos que tipo peculiar de dependência é este, e assinalaremos que ele não entra em cena só na toxicomania, mas também nas condutas adictivas em geral. Ou seja, situaremos a drogadicção no campo mais amplo das adicções, e analisaremos, para além da dependência, outros pontos que se constituem como centrais nesse campo – a questão da escravidão, da urgência, da deserotização e da dívida, assim como a concepção da adicção como resposta paradoxal e como patologia compreendida sob a ótica dos estados limites. Na base dessa dupla concepção, está a hipótese da existência de impasses ligados àquilo que Green denomina trabalho do negativo; logo, uma reflexão acerca desse trabalho será elaborada.

No segundo capítulo, abordaremos a temática da adolescência / juventude que habita o contexto cultural e familiar dos dias de hoje. É aí que aprofundaremos a questão do atual prolongamento da adolescência, construindo uma via de explicação original para essa problemática. Apresentaremos o pensamento de alguns autores sobre a exacerbada valorização da adolescência em voga na cultura contemporânea. Porém, apesar darmos lugar para aspectos ligados à temática em questão que são próprios ao âmbito mais abrangente da cultura, privilegiaremos aqueles concernentes ao meio familiar da atualidade. Nesse sentido, comporemos um panorama contemplando a progressiva fragilização da autoridade simbólica em tal meio, apontando conseqüências do processo que culminou nessa fragilização tanto para os jovens da contemporaneidade quanto para suas figuras parentais – e, sobretudo, para as relações estabelecidas entre eles. O que visamos, fundamentalmente, neste capítulo, é descrever possíveis entraves, engendrados pelos diferentes elementos recém-anunciados, aos processos de subjetivação desses jovens, à sua entrada na vida adulta e, enfim, à sua caminhada rumo

à independência, demonstrando que tais entraves contribuem para o estabelecimento de adicção às drogas.

Ao final do segundo capítulo, avançando em direção ao terceiro, examinaremos características comumente presentes, especificamente, na família dos jovens toxicômanos da atualidade. No terceiro capítulo, então, exploraremos em que consiste um quadro familiar “incestual”, pois supomos que é em quadro familiar de tal natureza que se acha, freqüentemente, inserido esse jovem. A partir da análise da persistência de relações predominantemente narcísicas, e daquilo que se opõe ao confronto com a alteridade, ambos envolvidos num quadro familiar “incestual”, problematizaremos a questão da constituição narcísica. A análise dos elementos enunciados nos permitirá falar de aspectos essencialmente relacionados à dimensão narcísica das figuras parentais dos jovens drogadictos contemporâneos; aspectos estes que, a nosso ver, interferem no caminho rumo à sólida constituição do narcisismo filial, já que geram empecilhos a algo indispensável: a apropriação subjetiva.

Lidando com possíveis imbricações entre a dimensão narcísica parental e a filial, e tendo em vista que a conjugação do narcisismo dos pais ao da criança produz como herdeiro mais dominante o ego ideal, escreveremos sobre essa instância psíquica. Escreveremos também sobre o ideal do ego, uma vez que enxergamos necessária distinção entre as duas instâncias. A tomada em consideração da temática dos ideais abarcará não só a compreensão e a articulação do conceito de narcisismo, mas, do mesmo modo, dos conceitos de identificação, idealização e sublimação. Ainda no seio do terceiro capítulo elaboraremos hipóteses acerca da organização do ego ideal e do ideal do ego no que se refere ao funcionamento mental do jovem toxicômano contemporâneo.

Finalmente, no quarto capítulo, ressaltaremos o ângulo paradoxal de automedicação, de autotratamento, que está em jogo na toxicomania. Destacaremos que uma circularidade ligada ao corpo e uma fuga para o registro da onipotência configuram-se como pontos marcantes dessa patologia, e exporemos uma primeira vinheta clínica a fim de ilustrar tais pontos. Os vínculos do sujeito drogadicto com suas figuras parentais assumirão, uma vez mais, realce em nossa pesquisa. Proporemos que as relações entre o jovem drogadicto da atualidade e seus pais são atravessadas por dupla toxicidade e por dupla abertura mortífera, diante das quais esse jovem procura

escapar, paradoxalmente, por meio da intoxicação pela droga. Ante essa proposta, indagaremos: existe lugar para a esperança nas relações entre o jovem toxicômano de hoje e suas figuras parentais?

Nossa última empreitada consistirá, então, em uma reflexão acerca da noção de esperança, dentro de uma abordagem psicanalítica com base em considerações filosóficas, e vinculada à temática dos ideais e à questão do trabalho de luto. Essa reflexão nos fornecerá subsídios para pensar sobre a indagação formulada acima. Ela nos possibilitará ainda, juntamente com a exposição de uma segunda vinheta clínica, tecer breves e iniciais considerações sobre a clínica do paciente sem esperança.

I – Adicções e dependência: situando a drogadicção

Conforme afirmamos em nossa introdução geral, investigaremos um modo de uso específico de substâncias tóxicas: o uso adictivo. Nesse sentido, é importante notar que nem todo uso dessas substâncias conduz ao estabelecimento de uma conduta adictiva, de forma que a droga em si não deve ser enxergada como “o agente que captura o homem como um alienígena” (GURFINKEL, 1993, p. 139). Sendo assim, iniciaremos este capítulo deslocando o foco da droga em si para a organização mental subjacente ao tipo de uso que nos propusemos a analisar. Ou seja, examinaremos algumas especificidades do funcionamento psíquico do sujeito drogadicto. Por meio desse exame será possível vislumbrar que um tipo peculiar de dependência está em jogo na drogadicção – tipo peculiar de dependência que se configura como ponto essencial das condutas adictivas de maneira geral.

Outros aspectos centrais às adicções constituem-se como fundamentais à abordagem da temática da drogadicção, e serão igualmente apreciados. Trata-se, aqui, de construir um percurso em direção ao nosso objeto de estudo, a drogadicção na juventude contemporânea, percurso que não pode prescindir, primeiramente, do encontro com questões relativas às condutas adictivas de maneira geral. Entre elas daremos destaque, para além da questão da dependência mas a ela ligadas, às questões da escravidão, da urgência e da deserotização, assim como à concepção da adicção como resposta paradoxal e como patologia compreendida sob a ótica dos estados limites.

Um último ponto inerente aos estados limites, o qual diz respeito à ideia de algo que não tem forma própria ou cuja forma é inacabada, será ainda contemplado. Isso porque tal ponto possui articulação com uma noção de suma relevância à reflexão acerca das adicções: a noção de dívida.

1.1. O funcionamento psíquico na drogadicção

Utilizando a metapsicologia freudiana para refletir sobre o funcionamento mental do sujeito drogadicto, Decio Gurfinkel (1993, op. cit.) desenvolve, dentre outros pontos, uma análise acerca de um dos princípios que governam a nossa vida psíquica: o princípio de prazer. Freud (1911/1976), ao tecer suas “Formulações sobre os dois

princípios do funcionamento mental”, sustenta que o princípio de prazer se faz exercer no psiquismo por meio dos processos primários, os quais empregam forças para obter prazer e, também, para evitar desprazer. Gurfinkel procura, exatamente, enfatizar a existência destas duas dimensões do princípio de prazer: a da busca ativa do prazer, do esforço efetuado pelo aparelho psíquico para alcançá-lo, e a da evitação do desprazer. Para esquivar-se do desprazer o psiquismo também necessita mobilizar forças; Freud mesmo escreve que “o ego-prazer nada pode fazer a não ser *querer*, trabalhar para produzir prazer e evitar o desprazer” (FREUD, 1911/1976, op. cit., p. 283. Grifo do autor).

Muitas vezes é possível que se observe no uso de drogas, tanto a tentativa de obtenção de prazer quanto a de supressão do desprazer, por meio das sensações corporais agradáveis e da construção de devaneios, que podem ser experienciadas com a intoxicação. Entretanto, no caso das toxicomanias, o que se observa é a tendência radical do aparelho mental à descarga, à evacuação da excitação psíquica, levada a cabo por uma espécie de “curto-circuito” do qual os processos de elaboração, de representação, de edificação de fantasias estão excluídos (Gurfinkel, 1993, op. cit.; Jeammet, 1999; Mayer, 2001). Nesse “curto-circuito”, portanto, acha-se carente a mobilização de forças para a efetivação de verdadeiro trabalho psíquico. Devido à exclusão dos processos que envolvem autêntico trabalho psíquico em tal “curto-circuito”, Geneviève Bourdellon, jogando com as palavras, também o considera como um circuito curto. Ela afirma que este circuito curto “parece, de saída, liberar magicamente o sujeito da necessidade de pensar, de sofrer a realidade externa e sua realidade interna (...)” (BOURDELLON, 2004, p. 441. Tradução nossa).

A radicalidade da tendência à descarga que caracteriza o funcionamento mental do sujeito drogadicto permite-nos supor, da mesma forma que o faz Gurfinkel, que tal funcionamento não se encontra governado pelo princípio de prazer, e que tampouco se trata da substituição desse princípio pelo de realidade, já que Freud nos ensina que:

Na realidade, a substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade não implica a deposição daquele, mas apenas sua proteção. Um prazer momentâneo, incerto quanto a seus resultados, é abandonado, mas apenas a fim de ganhar mais tarde, ao longo do novo caminho, um prazer seguro (FREUD, 1911/1976, op. cit., p. 283).

Quando, com a finalidade de proteger o psiquismo, o princípio de realidade se estabelece de modo preponderante no lugar do princípio de prazer, aspectos

significativos podem ser notados, tais como: a capacidade de suportar a ausência do objeto, a tolerância à frustração, a disposição para a espera da satisfação. Porém, esses aspectos mostram-se falhos no funcionamento psíquico do sujeito toxicômano, o qual é marcado, dentre outros elementos, pela dificuldade de suportar o afastamento do objeto, pela inadmissibilidade da frustração, pela exigência de satisfação imediata e de tipo absoluto – satisfação que protege o sujeito do confronto com a falta e o conflito.

A resistência do toxicômano à ausência do objeto está articulada a outro aspecto intrínseco ao seu funcionamento mental: a precariedade dos processos de representação, no que diz respeito a certos elementos. Apoiando-se nas ideias de Nicolas Abraham e Maria Torok, Pierre Noaille (2001) afirma que aprender a representar significa aprender a representar a falta, isto é, substituir a ausência por palavras, figurar a presença por meio da linguagem. Porém, na toxicomania certos elementos carecem de representação, e as dificuldades quanto à elaboração de um conflito no interior da cena psíquica fazem-se notar no próprio agir destes sujeitos; agir por meio do qual o objeto-droga é mantido permanente e concretamente perto – mais exatamente, *dentro*. Cabe aqui ressaltar novamente a ligação entre as toxicomanias e uma problemática relativa aos limites entre o dentro e o fora, entre o interno e o externo, entre o eu e o outro.

Retomando a questão da tendência radical do psiquismo do sujeito drogadicto à evacuação da excitação psíquica, agora tendo em vista também alguns outros aspectos contemplados acerca de seu funcionamento mental, pensamos ser possível declarar que tal funcionamento se dá para além do princípio de prazer. Gurfinkel escreve, a propósito dessa tendência, que ela equivale

a um processo destrutivo de ataque ao objeto que frustra, ataque à ligação ao objeto, mas, principalmente, de ataque ao próprio aparelho psíquico e seu funcionamento; assim, a “solução final” (...) é a destruição do próprio “aparelho de perceber”. É esta tendência que observamos nas toxicomanias mais graves; um sinal muito importante aqui é a tendência à eliminação paulatina dos processos de representação (...). No limite, é puro ato, puro êxtase (GURFINKEL, 1993, op. cit., p. 157).

Para que Eros se manifeste no funcionamento mental permitindo que o princípio de prazer o governe e que tal governança seja posteriormente substituída pela do princípio de realidade, é preciso que haja mediação que conduza a pulsionalidade às ligações. O ataque à ligação ao objeto – apontado por Gurfinkel como inerente à tendência mais radical à descarga – evidencia a insuficiência dos processos de mediação e de ligação no psiquismo do toxicômano. Esse ataque indica, portanto, a presença do

disparar das forças de descarga e do desligamento no psiquismo desse sujeito, presença característica de um funcionamento para além do princípio de prazer.

Luís Cláudio Figueiredo explica que aquilo que vai assinalar um funcionamento psíquico para além (ou “aquém”) do princípio de prazer é exatamente a crise da mediação simbólica, a crise da capacidade de ligação. Baseando-se nas elaborações teóricas de André Green, ele descreve a operação do psiquismo para além do princípio de prazer como operação “em que as funções de desligamento e desobjetalização operam com todo vigor e são as mais evidentes na compulsão à repetição (...)” (FIGUEIREDO, 2003, p. 151).

Green, ao refletir sobre a “redução das tensões ao nível zero” – redução envolvida na tendência mais radical à evacuação da excitação psíquica – a coloca como “a aproximação da morte psíquica” (GREEN, 1988, op. cit., p. 23). Na mesma direção, Figueiredo, visando maior entendimento das manifestações da compulsão à repetição, traça uma correspondência entre tais manifestações repetitivas e as “manifestações da chamada ‘pulsão de morte’, isto é, da pulsão em busca de descarga a qualquer preço (...)” (FIGUEIREDO, 2003, op. cit., p. 151-152).

Logo, o recurso repetitivo ao abuso de substâncias tóxicas, a descarga propiciada por esse recurso – descarga que tende a evacuar a excitação dispensando verdadeiro trabalho psíquico – podem ser entendidos como manifestação do desequilíbrio de forças entre Eros e Tanatos no aparelho mental do drogadicto, com “vantagem” para a pulsão de morte. Ademais, este recurso ao objeto-droga, ao se configurar como abusivo, repetitivo e compulsivo, indica que está em jogo um tipo peculiar de dependência com relação a esse objeto. É fundamental assinalarmos a existência de uma peculiaridade no que diz respeito à dependência própria à drogadicção.

No próximo tópico discorreremos sobre esse tipo de dependência. Entretanto, antes de finalizarmos o presente tópico, gostaríamos de declarar que compreendemos a compulsão à repetição já como resposta ao traumático, resposta à organização do funcionamento mental para além do princípio de prazer. Marta Rezende Cardoso (2007) escreve que é precisamente diante da insistência do traumático na clínica, isto é, diante de situações clínicas em que o ego se encontra internamente invadido por um pulsional mortífero que excede a sua capacidade de simbolização, que Freud se volta para o mecanismo da compulsão à repetição como modalidade de resposta egóica.

Paul-Laurent Assoun, por sua vez, afirma que “a compulsão é mais que uma seqüela (passiva) do trauma” (ASSOUN, 1994, p. 351. Tradução nossa) e que ela abarca uma forma paradoxal de resposta. Ele chega a definir a compulsão à repetição como “princípio *sui generis*”, princípio que visaria à dominação da excitação não ligada. Por meio da compulsão tal excitação não chega a alcançar simbolização no psiquismo, mas é possível que se fale aí em pré-ligação, a qual se configura como pré-condição para a simbolização. Afinal, se uma pré-ligação não estivesse envolvida na compulsão à repetição, esta jamais poderia ser pensada como potencialmente capaz de abrir a via da simbolização.

Posto isso, analisemos a peculiaridade da dependência própria à drogadicção, na qual o mecanismo interno da compulsão à repetição assume, juntamente com demais elementos, lugar privilegiado.

1.2. Dependência normal versus dependência patológica

A dependência, na realidade, inscreve-se no processo geral de hominização, uma vez que o desenvolvimento do corpo e do psiquismo humanos só é possível por meio do contato, do acolhimento e da ajuda de outros humanos. Desse modo, a dependência configura-se como aspecto inerente à condição humana. Estamos todos submetidos a inúmeras dependências como, por exemplo, para além da dependência ao outro (ao seu contato, acolhimento, ajuda), à dependência ligada aos ideais coletivos e àquela relacionada à linguagem (Bourdellon, 2004, op. cit.; McDougall, 2001).

Sendo assim, Bourdellon (2004, op. cit.) elabora uma diferenciação entre dependência normal e dependência patológica. Na base da dependência normal estaria a ocorrência de progressiva autonomização do sujeito com relação aos objetos primários. Nesses casos, os objetos primários seriam capazes de interpretar os afetos para a criança, a qual, por sua vez, introjetaria a função continente que permitiria sua autonomização. Criança e objetos primários sairiam gradualmente, então, daquilo que a autora denomina ilusão, havendo a descoberta do não eu, isto é, do outro, por parte da criança.

Apesar de não utilizar os termos “dependência normal” e “dependência patológica”, Catherine Chabert (2006), ao escrever sobre a questão da dependência, também distingue os casos em que ocorre evolução harmoniosa rumo à capacidade de autonomia do indivíduo, daqueles que se dão na via oposta dessa “evolução”. Segundo

essa autora, a capacidade de autonomia do indivíduo, ou seja, a qualidade de seus recursos internos, possuiria estreita relação com a qualidade de seus primeiros vínculos objetais. Tal qualidade possibilitaria a constituição de uma base narcísica, fornecendo ao sujeito um território próprio a ser investido, com limites relativamente estáveis e constantes, e assegurando a garantia de sua continuidade. A qualidade de tais vínculos, portanto, determinaria a ocorrência de evolução harmoniosa rumo à capacidade de autonomia, rumo à progressiva diferenciação sujeito/objeto, assim como à diferenciação interna das instâncias psíquicas.

Quanto à dependência patológica – que supomos como o tipo de dependência que está em jogo na drogadicção – pode-se estabelecer significativa articulação entre a fixação ao objeto de dependência presente nestes casos e as dificuldades na organização das relações primárias. Os vínculos primários, nos casos de dependência patológica, não introduziriam a percepção das diferenças, seriam especulares; deste modo, sujeito e objeto permaneceriam aí insuficientemente diferenciados, problematizando a autonomização do sujeito.

A insuficiente diferenciação sujeito/objeto ameaça o sujeito quanto à garantia de sua continuidade ante a ausência do objeto; ao mesmo tempo e paradoxalmente, ela ameaça o sujeito quanto à sua integridade ante a presença do objeto. Vale sublinhar que seja por falta ou por excesso de presença “real”, os objetos primários, nos casos que estamos investigando, configuram-se sempre para o sujeito, no âmbito psíquico e interno, como excessivamente presentes. Na via oposta de uma evolução harmoniosa está “tudo aquilo que faz prematuramente sentir à criança o peso do objeto (...) seja, esquematicamente, por falta ou excesso de presença” (CHABERT, 2006, op. cit., p. 30. Tradução nossa).

Um antagonismo entre sujeito e objeto é engendrado nos casos que se encontram na via oposta de uma evolução harmoniosa. Ou seja, um trabalho de exclusão do objeto acha-se presente nesses casos, devido à ameaça que ele representa para a integridade do sujeito. Mas se nos casos com evolução harmoniosa, o trabalho de simbolização possibilitado pela qualidade das interiorizações permite ao sujeito pensar o objeto ausente, nos casos opostos as dificuldades de interiorização atribuem à ausência poder desorganizador. Estamos, novamente, diante do paradoxo mencionado acima como intrínseco à insuficiente diferenciação sujeito/objeto.

Seguindo ainda as elaborações teóricas de Chabert, encontramos importantes apreciações quanto à ligação entre a questão da diferenciação sujeito/objeto – diferenciação necessária ao estabelecimento da capacidade de autonomia – e o desenvolvimento do autoerotismo. Conforme a qualidade e a solidez das capacidades adquiridas por meio das experiências primárias de separação-indivuação, pode-se diferenciar os sujeitos que pelo recurso ao autoerotismo substituem de modo eficaz a ausência das figuras de apego, daqueles que substituem tal ausência pelo investimento perceptivo-motor do ambiente, ou por condutas de autoestimulação sob o modo repetitivo. No segundo caso, objeto de nosso interesse:

Não se trata mais do autoerotismo positivo, libidinal, criador de vínculos, portador de experiências de prazer associadas aos objetos, que incita à *revêrie*, à busca da satisfação alucinatória de prazer e ao trabalho de representação; mas de seu oposto, o autoerotismo negativo, destrutivo, com função anti-introjeção e antipensamento, já que introjeção e pensamento são ligados aos objetos, aos quais se substitui uma busca de sensações e de estimulações essencialmente somáticas (...) (CHABERT, 2006, op. cit., p.31. Tradução nossa).

Retomando as ideias sobre a dependência patológica, em tais casos também se aponta para o envolvimento de um curto-circuito psíquico não apenas não processual, como já analisamos, mas ainda não libidinal e articulado a encontros primários “não fecundos” (BOURDELLON, 2004, op. cit.). Além disso, esse circuito é considerado como autoengendrado – consideração sintônica com a da entrada em cena de condutas repetitivas de autoestimulação essencialmente somática.

Jean-Louis Pedinelli e Georges Rouan insistem no fato de que o tipo de dependência que supomos estar em jogo na drogadicção constitui o ponto essencial da adicção de maneira geral. Em suas palavras: “A adicção não é nem o consumo, nem o uso de produtos, nem mesmo o seu abuso, mas a dependência de um produto ou de uma situação procurada e consumida com ‘avidez’ (...)” (PEDINELLI & ROUAN, 2000, p. 82. Tradução nossa). Passemos, então, a um novo tópico, no qual refletiremos sobre outros elementos intrínsecos a isto que os autores consideram como o ponto capital da adicção – e, conseqüentemente, como extremamente relevante na drogadicção: a dependência patológica. Refletiremos ainda, para além dessa dependência, sobre demais aspectos também centrais à temática da adicção.

1.3. Para além da dependência: escravidão, urgência e deserotização na adicção

Pedinelli e Rouan (Ibid.) procuram descrever as lógicas subjacentes a qualquer comportamento adictivo; porém, fazem questão de sublinhar que tais comportamentos são demasiadamente diferentes. A história, o discurso e os modos de investimento e de defesa dos adictos não são semelhantes, de modo que não se pode falar em sujeito da adicção. No entanto, pode-se falar em sujeitos diferentes (toxicômanos – aqueles que nos interessam em especial – jogadores, bulímicos, anoréxicos, dentre outros) que possuem relações diversas com um mesmo elemento: a dependência. O que é comum, portanto, a todo comportamento adictivo e que permite, assim, que se possa falar em adicção de maneira mais geral, são os aspectos que configuram esta dependência. Tais aspectos, segundo os autores, consistem na assiduidade / vício, na “mania”, na exigência, na consciência impotente da submissão ao ato e no sofrimento paradoxal por ele provocado.

Julgamos que o conjunto de aspectos enumerados como característicos da dependência – e, deste modo, como característicos da adicção – aponta, de forma marcante, para o caráter compulsivo aí envolvido. Isto significa que na base do comportamento adictivo encontra-se o mecanismo interno da compulsão à repetição. Foi exatamente o tangenciamento anterior da questão da compulsão à repetição que nos levou a dar início à análise deste tipo peculiar de dependência que está em jogo na drogadicção e nas adicções de maneira geral. O caráter compulsivo desse tipo de dependência aparece claramente na descrição dos pacientes que, na situação clínica, falam da adicção como centro de seu mal-estar:

Eles reconstituem para nós com redundância, mas geralmente com clarividência, sua maneira de estar possuídos pela adicção, verdadeira “pseudopulsão” sempre presente à qual juram renunciar, da qual tomam distância durante algumas horas, alguns dias, que parecem ter dominado, mas que em um instante volta a “transformá-los”, a fazê-los perder seu juízo e suas resoluções. (...) Esta maneira de evocar um outro em si mesmo ou uma outra face de si mesmo indica, ao mesmo tempo, a impotência do sujeito sobre sua paixão e a impotência da fala sobre aquilo que rege seus atos (...) (PEDINELLI & ROUAN, 2000, op. cit., p. 84. Tradução nossa).

É interessante notar que os autores mencionam a evocação, por parte desses pacientes, de “um outro em si mesmo”, ou de “uma outra face de si mesmo”. Essas ideias nos remetem, novamente, à perspectiva dos estados limites, isto é, à questão das fronteiras da vida psíquica, dos limites entre o eu e o outro (tanto externo quanto interno). Nessa citação é o outro interno que parece se impor de forma violenta na vida

intrapísica – sendo que a forma como o outro interno se apresenta ao sujeito está sempre estreitamente ligada às relações com os objetos primários. Como sublinhamos anteriormente, nos casos limites, seja por falta ou por excesso de presença “real”, os objetos primários configuram-se sempre para o sujeito, no âmbito psíquico e interno, como excessivamente presentes e, portanto, como veiculadores de violência interna, pulsional. Uma constante oscilação é então engendrada, “de modo que esse outro ora é lançado violentamente para bem longe, ora é percebido como retornando de forma maciça, invadindo completamente o eu e dele se apoderando” (VILLA & CARDOSO, 2004, p. 68).

Pedinelli e Rouan também escrevem sobre pacientes que, no lugar de colocar a adicção como centro de seu mal-estar, falam, na situação clínica, do comportamento adictivo como se ele representasse um “a mais” nas suas dificuldades. Tais pacientes compreendem seu recurso ao objeto ou à situação adictiva como recurso possível para aliviar o sofrimento. Nesses casos, “a adicção está em via de se constituir como sintoma” (PEDINELLI & ROUAN, 2000, op. cit., p. 85), ao passo que nos casos trazidos acima, o mecanismo da clivagem está em evidência.

É a drogadicção sendo apelo ao objeto-droga como *único* recurso para se livrar da tensão psíquica, e não como recurso *possível*, que estamos investigando na presente tese, inspirados na formulação de que “o sujeito adicto é o escravo de uma *única solução* para escapar da dor mental” (McDOUGALL, 2001, op. cit., p. 11. Grifos da autora. Tradução nossa). Os indivíduos, de maneira geral, têm tendência a comer, beber, fumar, tomar medicamentos, se lançar em relações sexuais, dentre outros comportamentos, mais que de costume quando atravessados por acontecimentos – internos ou externos – que ultrapassam sua capacidade usual de contenção e elaboração de conflitos. Sendo assim, a nosso ver essa economia psíquica só pode ser considerada adictiva quando funciona como *única solução* de que o sujeito compulsivamente lança mão para fugir da dor mental.

Não foi por acaso que utilizamos acima a expressão “tensão psíquica” para falar daquilo de que o drogadicto, como qualquer adicto de modo mais amplo, tenta se livrar. Um dos elementos mais prementes da economia psíquica subjacente à conduta adictiva é a necessidade de se desvencilhar, o mais breve possível, de qualquer tensão psíquica, seja esta fruto de afetos penosos ou de afetos agradáveis (Id., *ibid.*). Logo,

compreendemos que, na economia psíquica da adicção, toda tensão é traduzida como sofrimento, dor mental da qual é preciso esquivar-se por meio do comportamento adictivo.

Pedinelli e Rouan (2000, op. cit.) reforçam essa linha de raciocínio – assim como a da escravidão a uma única solução – quando declaram que, na adicção, o sujeito, ante qualquer “situação delicada”, sente-se sempre compelido a lançar mão do produto ou do ato. Eles também as fortalecem quando, ao listar alguns elementos invariantes que constituem o coração da adicção, mencionam, além da dependência com seu caráter compulsivo, o prejuízo da expressão dos afetos em prol da produção de sensações corporais, e o apelo à adicção como solução única para todos os problemas.

Ademais, os autores mencionam a ausência de elaboração que está em jogo na conduta adictiva, conduta na qual o recurso ao ato prevalece. Se olharmos com atenção para aquilo que descrevemos como um dos elementos mais prementes da economia psíquica que subjaz à conduta adictiva, observaremos que não se trata simplesmente da necessidade de se desembaraçar da tensão psíquica, e sim da necessidade de dela se ver livre com a maior urgência possível, quer dizer, por meio de descarga rápida. Estamos resgatando aqui a ideia já abordada acerca da evacuação da excitação psíquica, da tendência à descarga não processual inerente à organização do funcionamento mental para além do princípio de prazer.

A descarga engendrada pelo comportamento adictivo possui um “poder ‘antissimbolização’” (PEDINELLI & ROUAN, 2000, op. cit., p. 88. Tradução nossa), poder de fechar o psiquismo do sujeito à elaboração. Funciona, dessa forma, como reforço à impotência do sujeito quanto a confrontar seus afetos e, ainda, quanto a enfrentar a relação com o outro. A esse respeito, Bourdellon (2004, op. cit.) considera que a evacuação da excitação psíquica reduz progressivamente a capacidade do sujeito de entrar em contato consigo mesmo, com o outro e com uma realidade frustrante.

O comportamento adictivo produz, então, descarga que neutraliza os afetos e exclui os processos de elaboração e, portanto, deteriora as relações do sujeito consigo mesmo e com o outro. É nesse sentido que entendemos que uma dessexualização do corpo é operada pela adicção (PEDINELLI & ROUAN, 2000, op. cit.). É nesse sentido também que nos parece que se atribui a essa descarga, como vimos no tópico anterior, não só a qualidade de não processual, mas também a de não libidinal.

É necessário que façamos, neste ponto, uma ressalva quanto à questão da dessexualização. À luz das elaborações teóricas de Jean Laplanche, o sexual pode ser compreendido não apenas como aquilo próprio à dimensão de elaboração. Com base nesse autor, é possível que se vislumbre o que é do âmbito das ligações como inerente ao registro do sexual de vida, e o que é do âmbito do desligamento como intrínseco ao registro do sexual de morte. Na organização do funcionamento psíquico para além do princípio de prazer é evidente que a dimensão de desligamento assume significativo destaque – a esse respeito, afirmamos no primeiro tópico que um desequilíbrio de forças entre Eros e Tanatos manifesta-se no aparelho mental do drogadicto, com “vantagem” para a pulsão de morte. Mas seguindo os desenvolvimentos do autor em questão, consideramos que, ao falar em exclusão dos processos de elaboração e em deterioração das relações do sujeito consigo mesmo e com o outro, é mais exato tratar tais aspectos em termos de deserotização (que remete ao detrimento daquilo que é próprio ao registro do sexual de vida em proveito do que o é ao registro do sexual de morte) que de uma dessexualização.

Diante, então, da deserotização do corpo operada pela adicção, este corpo “parece só existir numa relação com a intensidade de algumas sensações (...)” (PEDINELLI & ROUAN, 2000, op. cit., p. 89. Tradução nossa). Logo, se por um lado a economia adictiva envolve a descarga instantânea da excitação psíquica, por outro nela também está envolvida a busca de sensações – sensações autoestimuladas e essencialmente somáticas, vale lembrar. Maurice Corcos (2004) também ressalta que o sujeito, na adicção, só se sente existindo por meio das sensações geradas pelo objeto adictivo. Isso significa que sem o apelo à conduta adictiva, não é possível que o sujeito sinta sua própria existência. Esta impossibilidade de sentir a própria existência pode ser inferida quando se coloca a adicção como “forma particular – e extremamente custosa – de resposta a uma vacilação identitária” (PEDINELLI & ROUAN, 2000, op. cit., p. 85. Tradução nossa). A incerteza identitária² é suposta aí como mais um dos aspectos centrais da adicção, que nos propusemos a analisar no presente tópico.

² Mantivemos aqui o termo *identitária* para ser fiéis às palavras dos autores. No entanto, damos preferência ao uso da expressão vacilação / incerteza *identificatória*, uma vez que tal vacilação / incerteza está intimamente ligada a problemáticas próprias aos processos identificatórios. Daqui para a frente, então, a ideia de vacilação / incerteza será sempre retomada em termos de vacilação / incerteza *identificatória*.

1.4. A adicção como resposta paradoxal

O sentimento de inexistência ligado à vacilação identificatória costuma ser expresso, na situação clínica, como sentimento de vazio. No entanto, este vazio trazido pelos pacientes não é “um nada”, e sim um vazio repleto de excitação não ligada (CORCOS, 2004, op. cit.). A conduta adictiva promove, ao mesmo tempo, a descarga dessa excitação (em detrimento de sua simbolização) e o encontro com sensações por meio das quais o sujeito pode continuar sentindo-se existir e que, ademais, julga controlar.

O que faz com que o sujeito julgue controlar as sensações engendradas pelo comportamento adictivo é a ancoragem dessas sensações numa atividade fisiológica e / ou numa substância exógena, ou seja, é o fato de essas sensações provirem de fonte externa, à qual o próprio sujeito “escolhe” recorrer. A estimulação e / ou o apaziguamento são, portanto, obtidos por meio de objetos ou situações materiais e controláveis, isto é, por meio de trâmites e gestos concretos, de “ação específica”, nas palavras de Pedinelli e Rouan (2000, op. cit.).

Do fato de a fonte das sensações geradas pelo comportamento adictivo ser externa, assim como do fato de esse comportamento não incluir dimensão de elaboração, decorrem as seguintes consequências, intrinsecamente ligadas: a evacuação da excitação psíquica é apenas transitória e o recurso à fonte das sensações demanda renovação constante. O caráter inerentemente compulsivo da conduta adictiva salta aos olhos, uma vez mais. “Como nenhum elemento ou objeto pertencente ao mundo real pode reparar as faltas do mundo psíquico interno, o comportamento adictivo sofre, inevitavelmente, de uma dimensão compulsiva” (MCDUGALL, 2001, op. cit., p. 34. Tradução nossa). A busca de uma solução externa e somática para uma problemática interna e psíquica está fadada ao insucesso. “Os objetos adictivos (...) são tentativas de ordem somática, em vez de psicológica, para fazer face à ausência ou à dor mental, e fornecem somente alívio temporário ao sofrimento psíquico” (Id., *ibid.*, p. 22. Tradução nossa). Apoiada nesta ideia da brevidade da ação resolutiva do objeto adictivo, Joyce McDougall o denomina de “objeto transitório”, e desenvolve rica distinção entre este e o objeto transicional.

Sem o objetivo de adentrar demais nas formulações winnicottianas acerca dos objetos e dos fenômenos transicionais – o que representaria um desvio de nosso foco atual – é importante termos em vista que tais objetos e fenômenos se situam na área

intermediária entre o subjetivo e o objetivo, entre a realidade interna e a externa (WINNICOTT, 1953/1975). É relevante termos em vista, ainda, que os objetos transicionais têm como função a absorção de aspectos do ambiente maternal, de modo a possibilitar a libertação da criança de seu vínculo dependente com o objeto primário (McDOUGALL, 2001, op. cit.).

Recuperando a diferenciação entre dependência normal e dependência patológica, quando os objetos primários são capazes de interpretar os afetos para a criança, esta pode introjetar a função continente que permite sua autonomização. Podemos deduzir, então, que o aspecto essencial do ambiente materno a ser absorvido pelo objeto transicional a fim de que a criança se autonomize está ligado à função de continência. Quando os objetos primários falham no que concerne a esta função, ocorre destransicionalização do encontro entre realidade interna e realidade externa.

A destransicionalização do encontro entre realidade interna e externa torna este encontro carente de jogo, de fantasia. Bourdellon (2004, op. cit.) assevera que a destransicionalização torna tal encontro traumático – o que, julgamos, reitera a ligação entre a destransicionalização e a questão da função de continência. O objeto adictivo será então chamado à cena para proteger o sujeito do sofrimento gerado pela destransicionalização traumatizante. A fixação ao objeto se instala no lugar da progressiva autonomização, não sendo possível que o sujeito alcance a libertação dos vínculos dependentes. Mas, cabe acrescentarmos, esta chamada à cena do objeto adictivo só sobrevém num segundo tempo, significativamente posterior à destransicionalização, que tem lugar num momento primário.

O objeto adictivo, “objeto transitório”, pode ser descrito, então, como objeto procurado para preencher a função reguladora que o sujeito não pôde introjetar. As ideias de proteção e de preenchimento da função reguladora que acabamos de articular ao objeto adictivo remetem-nos à dimensão paradoxal de automedicação, de autotratamento, que está em jogo na economia adictiva. Ao invés de revelar um primordial desejo de fazer mal a si mesmo, a ida no encaço do objeto adictivo denuncia uma esperança de fazer frente à dor mental. A adicção pode assim ser considerada como tentativa de se cuidar, devendo-se assinalar o efeito analgésico do comportamento adictivo.

Quando se nega a predominância de um desejo de fazer mal a si mesmo na adicção, costuma-se ressaltar a procura do prazer, no sentido do bem-estar (e não apenas no da evacuação da excitação), que aí estaria envolvida. Nós, entretanto, vislumbramos na drogadicção, mais primordialmente que uma busca de prazer no sentido do bem-estar, uma busca de desfazer-se da excitação psíquica. Afinal, a necessidade de se desembaraçar, de maneira rápida, de qualquer tensão psíquica, seja ela proveniente de afetos penosos ou *agradáveis*, representa um dos elementos mais urgentes da economia mental subjacente à conduta adictiva. Pedinelli e Rouan (2000, op. cit.) parecem corroborar nossa perspectiva ao afirmar que o encontro com o objeto adictivo, mais do que significar uma tentativa de “estar bem”, acaba por representar uma tentativa de “não mais estar mal”.

Voltando ao efeito analgésico do comportamento adictivo, indagamos: estar sob o efeito de um analgésico não significa exatamente, para além de “estar sentindo-se bem”, “não mais estar sentindo dor”? Estar sob anestesia não significa “estar sentindo nada”? Chabert (2006, op. cit.), ao se dedicar, dentro de seu trabalho sobre atos e dependências, à especificidade da toxicomania, recorre às ideias desenvolvidas por Freud em “O mal-estar na civilização” para sublinhar, justamente, a função de “insensibilização” das drogas, o lugar destas substâncias dentre as técnicas visando anestesia.

Dentre as medidas às quais o psiquismo recorre diante de experiências traumáticas, encontramos aquela designada como “neutralização” energética (ROUSSILLON, 2006). Tal medida consiste na máxima redução possível do investimento psíquico, numa tentativa de não ativar – ou de ativar ao mínimo – a carga pulsional e afetiva, para impedir a ameaça de impasses gerados pela reativação do traumatismo. A carga de acontecimentos e experiências psíquicas é reduzida àquilo que pode ser controlado pelo ego. As condições de vida restringem-se drasticamente. “A solução ‘econômica’ obriga uma vida ‘de economia’, uma vida reduzida, uma economia de sobrevivência mais que de vida” (ROUSSILLON, 2006, p. 67. Tradução nossa). Consideramos os aspectos envolvidos na “neutralização” energética sintônicos com o que acabamos de desenvolver acerca da drogadicção como incluindo tentativa de “insensibilização”, de anestesiamento. Além disso, tais aspectos também convergem

para o que observamos, a propósito da adicção de maneira geral, sobre a redução das tensões, a neutralização dos afetos e a busca de sensações somáticas e controláveis.

A “neutralização” energética abarca, ainda, uma tentativa de ligação psíquica da excitação não ligada. Porém, a ligação alcançada não seria uma ligação completa, não seria uma ligação da mesma ordem daquela alcançada por medidas efetivamente simbólicas. Mas é possível que se fale aí na presença de um imperativo de ligação psíquica, o que significa que a medida de “neutralização” energética à qual recorre o psiquismo diante de experiências traumáticas constitui tentativa de resposta a essas experiências. Essas considerações aludem ao que elaboramos no primeiro tópico acerca do mecanismo da compulsão à repetição – o qual se configura como marcante no tipo de dependência própria à adicção – como modalidade de resposta à organização do funcionamento mental para além do princípio de prazer; resposta paradoxal e rudimentar, que visa à dominação da excitação não ligada sob a forma de uma pré-ligação, aquém da simbolização, mas pré-condição para tal.

A dimensão paradoxal de automedicação, de autotratamento que está em jogo na economia adictiva alude precisamente a isso: à ideia de resposta, de tentativa de dominar aquilo que se constitui no aparelho psíquico do sujeito como “rebelde a todo controle e como fonte de movimentos pulsionais internos que fazem vacilar a identidade” (PEDINELLI & ROUAN, 2000, op. cit., p. 88. Tradução nossa), de se defender de encontros primários traumáticos, nos quais a função continente que permitiria a autonomização do sujeito não pôde ser introjetada.

Nessa mesma direção, Philippe Jeammet descreve as condutas adictivas como um curativo psíquico dirigido às feridas geradas “pela inadequação da relação com os primeiros objetos” (JEAMMET, 2000, p. 102. Tradução nossa). Uma presença demasiadamente insistente do objeto seria engendrada por tal inadequação, colocando o eu em posição de submissão e de temor da intrusão. Diante disso, as condutas adictivas configurar-se-iam como resposta do eu ao poder do objeto, como tentativa do eu de controlar este objeto dominador.

A resposta adictiva ilustraria, ainda, de maneira exemplar a lei de uma relação narcísica, uma vez que nessa resposta o sujeito, narcisicamente dependente deste objeto dominador (interno), tentaria em espelho submeter o objeto adictivo (externo) à sua manipulação e controle. As noções de dependência e de mecanismo de defesa aparecem

com força neste entendimento das adicções como “uma defesa identitária de salvaguarda do Eu” (Id., *ibid.*, p. 99. Tradução nossa), como proteção contra uma dependência radical ao objeto (interno) intrusiva e insistentemente presente.

Julgamos que a ideia de paradoxo também se destaca nessas considerações. Isso porque o autor sintetiza sua hipótese afirmando que a conduta adictiva, ao possibilitar a construção de um pseudo-objeto (externo) sob controle, constitui-se como solução para evitar o perigo incestuoso e alienante trazido pelo objeto (interno) – e este poder incestuoso e alienante do objeto (interno) está ligado, entre outros aspectos, ao apagamento dos limites entre ele e o eu. Mas, na sequência da explicitação de sua hipótese, é sublinhado precisamente que “a impossibilidade de introjeção transforma esta solução em pressão à repetição” (Id., *ibid.*, p. 100. Tradução nossa), e que o eu sucumbe ao domínio dessa pressão.

Este pseudo-objeto sob controle, objeto da adicção, possui as seguintes características e funções: primeiramente, é manipulável, estando sempre à disposição e não trazendo qualquer necessidade de confrontação com a falta, de modo a permitir a evitação das angústias de separação e de castração; além disso, funciona como fonte de excitação externa, como contrainvestimento às angústias de destruição e de vazio, ao mesmo tempo em que funciona como para-excitação ao potencial excitante e incestuoso do objeto (interno). Em relação ao potencial excitante e incestuoso do objeto (interno), Noaille (2001, *op. cit.*), ao escrever sobre a especificidade da experiência toxicomaniaca, concebe-a justamente como experiência de construção de um escudo contra a sedução incestuosa e persecutória. Apoiando-se na clínica da toxicomania, ele analisa a droga como capaz de fornecer ao sujeito uma espécie de para-excitação, um “filtro” para as representações incestuosas, uma contenção à excitação desestruturante.

Estamos lidando, portanto, com a existência de um objeto (interno) indiferenciado do eu, perigosamente incestuoso e alienante, intrusivo e dominador, do qual o adicto busca se defender por meio do apego a um pseudo-objeto (externo) controlável. Faz-se necessário, então, investigar possíveis condições que engendram esse tipo de presença do objeto (interno). Para tal, não se pode abrir mão de uma reflexão acerca do trabalho do negativo, uma vez que, conforme sustenta Claudia Garcia (2007) com base na argumentação greeniana, as vicissitudes do objeto articulam-se de maneira intrínseca a esse trabalho.

1.5. Encontros primários: o trabalho do negativo

O psiquismo não pode ser pensado como uma mônada, isto é, como sistema indivisível e autoengendrado. É inquestionável que o sujeito é precedido por sua família, por seu grupo, nos quais não escolhe ser incluído. Por ser antecedido por mais de um outro, cremos que o sujeito herda uma bagagem da qual é necessário apropriar-se, e que a possibilidade ou não de apropriação dessa herança concorre para os modos de organização de seu funcionamento psíquico. Logo, a constituição subjetiva também decorre, para além do que se passa no espaço intrapsíquico, da demanda de trabalho mental que a ligação do sujeito com o intersubjetivo impõe. René Kaes formula que o sujeito é antes de tudo um “intersujeito”, e explica sua formulação da seguinte forma:

O que é inelutável é que somos postos no mundo por mais de um outro, por mais de um sexo, e que nossa pré-história faz de cada um de nós, bem antes de nascermos, o sujeito de um conjunto intersubjetivo, cujos sujeitos nos têm e nos mantêm como servidores e herdeiros de seus ‘sonhos de desejos insatisfeitos’, de seus recalamentos e de suas renúncias, na malha de seus discursos, de suas fantasias e de suas histórias. De nossa pré-história tramada antes de nascermos, o inconsciente nos tornará contemporâneos, mas só passaremos a ser seus pensadores pelos efeitos *a posteriori*. Essa pré-história em que se constitui o originário, a de um começo do sujeito antes de seu advento, se escreve na intersubjetividade (KAES, 2001, p. 13).

Quanto à concepção do psiquismo como não sendo “um fim para si mesmo”, Laplanche sublinha que, se por um lado a sexualidade parece derivar de processos somáticos vitais, por outro ela é “*implantada* (...) a partir do universo parental, de suas estruturas, de suas significações e de suas fantasias” (LAPLANCHE, 1970, p. 79. Tradução nossa). Ou seja, ele também atribui considerável relevo à importância das relações primárias com o outro e de suas significações na constituição subjetiva. Porém, não coloca suas proposições teóricas em termos de intersubjetividade, uma vez que aquilo que destaca em seu pensamento é a questão da passividade inicial radical à qual está assujeitado o pequeno homem nestas primeiras relações. A nosso ver, no entanto, a ideia de intersubjetividade não remete, necessariamente, a uma relação simétrica entre dois sujeitos; a citação trazida acima, inclusive, alude à “assimetria” inelutável com que somos postos no mundo. Isso significa que pensar na determinação psíquica dentro do campo intersubjetivo não exclui a questão da passividade inicial radical à qual estamos todos submetidos.

Sendo assim, refletiremos sobre o trabalho do negativo sob o prisma da produção intersubjetiva da psique, visando examinar os encontros (e por que não dizer:

os desencontros) nos quais os objetos primários assumem o caráter de objetos que, ao invés de promover a mediação condutora da pulsionalidade às ligações, trazem entraves a este percurso, engendrando o disparar das forças de descarga e do desligamento no funcionamento psíquico do sujeito. Nesse sentido, Green, no prefácio de seu livro *Narcisismo de vida, narcisismo de morte* (GREEN, 1988, op. cit.), descreve aquilo que denomina “experiência de descentramento” como a experiência por meio da qual o sujeito, na busca pelo objeto da satisfação e da falta, sente que seu centro não está nele mesmo, e sim num objeto fora e separado dele. Para recompor o próprio centro, o sujeito tenta se reunir ao objeto por meio da unidade, que é alcançada subseqüentemente à experiência de satisfação. Quando a experiência de descentramento é atravessada pelo ressentimento, pelo ódio e pelo desespero, a reunião do sujeito ao objeto por meio da unidade não se faz possível, e o sujeito acaba por buscar o nada, que é exposto pelo autor como “uma redução das tensões ao nível zero” (Id., *ibid.*, p. 23).

O que faz com que a experiência de descentramento seja atravessada pelo ressentimento, pelo ódio e pelo desespero é “o efeito combinado da distância espacial não preenchível e da dissincronia temporal interminável” (loc. cit.). Em nossa leitura, orientada pela própria obra desse autor, entendemos que o que torna não preenchível a distância espacial e interminável a dissincronia temporal é o “mau” encontro com os objetos primários – ou aquilo que estamos propondo chamar de desencontro com os objetos primários – isto é, a incapacidade desses objetos quanto a cumprir suas funções básicas (de estimulação, de contenção / mediação / ligação e de separação) na ocasião das primeiras fusões do sujeito com eles, das primeiras unidades.

Em um esforço de retomada das ideias de Green sobre o trabalho do negativo e a clínica do paciente limite – temáticas consideradas como as mais intensamente influenciadas, no campo psicanalítico, pelas contribuições desse autor – Figueiredo explica que o “mau” encontro com os objetos primários representa o ponto de partida do “extravio” ou do “aborto” do trabalho do negativo. Nessa retomada, o trabalho do negativo é colocado como um trabalho cuja tarefa constitutiva implica o “esquecimento dos objetos” (FIGUEIREDO, 2004, p. 16). Isso quer dizer que o trabalho do negativo é constitutivo quando, por meio dele, a presença dos objetos é atenuada, sendo substituída, ao mesmo tempo, pela representação e por um vazio internalizado na forma de estrutura.

Os objetos dos quais estamos tratando, neste momento, são os objetos primordiais, objetos absolutamente necessários, nas palavras de Figueiredo (Ibid.) – absolutamente necessários para a constituição do psiquismo – que têm como função estimular a pulsão e, simultaneamente, contê-la; ou seja, que têm como função não só despertar a pulsão, mas também conduzir a pulsionalidade às ligações. Essas funções, cumpridas num primeiro momento pelos objetos, devem ser internalizadas pelo sujeito para que, então, os objetos possam ser duplamente negativados, isto é, para que possam cair no esquecimento, sendo desdobrados em inúmeros objetos substitutivos, além de transformados em elemento estruturante do aparelho psíquico. Quando o trabalho do negativo se dá de maneira eficiente, o que ocorre não é um esquecimento radical dos objetos, e sim um esquecimento que engendra “uma forma de *presença ausente*” (Id., *ibid.*, p. 19-20. Grifos do autor). Esta *presença ausente* é responsável por permitir que o sujeito tolere as distâncias, ausências e inadequações dos objetos substitutivos. Costuma-se atribuir a qualidade de “bom” ao encontro com os objetos primários quando nesse encontro as suas funções básicas são cumpridas, possibilitando que o trabalho do negativo se dê de forma eficiente.

Se a (dupla) negatificação dos objetos depende de um inicial “bom” encontro com eles e da conseqüente internalização, por parte do sujeito, de suas funções básicas, é possível entender por que o “mau” encontro com os objetos primários representa o ponto de partida do “extravio” ou do “aborto” do trabalho do negativo. Em decorrência do “mau” encontro, o objeto “se ausenta quando devia estar presente e se impõe quando deveria deixar-se rasurar” (Id., *ibid.*, p. 18). O que isso significa?

Significa, primeiramente, que o objeto deixa de cumprir suas funções básicas de estimulação e / ou contenção – o objeto se ausenta (de suas funções), portanto, quando devia estar presente; a qualidade de “mau” é atribuída a esse tipo de encontro devido, precisamente, ao não cumprimento das funções básicas. Significa também que, como efeito da não satisfação (ou da má satisfação) das funções básicas pelo objeto e da não internalização (ou da má internalização) dessas funções pelo sujeito, ocorre a impossibilidade de negatificação do “objeto absolutamente necessário”. Logo, significa também a impossibilidade de o objeto ser esquecido (impossibilidade de atenuação da sua presença, de manutenção “apenas” de uma fundamental *presença ausente*) para dar lugar aos inúmeros objetos substitutivos e para transformar-se em estrutura psíquica –

impossibilidade de o objeto ser negativado tanto “para fora” quanto “para dentro”. Desse modo, o objeto permanece no aparelho psíquico sob a forma de uma presença “ofuscante e perturbadora” (FIGUEIREDO, 2004, op. cit., p. 16), impondo-se quando deveria deixar-se rasurar. Sobre os efeitos nefastos dos “descaminhos do trabalho do negativo”, o próprio autor escreve que:

quando o “objeto absolutamente necessário” não se deixa esquecer – (...) – ele, com seu excesso, produz uma intrusão intolerável e não dá lugar à representação e ao pensamento, à nostalgia e ao desejo, pois em todos estes processos o objeto deve estar ausente. Na presença maciça e contínua do objeto primário, não se dão os processos de simbolização. Proliferam então as saídas não-representacionais como as passagens ao ato, as condutas perversas, os adoecimentos psicossomáticos, etc. (Id., *ibid.*, p. 23).

O “bom” encontro com os objetos primários, ao assegurar os não desvios do trabalho do negativo, engendra o desencadeamento dos chamados processos de objetualização, isto é, dos processos de ligação das pulsões de vida aos objetos (GREEN, 1990), dentre os quais se encontram a representação, o pensamento, a nostalgia e o desejo. Havíamos afirmado no primeiro tópico deste capítulo que a regulação do funcionamento psíquico pelo princípio de prazer e, posteriormente, pelo princípio de realidade, depende da ocorrência de mediação condutora da pulsionalidade às ligações. É possível acrescentar agora que a regulação do funcionamento psíquico pelo princípio de prazer e, posteriormente, pelo princípio de realidade, depende da ocorrência de um “bom” encontro com os objetos primários.

É possível acrescentar ainda que, ao representar o ponto de partida dos “descaminhos do trabalho do negativo”, o “mau” encontro com os objetos primários também representa o ponto de partida do atravessamento do funcionamento psíquico pelas forças de descarga e pelo desligamento que estão em jogo nos processos de desobjetualização. Isso porque, ao não cumprir suas funções básicas, esse objeto potencializa o aspecto mortífero das pulsões, disparando os processos que Green denomina processos de desobjetualização. Nesse sentido, Figueiredo articula, precisamente, tais processos ao “fracasso essencial do objeto primário, que não pôde ser bem encontrado” (FIGUEIREDO, 2006, p. 71).

Os processos de desobjetualização, sob a influência da pulsão de morte, se fazem notar “cada vez que o sujeito realiza, diante do objeto, uma desqualificação de sua própria singularidade e de seus próprios atributos” (GREEN, 1990, op. cit., p. 76). O autor exemplifica a entrada em ação dos processos de desobjetualização com a perversão

(na qual o objeto se torna anônimo) e com a tortura (na qual priva-se o objeto de seus sentimentos e pensamentos). No trabalho “A intuição do negativo em ‘O brincar e a realidade’”, é dito ainda que, por meio dos processos de desobjetalização, o objeto “se torna um objeto qualquer, ou nenhum objeto” (Id., 2003, p. 86), e que esses processos implicam “um (negativo) desinvestimento, uma descatexia de objetos externos, internos ou mesmo transicionais” (Id., *ibid.*, p. 86).

É importante elucidar que mesmo quando a marcha desobjetalizante está em curso, continua havendo procura e desejo de permanência de objetos. Porém, nestes casos, o objeto que se “objetaliza”, aquele que o sujeito cultiva e no qual mantém sua aposta, é, do mesmo modo que o foram os objetos primários, um mau objeto – “é o mau objeto que nunca se vai” (Id., 1997, p. 210 *apud* FIGUEIREDO, 2006, *op. cit.*, p. 71). É exatamente por assumir o caráter de mau, de não confiável que, paradoxalmente, o objeto de apego pode ser reconhecido pelo sujeito, uma vez que tais características lhe são familiares por também serem próprias aos objetos primários.

No que diz respeito, especificamente, à drogadicção, não enxergamos o objeto-droga como um objeto “mau” em si, pois nem todo uso de drogas conduz a uma relação de dependência com esse objeto. Acreditamos que o estabelecimento de uma adicção à droga não deve ser atribuído à própria substância tóxica, e sim ao sujeito que a utiliza, o qual possui relação singular com a alteridade, com o desejo e com o prazer. Entretanto, pode-se afirmar que, para o sujeito drogadicto, o objeto-droga configura-se, sim, como mau objeto (apesar de ele, paradoxalmente, também abarcar uma dimensão de automedicação, de autotratamento), já que, na relação adictiva que tem lugar aí, diversos elementos destrutivos estão em jogo – elementos já analisados como, por exemplo, a dependência com seu caráter compulsivo, o aprisionamento a uma única resposta para lidar com a dor mental, a dificuldade quanto à confrontação dos próprios afetos e dos vínculos com o outro, o apelo a um tipo de solução para o sofrimento psíquico que não promove mais que alívio temporário. E parece-nos que na toxicomania o objeto-droga se “objetaliza” porque, dentre outros aspectos, representa um mau objeto, tal qual o foram os objetos primários do sujeito dessa patologia.

Desde nossa introdução geral declaramos estar dentre aqueles que compreendem a drogadicção – assim como a adicção, de maneira geral – como uma patologia fundamentalmente ligada à questão das fronteiras da vida psíquica, ou seja, declaramos

estar dentre aqueles que a compreendem dentro da perspectiva dos estados limites. Além disso, deixamos desde então indicado que esse nosso entendimento baseia-se, entre outros elementos, na concepção da existência de impasses ligados ao trabalho do negativo. Julgamos que a análise da ligação entre os “descaminhos do trabalho do negativo” e a permanência, no aparelho psíquico, dos objetos primários sob a forma de presença “ofuscante e perturbadora” torna clara tal concepção. Isso porque, ao permanecer no psiquismo do sujeito como outro intrusivo e excessivo, o objeto acaba por se configurar como alteridade interna radical que engendra, além de estraneidade radical no próprio interior do aparelho mental, entraves nas relações do sujeito com as distâncias, ausências e inadequações dos objetos substitutivos, isto é, entraves nas relações do sujeito com a alteridade externa – pontos já apreciados como tendo especial destaque nas condutas adictivas.

Outras questões inerentes à temática dos limites caracterizam-se, do mesmo modo, como preciosas à investigação acerca das adicções. Dentre elas, encontra-se aquela que pode ser denominada como a questão do “sem forma” em sua ligação com a noção de dívida. Vejamos de que se trata.

1.6. A dívida no seio da adicção

O “sem forma” (aquilo que não tem forma própria, cuja forma é inacabada) diz respeito, precisamente, aos processos psíquicos limites, subjacentes às vacilações identificatórias – colocadas, no terceiro tópico deste capítulo, como um dos aspectos centrais às adicções – e às formações sintomáticas (ou às formações aquém do sintoma, como julgamos ser mais pertinente nos casos limites) resultantes desses processos. As diferentes configurações clínicas nas quais o “sem forma” está em jogo apontam para fundamental carência de delimitação das fronteiras da vida psíquica, a qual compromete a constituição do eu em uma forma estável e, por conseguinte, deixa este eu entregue à incerteza identificatória. Isso pode ser notado “desde a perda temporária da percepção da personalidade ou dos contornos do corpo até as sensações de autoabsorção ou de cadaverização corporal parcial e diferentes formações adictivas” (LE POULICHET, 2009, p. 9. Tradução nossa).

Quando o “sem forma” está em cena, os limites, devido à sua carência, não põem freio à vacilação identificatória, de modo que os sujeitos são compulsivamente levados, no plano fenomenológico, a tentar ultrapassar os limites que afetam

diretamente o corpo. É possível que se fale numa “dimensão compulsiva da ‘dívida paga com o corpo’” (Id., *ibid.*, p. 73. Tradução nossa). Supomos que a autora utilize a expressão que traduzimos como “dívida paga com o corpo” entre aspas porque, no âmbito do Direito, a expressão *contrainte par corps* existe na língua francesa para designar uma condenação pronunciada pelas jurisdições repressivas, e consiste na obrigação de pagar ao tesouro público uma dívida – sendo que, nesse caso, a dívida não precisa ser paga com o corpo, mas sim com taxas, por exemplo. No passado, o sujeito ia para a prisão, donde a ideia de pagamento com o corpo. A questão do “sem forma” não está situada no campo do Direito; além disso, nela, sim, o corpo está implicado ao pé da letra. Porém, assim como na expressão advinda da língua francesa, a questão do “sem forma” também se relaciona com as ideias de condenação e de dívida, notadamente na transposição compulsiva dos limites que afetam o corpo nas formações adictivas.

Se retornarmos às origens da palavra “adicto”, ela outrora dizia respeito ao indivíduo que era dado como escravo a um senhor, a adicção remetendo aí a dívidas que, não quitadas, deveriam ser pagas por esse indivíduo com seu corpo. Essa velha prática era característica à lei romana, segundo a qual o credor recebia o direito de se apoderar da pessoa do devedor (o *adicto*) e de tratá-lo como sua coisa. Tal seria, então, a condenação daquele que não dispunha de recursos para pagar suas dívidas: assujeitar-se ao credor, servi-lo, pagar-lhe com seu próprio corpo.

Jean Bergeret foi o primeiro autor a se inspirar nessa antiga definição da adicção para dar ao fenômeno uma interpretação psicanalítica. Ele traz ao campo psicopatológico as noções envolvidas em tal definição apresentando a seguinte hipótese: “a dívida em causa aqui seria a dívida que o sujeito se sente incapaz de pagar ao desejo” (BERGERET, 1981, p. 16 *apud* LE POULICHET, 2009, *op. cit.*, p. 73-74. Tradução nossa); o *adicto*, patologicamente dependente, seria levado a pagar essa dívida com seu corpo. Sylvie Le Poulichet (2009), considerando vagas as formulações de Bergeret, e enigmática a causalidade por ele evocada, constrói algumas interrogações sobre quem pronunciaria essa condenação, sobre a sua natureza e sobre o estatuto da dívida que ela comporta.

A partir de sua própria experiência clínica, a autora julga coerente pensar que as “dívidas pagas com o corpo” encerram-se em condenações pronunciadas pelo superego. Seria essa a instância psíquica cuja manifestação configurar-se-ia como suscetível ao

pronunciamento de condenações. Trata-se, aqui, do superego feroz, proposto como tal primeiramente por Melanie Klein, o qual não se reduz à formulação freudiana de herdeiro do complexo de Édipo, mas coloca em cena “um imperativo categórico que se erige no coração de experiências de terror ou de confusão, para ditar uma lei insensata e criar uma dívida impagável” (LE POULICHET, 2009, op. cit., p. 74-75. Tradução nossa).

A propósito de um superego feroz e arcaico, ele é entendido como engendrado pelos vínculos primários com as figuras parentais quando, nesses vínculos, essas figuras acham-se ligadas a experiências de terror, de destruição do sentido e da integridade. Ao se referir a este superego feroz e arcaico, Le Poulichet, apesar de articulá-lo a tais experiências nos vínculos primários com as figuras parentais, o descreve como resultante “da introjeção e da deformação de representações inconscientes dos pais (...)” (Id., *ibid.*, p. 75. Tradução nossa).

Entretanto, a introjeção está na base dos processos identificatórios, e implica a possibilidade de assimilação de traços que pertencem aos objetos. E, como afirma Cardoso (2000) ao apresentar o superego dentro da perspectiva dessa instância como severa, atacante e marcada por um aspecto “demoníaco”, a sua formação não parece poder ser atribuída aos processos identificatórios. Ao invés disso, parece tratar-se, sob tal perspectiva, “justamente da impossibilidade de apropriar-se do outro, da impossibilidade, para o ego, tanto de integrar esse material quanto de recalá-lo em seu território” (CARDOSO, 2000, p. 34). Portanto, o que parece inscrever-se neste superego situado do lado do ataque são os elementos impossíveis tanto de integrar na esfera egóica quanto de recalcar, elementos insatisfatórios e excessivamente excitantes dos objetos primários – seja, como já observamos, por falta ou por excesso de presença “real” desses objetos – ligados à inadequação do desempenho de suas funções básicas³. Logo, o que compõe esse superego não é da ordem de processos eficazes de introjeção, e sim da ordem das incorporações (FIGUEIREDO, 2009).

No próximo capítulo, as noções de introjeção e de incorporação serão mais bem examinadas. O que visamos destacar aqui é a ideia deste superego feroz e arcaico que pronuncia as “dívidas pagas com o corpo” nas formações adictivas. O imperativo

³ Para uma apreciação acerca dos mecanismos arcaicos aos quais recorre o ego a fim de fazer face ao superego situado do lado do ataque e cuja gênese encontra-se nas origens da vida psíquica, remetemos o leitor aos trabalhos de Marta Rezende Cardoso.

categorico enunciado por esse superego e imposto ao adicto é trazido por Le Poulichet conforme a seguinte formulação geral: “Tu és a substância sem forma de teu pai e de tua mãe, que deve preenchê-los em retribuição” (LE POULICHET, 2009, p. 76. Tradução nossa). Esse imperativo categorico constitui-se, simultânea e paradoxalmente, como inconcebível de não ser obedecido e como impossível de o ser. As soluções adictivas figuram, diante da dívida que tal condenação comporta, como tentativa de reduzi-la. No entanto, internamente escravizado por uma dívida impagável, o adicto, ao buscar construir um pseudo-objeto (externo) sob controle, acaba por tornar-se novamente escravo, desta vez de tal objeto. Consideramos que a escravização do próprio corpo por um pseudo-objeto externo é especialmente notável na drogadicção – vide os severos sintomas fisiológicos que têm lugar frente à abstinência da substância tóxica da qual se é patologicamente dependente (em todos os sentidos).

Alberto Eiguer (2007) nos lembra que a questão da dívida está sempre em jogo nas relações entre pais e filhos, devido à doação e ao devotamento parentais habituais que incitam os filhos ao reconhecimento, à gratidão e à compensação. Esse autor também articula a questão da dívida filial para com os pais à formação do superego, ressaltando que quando a reciprocidade e o reconhecimento fazem-se operar de ambas as partes, essa instância psíquica pode ser compreendida não somente como lugar de uma pura cultura da pulsão de morte, mas igualmente como lugar da pulsão de vida. Mas, para tal, é indispensável que aquele que dá primeiro não evoque de maneira insistente o que foi dado. Ou seja, para não impor uma dívida aprisionante, é fundamental que as figuras parentais doem sem opressão.

A questão da dívida assume significativo relevo na ocasião da adolescência. É então que o sujeito descobre-se devedor, isto é, que toma consciência desta dívida que está sempre em jogo nos vínculos com as figuras parentais; trata-se de um dos aspectos que entram em cena ao se deixar a infância. O adolescente “(...) acorda para uma dívida que permanecia desconhecida da criança” (FLAVIGNY, 2007, p. 779. Tradução nossa). A doação parental mais básica que o adolescente já não ignora é a de sua própria vida; como ignorá-la agora que ele mesmo, alcançada sua maturidade reprodutiva, apropria-se do dom da parentalidade?

Porém, para que o adolescente se defina por si mesmo – diferentemente da criança, que se define a partir de seus pais, em função de suas expectativas – o que o

conduzirá à assunção de uma identidade própria e adulta, é essencial uma espécie de distanciamento quanto à dívida, uma espécie de ingratidão. Apesar de não poder mais ignorar que a doação parental o faz devedor, é imprescindível, para tornar-se adulto, que o adolescente conteste a dívida. Este questionamento da dívida para com os pais pode ser expresso pelo adolescente segundo formulações gerais como, por exemplo: “eles só fizeram seu trabalho”; a doação está à espera de uma resposta, de uma adesão ao projeto parental, “se eu quiser”, anuncia o adolescente (FLAVIGNY, 2007, op. cit., p. 780. Tradução nossa).

Afirmamos há pouco que para que o sujeito não seja aprisionado na dívida é fundamental que a doação não se configure como opressora. Isso requer, neste contexto da adolescência que estamos analisando no presente momento, uma aceitação dos pais quanto ao seguinte: “se não existe o direito de ingratidão, existe uma necessidade adolescente de ingratidão” (Id., *ibid.*, p. 781. Tradução nossa). A ingratidão serve para o adolescente preservar-se, tornar-se adulto, apropriar-se da dívida, ou seja, transformá-la à sua maneira e decidir sua forma pessoal de restituí-la. É tarefa parental, então, sem deixar de ter em conta a existência da dívida, não acená-la de modo violento, não a impor.

Mas como vimos observando ao longo deste tópico, as condutas adictivas configuram-se, entre outros elementos, como tentativa de redução de uma dívida encerrada numa condenação pronunciada pelo superego feroz e arcaico sob a forma de imperativo categórico: “Tu, substância sem forma de teu pai e de tua mãe, deves a nós e pagarás preenchendo-nos”; ao que o adicto busca responder com seu próprio corpo. Se, como já contemplamos, as relações primárias com os objetos parentais possuem papel crucial na formação desse superego e no desencadeamento das condutas adictivas – e, no decorrer do presente capítulo, examinamos diversos aspectos que supomos estar envolvidos nos vínculos do adicto com seus objetos primários – é de suma importância notar que tais condutas só emergem, geralmente, durante a passagem pela adolescência. Logo, pode-se pensar em significativa dificuldade dos pais dos adolescentes adictos quanto a lidar com a necessária ingratidão de seus filhos, quanto a amenizar a imposição da dívida numa ocasião em que tal amenização se constitui como irrevogável para os processos de subjetivação e para a efetiva entrada na vida adulta.

“A adolescência não é mais o tempo passivo da infância, que era tempo de recepção” (FLAVIGNY, 2007, op. cit., p. 781. Tradução nossa), no qual os pais detinham o poder sem compartilhá-lo. Trata-se, para o adolescente, de tomar esse poder que o fascinava na infância; ele “não quer mais receber, ele se quer independente” (Id., ibid., p. 782. Tradução nossa). Mas independência parece ser tudo que o adolescente adicto não consegue alcançar...

No próximo capítulo, discorreremos sobre alguns aspectos próprios à adolescência dos dias atuais e à família na qual os adolescentes contemporâneos emergem e vêm a se desenvolver. Analisaremos possíveis entraves aos seus processos de subjetivação, à sua entrada na vida adulta e, enfim, à sua caminhada rumo à independência – entraves que, como procuraremos demonstrar, concorrem para o estabelecimento de adicção às drogas.

II – O jovem em seu meio familiar: um desamparo sem fim?

Algumas reflexões sobre as condutas de dependência na adolescência mostram que aquilo que se destaca como um dos elementos predominantes no estabelecimento de tais condutas é a repercussão que têm aí os conflitos não elaborados da adolescência dos pais. A inquestionável constatação de que entre os jovens da atualidade (ou seja, numa geração específica de jovens) as mais variadas adições vêm ganhando demasiado largo espaço aponta, desse modo, para a força da ressonância dos conflitos não elaborados da juventude de seus pais, situada no final da década de sessenta e no decorrer da década de setenta do século XX.

Dado o relevo, em nossa pesquisa, do fato de nossos jovens serem filhos de pais que vivenciaram sua própria juventude no período discriminado acima – relevo já sublinhado na introdução geral – retomaremos neste capítulo idéias desenvolvidas no artigo “Passagem ao ato e adolescência contemporânea: pais ‘desmapeados’, filhos desamparados” (SAVIETTO, 2007), o qual é fruto de nosso trabalho de mestrado. Nessa retomada, mesclaremos tais idéias a novas elaborações sobre certos aspectos característicos da família contemporânea.

Antes disso, porém, discorreremos sobre alguns pontos próprios à temática da adolescência / juventude, tendo em conta que não estamos voltados para uma adolescência / juventude atemporal, e sim para aquela que habita o contexto cultural e familiar da atualidade. Isso justifica tanto a já citada análise que faremos de características próprias à família contemporânea quanto a tomada em consideração de certos elementos inerentes ao âmbito mais abrangente da cultura.

Em se tratando, especificamente, dos adolescentes inseridos no contexto cultural e familiar da atualidade, algo parece destacar-se: a existência de uma “adolescência encruada que se prolonga anos a fio” (FIGUEIREDO, 2006, p. 63) e que nos leva a observar um modo de funcionamento psíquico característico da adolescência em sujeitos que poderiam ser denominados jovens adultos. É exatamente por isto que estamos privilegiando a noção de *juventude*, para abranger tanto os adolescentes quanto os jovens adultos “encruados”. Mas guardaremos, ainda, o termo *adolescência / adolescentes* para as ocasiões em que estivermos lidando com certos processos, certas

repercussões psíquicas geradas precisamente pela chegada do sujeito à etapa pubertária e certas “tarefas” com as quais é preciso que o sujeito lide ao aí chegar – por mais que, como estamos verificando, esses processos e repercussões, assim como o envolvimento com tais “tarefas”, pareçam estar tendendo a ultrapassar os limites da adolescência; quando este for o caso, manteremos o uso da noção de *juventude*.

Na direção do prolongamento atual da adolescência que estamos apontando, notamos na literatura recente que considerável parte dos casos clínicos abordados trata de sujeitos com mais de 19 anos⁴. Citando apenas alguns exemplos, Annie Birraux (2007), no artigo *Alcoolique, une identité* da coletânea *Alcool et adolescence: jeunes en quête d'ivresse*, expõe o caso de C., 25 anos; Alberto Eiguer (2001), no livro *La famille de l'adolescent: le retour des ancêtres*, analisa o caso da família Ch., cujos filhos, na ocasião do tratamento, tinham, ambos, mais de 20 anos, assim como o caso de Joelle, 27 anos, entre outros; Jean José Baranes (2002), num artigo sobre o transgeracional, aborda o tratamento de Léa, uma “adolescente de 23 anos” conforme ele a descreve logo de início.

Joel Birman (2008), no ensaio *Adolescência sem fim? Peripécias do sujeito num mundo pós-edipiano*, também utiliza, como nós, os termos *juventude* e *jovens* a fim de englobar tanto os adolescentes quanto os jovens adultos, já que, segundo ele mesmo, a diferenciação entre eles vem se esvaecendo de modo progressivo. Quanto à ligação desse ponto com o fenômeno da drogadicção, buscaremos sustentar que se, conforme dissemos na introdução geral, a dimensão de violência psíquica atravessa sempre a passagem pela adolescência, parece-nos que, na atualidade, esta violência interna encontra-se recrudescida, obstruindo a transição do sujeito adolescente para a vida adulta e favorecendo a intensificação desse fenômeno entre tais sujeitos.

É, portanto, do jovem da contemporaneidade e da família em que esse sujeito emerge e vem a se desenvolver, assim como do lugar de destaque que a juventude ocupa no contexto cultural dos dias de hoje, que trataremos neste capítulo. Lembrando sempre que tudo isso nos serve como percurso para chegarmos à formulação de hipóteses acerca da indagação que nos instiga: por que o abuso de drogas adquiriu tamanha proporção entre os jovens da atualidade?

⁴ Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência compreende a faixa etária que vai dos 10 aos 19 anos.

II.1. Contribuições sobre o prolongamento da adolescência

Conforme afirmamos acima, a adolescência vem se prolongando de forma notável na atualidade. Luís Cláudio Figueiredo (2006, op. cit.) tangencia a temática do prolongamento da adolescência num trabalho em que, baseando-se no filme “A vida sonhada dos anjos”, discute a questão do encerramento da complexa travessia adolescente, analisando duas possibilidades de saída: uma para a vida e outra para a morte.

Ao analisar a trajetória de uma das protagonistas do filme, Figueiredo julga que o encerramento da adolescência dessa jovem esteve marcado pela abertura de um caminho para a vida. Porém, apesar de perceber a prevalência de ligações – características da vida – na saída da adolescência da jovem, o autor percebe também o desaparecimento de aspectos como a esperança, a rebeldia, a mobilidade, a disponibilidade e a alegria. A protagonista em questão, em cuja adolescência esses aspectos estiveram fortemente presentes, parece não ter conseguido fazer com que a saída para a vida coincidissem com a sobrevivência de tais elementos; ao constatar a não sobrevivência deles na história da jovem, o autor se interroga:

Será que a saída da adolescência para a vida comporta sempre tamanha perda? Se assim fosse, seria esta, talvez, uma boa explicação para este prolongamento interminável da adolescência que vai se tornando endêmico na sociedade contemporânea. Quem vai querer ser adulto neste mundo seriado? (Id., *ibid.*, p. 67).

Este autor, portanto, sugere como justificativa para o atual “encruamento” da adolescência o desejo de não perder elementos como o nomadismo, a alegria e a curiosidade, elementos que afirma estar sendo perdidos no processo de “adultização” dos sujeitos das sociedades contemporâneas, devido à serialização que tem lugar nessas sociedades. Se tanto a saída da adolescência para a morte quanto a sua saída para a vida – uma vez que essa última acabaria por significar, nos dias de hoje, a saída para uma vida serializada – implicam a não sobrevivência da “(...) vida sonhada dos anjos, a vida feita de esperanças, rebeldia, mobilidade, disponibilidade (...)” (*loc. cit.*), a não saída parece figurar como possível “solução”.

Joel Birman (2006) também aborda a questão do alongamento da adolescência na contemporaneidade. Em artigo sobre a juventude na atualidade, ele articula a extensão da adolescência para “além dos limites desejáveis” e a consequente invasão da vida adulta pela condição adolescente à disseminação da violência urbana e à

impossibilidade de ir e vir no cenário urbano da atualidade. Com a circulação restrita a espaços protegidos como a escola, a casa e áreas de lazer vigiadas, os jovens não teriam como adquirir o domínio do espaço público nem como aprender a se proteger. Uma fragilização psíquica destes jovens seria, então, assim engendrada. Inseridos desta forma em espaços excessivamente preservados e sem o aprendizado acerca do como “se virar”, o jovem dos dias de hoje encontrar-se-ia infantilizado. A fragilização psíquica e a infantilização dos jovens representariam, assim, entraves à “superação” da condição adolescente e à assunção da vida adulta.

A fragilização psíquica dos jovens também estaria ligada à precariedade de investimentos que está em jogo nas relações entre pais e filhos das famílias atuais. Em virtude da busca de projetos existenciais singulares, as mães distanciaram-se da ordem familiar sem, no entanto, que sua relativa ausência tivesse sido necessariamente suprida por maior presença paterna. A carência da presença e do investimento das figuras parentais gera fragilidade afetiva que não pode ser compensada por empregados, pela televisão, pelo preenchimento de tempo com atividades complementares à escola ou mesmo pelas relações que se estabelecem nas atividades escolares e extraescolares. O sentimento de *abandono* é, nas palavras de Birman, “o maior efeito disso” (BIRMAN, 2006, op. cit., p. 37), contribuindo sobremaneira para a instauração da fragilização psíquica que atrapalha o tornar-se adulto por parte de nossos jovens.

Ainda nesse mesmo artigo o autor desenvolve, sobre a alteração da temporalidade da juventude, algumas idéias que serão posteriormente retomadas (Id., 2008). Uma delas diz respeito à diminuição progressiva de oportunidades no mercado de trabalho para a população de jovens. Tal limitação interferiria diretamente na oferta de subsídios para que os jovens possam deixar as casas de seus pais e trilhar seus próprios caminhos. No ensaio de 2008, baseando-se em dados acerca da exclusão dos jovens do mercado de trabalho e, também, na perspectiva de piora dessa situação diante da falta de sólidas políticas sociais que a ataquem de frente, o autor afirma que “(...) a população jovem é um dos segmentos sociais mais atingidos pelo processo de globalização da economia internacional” (Id., *ibid.*, p. 84).

As contribuições de Figueiredo (2006) e de Birman (2006; 2008) ajudam-nos, certamente, a compreender algumas causas da atual extensão da condição adolescente.

Gostaríamos, neste ponto, de também contribuir para o melhor entendimento dessa questão, trazendo reflexões nossas e abrindo, assim, mais uma via explicativa.

Sabemos que a consolidação do processo de subjetivação do adolescente envolve tarefa extremamente árdua, apesar de imprescindível: o abandono dos pais da vida infantil, na qual eles são os protetores, são altamente idealizados, são objetos dos quais depende a vida da criança e, ademais, são também objetos de desejo; esta renúncia comporta significativo remanejamento do referencial identificatório⁵. Para que o adolescente possa remanejar para novos objetos o investimento dos objetos primários, isto é, para que possa estabelecer identificações secundárias que lhe permitam forjar uma identidade adulta, é indispensável a construção de outros modelos, diferentes dos parentais. A reorganização relativa às identificações, que está em jogo na adolescência, envolve, portanto, a necessária elaboração do luto das figuras parentais da infância.

A via de explicação do atual “encruamento” da adolescência, que visamos explorar, parte da hipótese de que pode estar havendo forte resistência, por parte dos jovens da contemporaneidade, ao trabalho de luto dos pais infantis. Quando, na ocasião da adolescência, o sujeito se depara com essa resistência, o remanejamento das identificações é atravancado, de modo que o investimento em novos objetos torna-se custoso, preponderando, em seu lugar, a manutenção de vigoroso vínculo com os pais idealizados, absolutos e onipotentes da infância. Essa resistência contribui, portanto, para a manutenção de um funcionamento mental infantil e essencialmente narcísico. É evidente que ao falarmos do absoluto, da onipotência narcísica e da idealização, somos remetidos aos conceitos de ego ideal e de ideal do ego; deixaremos, no entanto, a análise desses conceitos para o próximo capítulo.

Por ora, gostaríamos de dizer que, regido por funcionamento psíquico essencialmente narcísico, o ego tende a não suportar o desprazer, a recusar o adiamento do prazer imediato e a mobilizar defesas arcaicas para se livrar da angústia. Se tomarmos em consideração o possível recurso ao alívio imediato da tensão, poderemos remeter-nos ao nosso principal objeto de estudo, a drogadicção. A onipotência narcísica,

⁵ Em nossa dissertação de mestrado desenvolvemos, num capítulo dedicado aos ecos psíquicos produzidos pelas mudanças pubertárias, um tópico intitulado “Redimensionando as identificações”. Para mais detalhes sobre essa temática remetemos, portanto, o leitor a esse nosso trabalho anterior (intitulado *Adolescência: ato e atualidade*), uma vez que no presente tópico trataremos apenas aquilo que julgamos pertinente para a reflexão acerca do prolongamento da adolescência.

incessantemente buscada quando o modo de funcionamento mental em questão está em jogo, costuma ser garantida pelo efeito do uso abusivo de substâncias tóxicas.

Nesse sentido, é relevante notar que, no plano fenomenológico, a preferência dos jovens está cada vez mais voltada, atualmente, para o consumo de *ecstasy*. Essa droga é descrita por seus usuários como uma “pílula da felicidade” que intensifica a sensorialidade e promove algumas horas de sensação de completude. Nossos jovens a “apelidaram” de “bala”; considerando a temática do prolongamento da adolescência que estamos abordando, não poderia haver “apelido” mais pertinente para o *ecstasy*, substância que permite ao adolescente “encruado” fazer uma “viagem” de volta à infância onipotente.

Jornais de circulação nacional desde o ano de 2006 começaram a abordar insistentemente o fato de que estaria havendo “uma explosão do consumo de drogas sintéticas” (O GLOBO, 1 de dezembro de 2006) por parte de nossos jovens. O jornal O DIA de 6 de abril de 2008 publicou caderno especial dedicado à temática do consumo de *ecstasy*, no qual afirma que “segundo a última pesquisa da Organização das Nações Unidas, o Brasil tem 480 mil jovens dependentes da droga”. Esse caderno especial traz ainda a seguinte informação: “Os números da Polícia Federal demonstram o crescimento do consumo de *ecstasy* no Brasil. De acordo com os dados das apreensões, de 2002 até o ano passado, a evolução chega quase aos 3.000%”.

Estamos, então, procurando sustentar que a resistência ao trabalho de luto dos pais infantis representa obstáculo ao remanejamento das identificações e, por conseguinte, a manutenção de estreito vínculo com a onipotência narcísica e o absoluto, próprios à infância. Servindo-nos, novamente, das contribuições de Figueiredo, ele escreve que:

Há momentos na marcha da existência, e a adolescência é nisso paradigmática (...), em que os laços com objetos e as identificações precisam ser parcialmente desmanchados e reconstituídos. A chamada “pulsão de morte”, com seus efeitos desligantes, exerce então uma função decisiva e, paradoxalmente, vitalizadora. Este não é o momento das costuras, mas, predominantemente, dos rasgos e dos recortes. (FIGUEIREDO, 2006, op. cit., p. 64).

Porém, a oposição ao luto dos pais infantis que estamos examinando faz com que o adolescente permaneça preso, “costurado” às figuras parentais da infância, dificultando, assim, o desmanche desses laços e a reconstituição das identificações; logo, dificultando os “rasgos” e “recortes” que se constituem como fundamentais para que este momento da marcha da existência seja atravessado e “superado”. Figueiredo acrescenta que:

Estamos tão acostumados a tratar a adolescência como ‘problema’ que nos esquecemos do potencial de transformação que ela comporta e que, necessariamente, passa pelo estilhaçamento de vínculos e identificações, passa pelos estados-limite e por seus agudos sofrimentos. Mas que também inclui um potencial de sonho, esperança verdadeira, experimentação, alegria e transformação que não podem ser desperdiçados (Id., *ibid.*, p. 69).

Creemos que este embaraço ao despedaçamento dos vínculos e das identificações infantis engendra o enfraquecimento do “potencial de sonho” próprio à adolescência, e o fortalecimento de um potencial mortífero, destrutivo. Neste sentido, o próprio autor sublinha que a liberdade para a vida depende da elaboração do luto do objeto, o que reforça nossa idéia acerca da resistência ao luto objetal como atravancadora da libertação para a vida e geradora de possível aprisionamento à destruição e à morte.

Enxergamos o estabelecimento de adicção às drogas como uma das possíveis manifestações desse potencial mortífero, desta presença objetal maciça e contínua que tem lugar quando a resistência ao trabalho de luto está em jogo. Em inúmeras reflexões sobre os casos limites, encontramos o desenvolvimento de articulações entre as saídas não representacionais (como os adoecimentos psicossomáticos e as condutas adictivas, por exemplo) – por trás das quais “esconde-se” a dimensão do traumático, o campo do irrepresentável e, logo, a existência de violência psíquica radical – e uma presença objetal maciça e contínua.

Visando, ainda, levar adiante nossa investigação acerca da problemática do alongamento da adolescência, passaremos a outro tópico. Nele, apresentaremos as elaborações teóricas de alguns autores sobre a existência de exacerbada valorização da adolescência na cultura contemporânea, buscando demonstrar a estreita relação desse ponto com a problemática que estamos investigando.

II.2. A idealização da adolescência no cenário cultural contemporâneo

Vimos no tópico anterior algumas idéias desenvolvidas por Birman (2006, *op. cit.*), que escreve sobre a busca de projetos existenciais singulares pelas mães dos dias atuais, e sobre o não suprimento da relativa ausência materna no lar por maior presença paterna – já há muito os pais gozavam do “direito” de ter seus próprios projetos. Hoje, então, ambas as figuras parentais buscam realizar tanto seus próprios projetos existenciais quanto seus próprios desejos. Trata-se da sustentação de um ideal de experimentação permanente, o qual se encarna num estilo adolescente de existência, que vem se propagando pelo espaço social (BIRMAN, 2008, *op. cit.*).

Se Birman fala em ideal de experimentação permanente, Ana Paula Rongel Rocha e Cláudia Amorim Garcia (2008) falam em ideal de liberdade, difundido como um dos valores mais caros ao cenário cultural contemporâneo. Segundo as autoras, a transitoriedade identitária e a mobilidade estão de acordo com o ideal de liberdade, já que a manutenção do fluxo de identidades múltiplas representa liberdade de escolha para o movimento, para o estabelecimento de relações com os mais diversos tipos de pessoas e para a admissão dos inesgotáveis estilos oferecidos como possibilidade pela lógica do consumo. E que figura encarna melhor a transitoriedade identitária, a mobilidade e o ideal de liberdade, enfim, que o adolescente?

Em entrevista realizada por Marta Rezende Cardoso sobre a experiência da adolescência e a juventude contemporânea, Jurandir Freire Costa declara: “(...) acho que a dificuldade em se falar da ‘juventude’ é que ela própria tornou-se um ícone da moral do espetáculo. Ou seja, de condição de mudança, a ‘juventude’ passou a ser ‘um objetivo da mudança’” (CARDOSO, 2006, p. 19). Apoiados no que estamos observando como a sustentação de um ideal de experimentação permanente ou como o ideal de liberdade propagado como um de nossos valores mais preciosos, pensamos ser pertinente, inspirados na declaração de Costa, afirmar que a possibilidade de mudança passou a ser objetivo ímpar, ideal almejado, e a adolescência, com seu essencial caráter de condição de mudança, tornou-se o maior símbolo desse ideal.

Rocha e Garcia (2008, op. cit.) ressaltam a importância da lógica do consumo – a qual, juntamente com o culto à liberdade, vigora no cenário cultural contemporâneo – para a instituição do olhar idealizado que dirigimos atualmente à adolescência. Além de forte mercado consumidor, os adolescentes transformaram-se num grande apelo de marketing; seus *looks*, suas “tribos” (*hippie, grunge, patricinha/mauricinho*, etc.), suas opções de lazer e seus gostos culturais tornaram-se objeto de profundo interesse de marketing, sendo convertidos em mercadorias, colocados à disposição de todos, independentemente da faixa etária, e vendidos “como tudo que é bom, belo e revolucionário” (Id., *ibid.*, p. 627).

O estilo adolescente de existência, experimentador, livre, móvel, passou a ser assim intensamente desejado, e ao mesmo tempo disponibilizado nas prateleiras contemporâneas. O universo *teen*, elevado à categoria de ideal, invadiu o imaginário dos adultos; Maria Rita Kehl denomina esta difusão dos ideais *teen* pelo tecido social e o

seu compartilhamento por adolescentes, jovens adultos e adultos como a *teenagização* da cultura ocidental (Id., *ibid.*). Contardo Calligaris, no *III Dossiê universo jovem* (programa transmitido pela MTV em 2006), expôs que, alçada a valor máximo, a juventude vem sendo penosamente buscada por aqueles que dela já se afastaram; os que ainda a possuem, lutam freneticamente para mantê-la (HAAG, 2007).

Ainda de acordo com Calligaris, a manifesta idealização da adolescência pelos adultos gera o seguinte problema: fica visível para os adolescentes que os adultos desejam ser como eles (Id., *ibid.*). Entendemos isso como um problema uma vez que, diante disso, a questão que se apresenta para o adolescente é: por que, então, “dar entrada” no mundo dos adultos se eles próprios aí não gostariam de estar? Vimos no tópico anterior que Figueiredo formula: “Quem vai querer ser adulto neste mundo seriado?” (FIGUEIREDO, 2006, *op. cit.*, p. 67); inspirando-nos nessa formulação, podemos aqui indagar: quem vai querer ser adulto neste mundo “*teenegizado*”? A *teenagização* de nossa cultura configura-se, portanto, como mais um expressivo obstáculo ao encerramento da adolescência.

A reflexão acerca do atual prolongamento da adolescência levou-nos, então, a examinar o estabelecimento da adolescência como ideal cultural contemporâneo. A fim de conduzirmo-nos à temática da família, gostaríamos de abordar mais um ponto inerente à questão da excessiva valorização da adolescência.

Assistimos atualmente ao fenômeno de diferentes gerações compartilhando comportamentos, inclinações, roupas e programas. Segundo Rocha e Garcia (2008, *op. cit.*), nos Estados Unidos cunhou-se o termo *grups* (condensação de *grown-up*, que em inglês significa “crescido” ou “adulto”) para nomear adultos que vivem e se vestem como jovens. Por assumirem o mesmo estilo, os mesmos comportamentos, as mesmas inclinações e fazerem os mesmos programas, os *grups* formam, juntamente com os jovens, um único segmento de mercado, o qual se diferencia somente daquele das crianças e do dos idosos.

A reportagem na qual se apóiam as autoras para falar dos *grups* traz uma visão positiva deste fenômeno de unificação de gerações, caracterizando-o como uma nova forma de existência na qual os pais, diferentemente de seus próprios pais e avós, defendem seu direito à realização de projetos e desejos pessoais e sua liberdade quanto às amarras das exigências parentais tradicionais. Já o *III Dossiê universo jovem* mostra

que mais da metade dos jovens entrevistados expressam desconforto ante a postura excessivamente “amiga” e demasiadamente pouco “parental” que os pais vêm adotando nas relações familiares (HAAG, 2007, op. cit.).

Neste contexto em que as figuras parentais também assumem um estilo adolescente de existência, é evidente a fragilização progressiva da autoridade simbólica dessas figuras. Nele:

(...) passou a ser não apenas comum mas também aceitável que pais e filhos pudessem usar drogas juntos, fazendo confissões e lembranças de suas histórias, como se fossem velhos amigos. Ou, então, tomarem porres juntos e desabafarem as suas mágoas, ressentimentos e angústias. Da mesma forma, confidências sobre as vidas amorosas de cada um passaram também a ser trocadas, como se se tratasse de figuras quase iguais e como se a hierarquia simbólica e a assimetria geracional deixassem de existir (BIRMAN, 2008, op. cit., p. 99).

Passemos, então, a dois novos tópicos, nos quais examinaremos com mais vagar a questão da autoridade simbólica. Esse exame consistirá na construção de um panorama do pensamento de vários autores sobre tal questão, a partir do qual buscaremos destacar algumas das condições de possibilidade, para além da propagação do estilo adolescente de existir pelo espaço social, assim como algumas possíveis consequências da progressiva fragilização da autoridade simbólica das figuras parentais.

II.3. Autoridade, hierarquia e assimetria: importância simbólica

É preciso cautela ao lidar com a questão da autoridade. Birman (ibid.) escreve sobre a necessidade do cuidado quanto ao apelo à autoridade, para que esse apelo não justifique o fortalecimento da repressão (familiar, policial ou escolar). Na dissertação de mestrado *Adolescência: ato e atualidade* (2006), sustentamos, neste sentido, que autoridade e autoritarismo não podem ser confundidos.

Atentos ao cuidado demandado pela questão, situamo-nos junto àqueles que acreditam na importância simbólica das figuras de autoridade na organização social. Freud mesmo já havia dado relevo a essa importância. Em “O mal-estar na civilização” (1930/1976), ele chama a atenção dos leitores para um fenômeno que denomina “pobreza psicológica dos grupos” e considera um perigo, declarando que esse fenômeno aconteceria com mais facilidade exatamente nas sociedades em que as figuras de autoridade não assumissem seu devido destaque.

É válido salientar que quando nos remetemos à noção de autoridade, queremos, sobretudo, designar um lugar simbólico, uma função estruturante tanto do psiquismo

individual quanto da formação de uma coletividade. De acordo com José Newton Garcia de Araújo (2001), sem veicular normas e leis por meio de figuras de autoridade, não é possível que se sustente o laço social. Segundo Freud (1930/1976, op. cit.), sem lei ficamos “à mercê da força bruta”.

O que ocorre, porém, na atualidade, dentre muitos outros aspectos, é que o destaque que deveria ser assumido pelas figuras de autoridade vem sendo delas “usurpado” por outra figura. Se antes eram as figuras de autoridade que se estabeleciam como referências, transmitindo o significado do que era “o Bem” e prezando valores relacionados à família, ao trabalho e ao civismo, assistimos hoje à ascensão da figura da celebridade. Sobre essa “substituição”, Jurandir Freire Costa pondera que as figuras de autoridade

(...) tiveram as suas vozes abafadas pelo estardalhaço da moda e dos mitos científicos. Ciência e moda são práticas sociais que se alimentam da mesma fonte, a irrelevância do que passou. (...) Encolhida entre as duas, a autoridade parece minguar. Autoridade é sabedoria fundada na história. Não se pode ‘ter ou ser autoridade’ no que ainda não aconteceu ou no que aconteceu, mas não resistiu à prova do tempo. Autoridade em *coisas futuras ou passageiras* é um contrasenso. Em consequência, o lugar da autoridade foi tomado pela *celebridade* (COSTA, 2004, p. 169. Grifos do autor).

São, então, as celebridades que assumem, hoje, o papel de formadoras de hábitos e opiniões. No entanto, sua ética não é nada semelhante à da autoridade, e seu lugar de destaque não se deve à posse de valores morais. Costa afirma que a maior parte das pessoas tem consciência de que o mérito da celebridade é questionável, dado o seu desapego à moralidade. Mesmo assim, os indivíduos ambicionam ser como as celebridades por perceberem que elas são as únicas merecedoras de reverência, estando o restante da sociedade condenado ao anonimato. Esse paradoxo gera, nas palavras do próprio autor, “um efeito cultural desagregador” (Id., *ibid.*, p. 172).

Saindo do meio mais amplo da cultura contemporânea, concentremo-nos no que diz respeito, especificamente, à questão da autoridade simbólica no seio das relações familiares. Steven Wainrib sublinha que o grupo familiar está longe de ser um grupo como outro qualquer no que diz respeito aos vínculos simbólicos. A família possui a peculiaridade de ser organizada por um sistema particular e estruturante, o sistema de parentesco. Tal sistema comporta um conjunto de direitos, deveres e interditos que, ao mesmo tempo, unem e diferenciam os lugares e as gerações, garantindo o estabelecimento de vínculos simbólicos nos quais o reconhecimento do lugar de cada membro está assegurado. Os lugares instituídos pelo sistema de parentesco não são, nas

palavras do autor, “nem intercambiáveis, nem simétricos” (WAINRIB, 2002, p. 210. Tradução nossa) e essa ausência de intercambialidade e essa assimetria são responsáveis pelo afastamento da ameaça de redução dos membros da família ao estatuto de objetos narcísicos.

Eiguer também realça a importância simbólica do sistema de parentesco. Ele explica que as diferenças (entre os sexos, entre as gerações) não devem ser compreendidas como subsídio à dominação de uns por outros, e sim como geradoras de movimento de uns em direção a outros, movimento este que está em jogo nas condutas de aproximação recíproca, nos afetos e nas fantasias. As diferenças “(...) existem para lembrar a necessidade do outro, para evitar que o outro seja omitido ou anulado, para sublinhar suas riquezas e para aprofundar e perpetuar isto que é a base da psicologia humana: o vínculo” (EIGUER, 2008, p. 20. Tradução nossa). Logo, elas estão a serviço da criação de um diálogo. O autor sustenta, deste modo, que é preciso que existam diferenças no meio familiar, e aponta para o significativo papel da autoridade na autorização, no asseguramento e na facilitação da transmissão nesse meio.

Discordamos, em parte, de Wainrib (2002, op. cit.) no que diz respeito à necessidade de não haver intercambialidade dos lugares estabelecidos pelo sistema de parentesco para que o reconhecimento desses lugares esteja garantido. Nossa parcial discordância deve-se ao fato de não enxergarmos a existência de uma “ordem natural” no que se refere aos lugares ocupados por homens e mulheres no interior da família. Isto significa que não problematizamos o intercâmbio, entre homens e mulheres, de funções que outrora eram definidas como exclusivamente masculinas ou femininas.

Porém, também apostamos na necessidade de manutenção de diferenças e de uma assimetria no âmbito familiar. Ou seja, cremos na necessidade de uma demarcação dos lugares com suas funções, por mais que não demos relevância a quem, em termos de homem / mulher, ocupará cada um dos lugares demarcados. Além disso, cremos que, *em se tratando de pais e filhos*, os primeiros não podem se colocar e ser encarados pelos últimos como figuras quase iguais; isto é, acreditamos que a hierarquia simbólica e a assimetria geracional – mencionadas por Birman (2008, op. cit.) na citação do fim do tópico anterior – não podem deixar de existir.

Interrogar-se acerca da melhor maneira de exercer a autoridade sobre os filhos não é o que vem produzindo ruído no meio familiar. O problema é que observamos,

atualmente, essa interrogação tomar conta das figuras parentais e propendê-los à paralisação, de forma que essas figuras vêm se inclinando a ausentar-se do exercício da autoridade, borrando, assim, as diferenças simbólicas que deveriam marcar o pertencimento geracional, e tendendo a estabelecer relações simétricas com seus filhos. Eiguer (2008, op. cit.), como Birman (2008, op. cit.), também problematiza, neste sentido, o tratamento como quase iguais entre pais e filhos e a falta de reserva, por parte dos pais, quanto a sua vida íntima, sentimental e sexual.

As recomposições que vigoram nas famílias da atualidade contribuem, ainda, para o comprometimento da construção de uma hierarquia simbólica, uma vez que, diante delas, assistimos às figuras parentais perplexas frente a perguntas como: qual é o meu papel junto aos filhos com os quais não vivo mais? E junto aos filhos de meu novo (a) companheiro (a) com quem convivo cotidianamente? A pergunta que não quer calar e para a qual nos parece que as figuras parentais têm se embaraçado para achar resposta, propendendo ao emudecimento, é: quem deve exercer autoridade sobre quem?

Consideramos ser de extrema relevância o exercício da autoridade pelas figuras parentais e o não apagamento das diferenças que oferecem suporte à manutenção das barreiras geracionais. Para que esse exercício e esse não apagamento não sejam postos em xeque, cada um precisa poder encontrar e definir seu papel; os papéis, obviamente, precisam ser diferentes; e uma hierarquia simbólica precisa ser aí constituída. Assim sendo, é possível enxergarmos

como um papai pode se mostrar suficientemente autoritário com as crianças de sua companheira, e mais tolerante com as suas; ou como um rapaz pode ser, na sua família da semana, o mais velho responsável, e na sua família do fim de semana, o pequeno caçula excessivamente paparicado... (...) como um homem pode ser, em uma primeira vida, um pai um pouco ausente, não muito investido, e numa segunda vida, um papai preocupado e presente; ou ao mesmo tempo um celibatário sem criança assumida e o pai-padrinho muito engajado da criança de sua irmã celibatária ou de uma amiga lésbica... (HEFEZ, 2008, p. 154-155. Tradução nossa).

Todas as figuras são possíveis nas mais diversas configurações familiares hoje existentes. Mas, como escrevemos acima, fazemos eco com Serge Hefez: para qualquer configuração familiar “funcionar”, é preciso que “cada um ache nela seu lugar” (Id., *ibid.*, p. 155).

Entretanto, como vimos buscando sustentar, as figuras parentais encontram-se, pensamos poder dizer, perdidas, tendendo à incapacidade de achar seus lugares, de exercer sua autoridade e de, desta forma, deixar marcadas as diferenças simbólicas que dão ensejo à assimetria geracional. A fim de dar continuidade à análise acerca de como

se deu a progressiva fragilização da autoridade simbólica dessas figuras, percorreremos o caminho de algumas das modificações que tiveram lugar no meio familiar. Nesse percurso recorreremos a idéias que apresentamos em nossa dissertação de mestrado e que também foram expostas no artigo “Passagem ao ato e adolescência contemporânea: pais ‘desmapeados’, filhos desamparados”, mesclando, como anunciamos na introdução deste capítulo, tais idéias a outras contribuições sobre a família.

II.4. Considerações sobre a família: transformação e instabilidade

Elisabeth Roudinesco afirma que uma nova família começou a se delinear a partir da década de sessenta – uma família na qual a questão da hierarquia não se coloca, uma vez que o poder encontra-se descentralizado. A autora considera essa família, que historicamente podemos designar como contemporânea, semelhante a uma “tribo insólita, a uma rede assexuada, fraterna, sem hierarquia nem autoridade, e na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado” (ROUDINESCO, 2003, p. 155). Em sintonia com essas considerações, Hefez (2008, op. cit.) caracteriza a família contemporânea como uma “família horizontal”, regida pelo princípio da auto-organização, o qual possibilita infinita distribuição de lugares, diversamente da ordem simbólica que organizava a “família vertical” num arranjo fixo e piramidal.

A questão da hierarquia na família contemporânea é contemplada com especial relevo por Sérvulo A. Figueira (1987), que contrapõe algumas características marcantes dessa família – que denomina igualitária porque regulada pela ideologia do igualitarismo – àquelas presentes no modelo familiar tradicional. O autor diz que, a partir da década de sessenta, a família tradicional – ou hierárquica, conforme sua denominação – perdeu espaço diante da nova família igualitária.

Na família hierárquica os indivíduos eram definidos com base em sua posição, sexo e idade. Nela, vigoravam numerosas idéias sobre os papéis e funções pertinentes ou não a cada membro. Existia, portanto, relativa organização neste modelo familiar tradicional, um “mapeamento”. Homem e mulher percebiam-se como “intrinsecamente diferentes”, agindo de acordo com o que era tido como adequado a cada sexo; pais e filhos também se relacionavam ancorados na idéia da existência de “diferenças intrínsecas”. Retomando a noção de sistema de parentesco, este se fazia valer na família hierárquica, assegurando diferenciação e definição dos lugares e das gerações.

Figueira (Ibid.) define a identidade na família tradicional como “posicional”. Já no que se refere à questão da identidade na família contemporânea, o autor escreve que:

homem e mulher se percebem como diferentes pessoal e idiossincraticamente, mas como iguais porque indivíduos. As diferenças pessoais subordinam (e são percebidas como mais importantes que) as diferenças sexuais, etárias e posicionais. Os sinais estereotipados da diferença homem / mulher tendem a desaparecer, se confundir ou se multiplicar, e os marcadores visíveis da diferença tendem, na medida do possível, a ser expressões do gosto pessoal. As noções bem delineadas de “certo” e “errado” perdem suas fronteiras, a noção de desvio de comportamento, pensamento ou desejo perde a clareza, e instaura-se, aparentemente, o reino da pluralidade de escolhas, que só são limitadas pelo respeito à individualidade do outro (FIGUEIRA, 1987, op. cit., p. 16-17).

Entendemos que as idéias desenvolvidas por Anthony Giddens (1993) estão em conformidade com a afirmação – proposta por Figueira – do igualitarismo como ideologia norteadora das relações na família contemporânea, família não hierarquizada cujos membros percebem-se como iguais porque indivíduos, e na qual as escolhas são limitadas apenas pelo respeito à individualidade alheia. Isto porque Giddens contempla a noção de democracia política, que pretende garantir liberdade e igualdade nas relações entre os indivíduos, para desenvolver a hipótese de que “a democratização da esfera privada está atualmente (...) na ordem do dia (...)” (GIDDENS, 1993, p. 201).

A democratização da esfera privada visa garantir, portanto, liberdade e igualdade nas relações familiares da atualidade, e tende a subverter, deste modo, a lógica simbólica do sistema de parentesco vigente na família hierárquica. O universo da “família horizontal” é aquele da comunicação, do prazer compartilhado e da carência de ordenação estratificada e estável.

Tomaremos emprestada, neste ponto, a metáfora da “fluidez” ou da “liquidez” elaborada por Zygmunt Bauman (2001): enquanto os sólidos têm forma nítida, mantida com facilidade, os fluidos não apresentam dimensões espaciais rígidas, sendo propensos a mudanças. Segundo o autor, na modernidade teve lugar um processo de liquefação, de derretimento dos sólidos estabelecidos, no sentido de rompimento com o passado e a tradição. Bauman ressalta que este derretimento não deveria eliminar os sólidos de uma vez por todas, e sim abrir espaço para “novos e aperfeiçoados sólidos” dignos de confiança, que pudessem tornar o mundo previsível e administrável. Porém, a substituição dos antigos sólidos por novos com alguma “solidez duradoura” jamais se concretizou. Pode-se dizer que neste processo de derretimento, instituições tradicionais como o Estado e a Família, assim como padrões e configurações institucionalizados,

“liquefizeram-se”, adquirindo caráter fluido, instável, volúvel, com forte tendência, portanto, à mutabilidade.

Essa metáfora auxilia-nos a desenvolver o seguinte: compreendemos que a solidez das posições ocupadas pelos membros da família individualmente, isto é, sua firmeza e estabilidade, também foi afetada pelo processo de derretimento, de liquefação. Assim, tanto na esfera da vida pública quanto na da vida privada, o sujeito contemporâneo depara-se com a ausência de autoridades rígidas, de regras e referenciais estáveis, encontrando-se, então, imerso num contexto onde nada mais está “dado”, e no qual é convocado a construir suas próprias referências, a elaborar as normas que regulam sua existência.

Hugo Mayer (1997) considera que a família atual está em crise, e remete esta situação crítica precisamente à falta de estabilidade e à incerteza que estão em jogo no desempenho dos papéis dos membros da família contemporânea. Ele afirma, no que concerne às figuras parentais, que a ambiguidade do lugar ocupado por homens e mulheres como pais na atualidade é um dos principais fatores geradores de crise na instituição familiar. Essa afirmação corrobora o que vimos tentando mostrar sobre a importância de homens e mulheres, *como pais*, serem capazes de encontrar e delimitar seus papéis com suas respectivas funções, exercendo sua autoridade simbólica e assegurando a manutenção da assimetria geracional.

Eiguer também afirma que é preciso, nas interações com seus filhos, que os pais conservem o “modo pessoal de adulto” (EIGUER, 2001, p. 15. Tradução nossa) para que as barreiras geracionais não se apaguem. Ele qualifica a assimetria geracional como criativa, explicando que ela provê a parentalidade de um senso forte, e articula o disfuncionamento da família a complicações na instauração dessa assimetria.

Voltando ao que elabora Mayer, na família dos dias de hoje, os filhos acham-se “afetivamente órfãos, sem uma figura de pai forte, respeitável, que proteja, e sem a sustentação de uma mãe terna, tolerante”. Esses filhos estão “à deriva, sofrendo traumáticamente o impacto das contradições sociais” (MAYER, 1997, op. cit., p. 86. Tradução nossa). O autor considera que, na atual ausência de um grupo familiar que possa mediar e processar adequadamente estas contradições sociais, intensificam-se fenômenos subjetivos como a sobre-excitação e a compulsão à repetição.

A imagem acima exposta dos filhos “à deriva” no grupo familiar dos dias atuais nos remete à noção de desamparo. É possível declaramos, portanto, que vislumbramos o agravamento do desamparo desses filhos como uma das possíveis consequências do processo que culminou na fragilização da autoridade simbólica das figuras parentais.

Além da reflexão que vimos desenvolvendo acerca da questão da atomização do poder na família contemporânea, avaliamos ser importante aprofundar a idéia da existência de conflitante sobreposição de mapas ordenadores no cenário familiar da atualidade. Como essa idéia, conforme veremos, também esbarra na noção de desamparo, antes de aprofundá-la, teceremos algumas considerações sobre tal noção.

II.5. Breves notas sobre a noção de desamparo

Mário Costa Pereira dedica parte de seu livro *Pânico e desamparo: um estudo psicanalítico* (1999) à noção de desamparo originário. O autor afirma que, a partir do pensamento freudiano, a compreensão dessa noção ultrapassa em muito uma vertente biológica, isto é, não pode ser limitada à idéia de um estado de insuficiência psicomotora que seria própria ao bebê.

Entender o desamparo sob uma ótica exclusivamente biológica significaria considerar o aparelho psíquico a partir de um ponto de vista evolucionista, segundo o qual o desenvolvimento do psiquismo caminharia de um estado de dependência absoluta para uma condição “madura”, na qual a situação de desamparo viria a ser superada. De acordo com esta visão reducionista, o desamparo não constituiria condição essencial e inevitável para o funcionamento psíquico.

Se nos situamos, no entanto, numa abordagem psicanalítica, fundamentada na suposição de uma divisão psíquica no sujeito, a noção de desamparo vem nos remeter, em última instância, às possibilidades e aos limites da representação, da simbolização da força pulsional. Na teoria psicanalítica, o desamparo vincula-se, então, de maneira intrínseca, à idéia de insuficiência: a princípio, insuficiência psicomotora do bebê, mas, sobretudo, insuficiência do aparelho psíquico em dar conta do excesso de excitação (pulsional).

Não se trata, portanto, de limitar a noção de desamparo a “um dado essencialmente objetivo: a impotência do recém-nascido humano que é incapaz de empreender uma ação coordenada e eficaz (...)” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1982/1998, p.112), dependendo, assim, de um outro que realize a ação específica (*ação*

coordenada e eficaz) necessária para eliminar sua tensão interna. Trata-se de entender o estado de desamparo como protótipo de toda situação traumática, conforme sustentado por Freud em “Inibições, sintomas e ansiedade” (1926/1976), como um estado no qual o sujeito se vê inundado por um excesso de excitações, que ultrapassa a sua capacidade de ligação.

As possibilidades de mediação, de contenção da força pulsional, são fundamentais para que o sujeito seja capaz de lidar com esse pulsional, de representá-lo, realizando o trabalho de ligação, de simbolização. Tais possibilidades de mediação situam-se – ou deveriam situar-se – no registro da ordem simbólica.

Do ponto de vista da constituição psíquica, o desamparo é inerente à subjetividade humana, em razão dos próprios limites do aparelho psíquico. Mas, dada a fragilidade da ordem simbólica no contexto cultural e familiar da contemporaneidade, não tenderia o estado de desamparo a se impor de modo exacerbado na vida psíquica?

Bauman (2001, op. cit.) descreve o cenário cultural contemporâneo não como amparado pela ordem simbólica, e sim como caracterizado, preferencialmente, por precariedade, instabilidade, vulnerabilidade, incerteza e insegurança. Essas características, como vimos no tópico anterior, parecem repetir-se no cenário da família dos dias atuais. Logo, estamos diante de uma carência de recursos de mediação tanto no âmbito público da atualidade quanto no privado.

O que nos remeteu à noção de desamparo, foi exatamente a imagem construída por Mayer (1997, op. cit.) dos filhos “à deriva” no grupo familiar dos dias atuais, ou seja, dos filhos inseridos numa família na qual as possibilidades de mediação, de processamento da força pulsional, tendem ao desaparecimento. Esse autor, ao construir tal imagem, estabeleceu justamente sua ligação com a intensificação de fenômenos subjetivos como a *sobre-excitação*.

Desenvolvidas então estas breves notas sobre a noção à qual fomos remetidos, aprofundemos, finalmente, a idéia da existência de uma conflitante sobreposição de mapas ordenadores no cenário familiar da atualidade, idéia que também esbarra na noção de desamparo.

II.6. Sobre o “desmapeamento”

De acordo com Figueira (1987, op. cit.), a velocidade acelerada do processo de modernização da família acabou por resultar na aquisição de novos ideais e identidades

que não vieram exatamente alterar os antigos, mas se sobrepuseram a eles. Logo, apesar de ser possível que se afirme a prevalência, nos dias de hoje, do modelo familiar igualitário – o modelo hierárquico de família vem certamente se tornando cada vez mais incomum – não se pode sustentar que a família hierárquica tradicional tenha sido radicalmente extinta. A existência de novos ideais e identidades na família contemporânea não exclui a permanência de traços próprios à família hierárquica tradicional.

Para descrever a presença simultânea de mapas distintos e contraditórios, Figueira lança mão do termo “desmapeamento” (Id., *ibid.*, p. 22). O “desmapeamento” gera desorientação e conflito. Eguier é enfático ao declarar: “Os pais estão desorientados” (EIGUER, 2008, *op. cit.*, p. 23. Tradução nossa). cremos que esta desorientação – que se faz notar na dificuldade que vimos examinando dos pais quanto a encontrar e bem definir seus lugares, sustentando sua autoridade simbólica e constituindo, assim, diferenças marcadoras da assimetria geracional – está articulada não só à democratização da esfera privada, mas também, e privilegiadamente, àquilo que estamos expondo como “desmapeamento”.

Quando Hefez pondera que para qualquer configuração familiar “funcionar”, é preciso que “cada um ache nela seu lugar” (HEFEZ, 2008, *op. cit.*, p. 155), ele relaciona o possível não funcionamento familiar justamente ao encontro doloroso entre a “família horizontal” e a “família vertical”. “É desta permanência da ordem simbólica – (...) – que sofrem terrivelmente os pais de hoje” (HEFEZ, 2008, *op. cit.*, Tradução nossa). A ordem simbólica à qual o autor está se referindo é aquela organizadora da “família vertical”, e os pais a que ele se remete são os pais figuras masculinas. Façamos, então, alguns ajustes na sua proposição, e construamos uma nova: é da reminiscência da ordem simbólica organizadora da “família vertical” e, sobretudo, de sua sobreposição e mistura com os princípios que regem a “família horizontal”, que sofrem terrivelmente, desorientando-se, as figuras parentais de hoje.

Ademais, ao falar do encontro entre a “família horizontal” e a “família vertical”, Hefez (*Ibid.*) também vincula esse encontro aos entraves na construção de uma hierarquia simbólica. Segundo ele, todos estão de acordo para compartilhar o prazer, o jogo, o corpo-a-corpo – compartilhamento característico do universo da “família horizontal”. Porém, todos parecem abdicar das funções de autoridade, de transmissão da

lei, de separação – na “família vertical” não faltava espaço para o exercício dessas funções. O autor afirma ainda com firmeza que quando o exercício dessas funções está comprometido, os filhos entram em sofrimento.

Asseveramos anteriormente pensar que o enfraquecimento da autoridade simbólica das figuras parentais agrava o sentimento de desamparo nos filhos; analisamos, brevemente, a noção de desamparo a fim de dar consistência a esse pensamento. A revivência do desamparo constitui experiência típica da adolescência, ligada à violência interna excessiva, engendrada pelas mudanças pubertárias e pelo consequente surgimento de uma nova pulsionalidade. É árdua a tarefa do adolescente de “passar além” dessa revivência e, para cumpri-la, ele precisa elaborar a violência interna – violência pulsional excessiva e apassivadora, que invade o território egóico.

Supomos que, além da fragilização da autoridade simbólica dos pais da atualidade, o “desmapeamento” que supomos estar em jogo na família contemporânea predominantemente igualitária, mas ainda com resquícios tradicionalistas, também concorre para a radicalização da revivência do desamparo na adolescência. Isto porque esta revivência está invariavelmente vinculada à questão “quem sou eu?” (“quem sou eu diante destas transformações pubertárias que se impõem a mim, e diante da manifestação desta nova pulsionalidade engendrada por tais transformações?”) e o “desmapeamento” não só gera desorientação e conflito, mas também aprofunda o desnorreamento intrínseco a essa questão.

O agravamento da revivência do desamparo no espaço da família contemporânea pode ser entendido, portanto, como expressivo impacto das transformações ocorridas no cenário familiar para a geração de adolescentes da atualidade e, ainda, como mais um empecilho à “superação” da condição adolescente. Também é possível observarmos importantes efeitos dessas modificações sobre nossos jovens, por meio da análise da ação que elas podem ter exercido sobre os seus pais. É precisamente a noção de “desmapeamento” que nos possibilita explorar esta via de reflexão.

II.7. A juventude “desmapeada” dos pais de nossos jovens

Apesar de os valores característicos da família hierárquica ainda hoje se encontrarem mesclados aos da família igualitária, são os últimos que, sem dúvida, sobressaem. Entretanto, é possível concebermos um período em que o novo e o antigo

conviviam em pé de igualdade, um período que pode ser considerado auge da transição (e da sobreposição) entre dois estados distintos de costumes familiares.

Tanto Figueira (1987, op. cit.) quanto Roudinesco (2003, op. cit.) localizam a irrupção dos novos valores relacionados à família a partir da década de sessenta do século passado. Considerando a velocidade do processo de modernização da família, podemos supor que este contexto de mistura profunda entre o “moderno” e o “arcaico” estaria instalado, fundamentalmente, na década de setenta. Nesta década, os pais dos jovens de hoje eram, eles próprios, jovens e vivenciaram, portanto, o embate entre os princípios, a educação e a formação transmitidos por seus pais, e os novos e antagônicos valores que a sociedade também passou a veicular como norteadores e desejáveis.

Gilberto Velho (1998) dedicou-se a um estudo antropológico sobre a noção de desvio nas camadas médias urbanas e observou durante dois anos, na década de 70, dois grupos de pessoas que utilizavam tóxicos regularmente. Nas análises de ambos os grupos (o primeiro, de “jovens adultos”; e o segundo, de sujeitos “entre 13, 14 e vinte e poucos anos”), é destacada a questão da contestação e da crítica desses indivíduos às suas famílias⁶. Além disto, a atenção dos leitores é levada para a situação paradoxal vivenciada por esses sujeitos, que rejeitavam as escalas de valores de suas famílias de origem, mas também se identificavam com elas em importantes aspectos como, aliás, não poderia deixar de ser.

Esse mesmo autor, em outra obra, também escreve sobre a rejeição dos filhos – jovens entre 12 e 25 anos na primeira metade da década de setenta – aos valores paternos, por meio de atos e palavras. Velho explica que os pais desses jovens possuíam um projeto bastante visível, ao qual esperavam que seus filhos dessem continuidade. Esses pais, por sua vez, também tinham se afastado do projeto de suas famílias; porém, esse afastamento havia sido legitimado por elas. No caso dos jovens da década de setenta, o rompimento com o projeto parental não foi aceito; além disto, os pais repudiavam a nova opção existencial desses jovens, descrita pelo autor como “opção existencial lúdico-hedonista” (VELHO, 2004a, p. 76).

⁶ No filme “Os Sonhadores”, de Bernardo Bertolucci, lançado no Brasil no ano de 2004, e ambientado em Paris, no final da década de sessenta, um dos personagens – Théo, um jovem adulto francês – profere uma fala extremamente ilustrativa neste sentido, a respeito de como lidar com pais: “*Não basta ignorá-los. Eles deveriam ser presos e julgados. Obrigados a confessar seus crimes. Devem ser enviados ao campo para autocrítica e reeducação*”.

Desta forma, cremos que a ruptura efetivada pelos jovens da década de setenta em relação ao projeto parental pode ser considerada radical. Esta radicalidade está articulada não apenas à falta de legitimação do projeto desses jovens por parte de suas famílias, mas também ao repúdio parental quanto ao seu projeto.

Vejamos que paradoxo: os pais desses jovens eram altamente controladores, extremamente exigentes e fortemente desejosos de que seus projetos fossem continuados por seus filhos. Contudo, o modelo familiar que começa a ser valorizado pela sociedade – modelo igualitário, democrático – prega a tolerância das figuras parentais, a aceitação da diferença, o respeito às escolhas dos filhos, o provimento de um ambiente marcado pela liberdade. Ou seja, é possível notarmos aqui – e isso é fundamental em nossa análise – uma forte contradição entre os pais que esses jovens tiveram e os pais que este novo modelo familiar os incitou a vir a ser.

Velho afirma ainda que “o conflito entre projetos pode levar a situações de *drama social*” (Id., 2004b, p. 108). Pensamos que o conflito entre o projeto dos jovens da década de setenta e o de seus pais, dada a sua radicalidade, levou a uma situação de “drama social”.

Na introdução de uma de suas coletâneas, Velho (2003a) retoma algumas idéias desenvolvidas em sua tese de doutoramento (transformada no livro *Nobres & anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia* [1998, op. cit.]); afirma que os jovens entrevistados em sua pesquisa associaram as mudanças nas quais estavam envolvidos às idéias de crise, processo conflituoso e processo dramático. Supomos, realmente, que esses jovens participaram de transformações – estamos procurando realçar as do modelo familiar no qual foram criados, em relação ao modelo que a sociedade os convocou a tomar como nova referência – engendradoras de possíveis crises subjetivas e possíveis processos subjetivos conflituosos e dramáticos. Será possível designarmos essas crises e esses processos como traumáticos?

II.8. O traumático e sua transmissão: duas gerações de jovens

É possível vislumbrarmos como possível efeito da violenta ruptura entre o ideário da modernidade e o da contemporaneidade – neste momento, estamos atentos especialmente à severa ruptura entre os ideários relacionados à família – “um processo desestabilizador, por assim dizer traumático, das construções subjetivas” (MAIA, 2004, p. 71-72). Velho menciona, exatamente, que os choques culturais podem produzir

conflitos e impasses não só no registro intergrupar, mas também numa dimensão interna individual.

As “experiências contraditórias podem levar a situações críticas na elaboração e manutenção de identidade” (VELHO, 2003b, op. cit., p. 119). Presumimos que esta ameaça que está em jogo nas experiências contraditórias é agravada quando o sujeito está passando pela dura etapa da adolescência – etapa de remanejamento do referencial identificatório, de tensão entre dependência e autonomia, de incerteza identitária.

Jacqueline Palmade (2001) considera que a ruptura, a instabilidade e o paradoxo possuem significação de insegurança existencial, de perda de sentido. Vimos analisando a presença radical de aspectos como a ruptura, a instabilidade e o paradoxo no contexto familiar vivenciado pelos jovens da década de setenta. Consideramos a experiência de insegurança existencial e de perda de sentido – ligada à participação marcante dos aspectos citados na vivência dos jovens da década de setenta – como experiência traumática. Afinal, uma experiência traumática corresponde a uma situação que excede a capacidade de simbolização, na qual o sujeito se vê inundado por excesso de excitações que ultrapassa a sua capacidade de ligação; situação à qual não é possível atribuir sentido.

A ocorrência de contradições entre as identificações psicoafetivas (identificações afetivas com os pais) e as identificações sociais fragiliza as bases identitárias (PALMADE, 2001, op. cit.). Conforme desenvolvemos, a geração de jovens da década de setenta experienciou profunda contradição entre essas identificações. Essa experiência parece ter fragilizado as bases identitárias de muitos desses jovens – bases já frágeis no decorrer da passagem pela adolescência.

Jean Claude Rouchy (2001) elabora reflexão acerca da questão das identificações. Ao analisar o exemplo das migrações para refletir sobre essa questão, propõe como traumática a perda da base cultural partilhada na família, que está em jogo nas migrações, devido ao choque de culturas. Acrescenta ainda que, frequentemente, não se fala sobre esse trauma na família, o que impossibilita sua elaboração, provocando, assim, efeitos na geração seguinte. Apesar de não estarmos lidando com a questão das migrações, estamos considerando a hipótese da ocorrência de um choque entre os valores transmitidos pela família dos jovens da década de setenta e os novos valores relacionados à família, difundidos pela sociedade. Estamos, portanto,

trabalhando com a hipótese de significativa perda, por parte desses jovens, da base cultural partilhada em sua família; perda que, para muitos, pode ter se constituído como traumática.

Diante dos elementos discutidos, presumimos a existência de uma possível dificuldade – num sentido fundamentalmente intrapsíquico, com toda a complexidade que representa – destes jovens (os que tiveram suas bases identitárias fragilizadas por uma vivência de profundas contradições, de choque entre valores divergentes, e que experienciaram essa vivência de maneira traumática), ao se tornarem pais, quanto a oferecer adequado suporte narcísico na ocasião da adolescência de seus filhos, isto é, quanto a sustentar o processo de consolidação da identidade dos filhos.

Diversos autores evidenciam a tendência dos pais da atualidade a se comportar como adolescentes ante a adolescência de seus filhos. Acreditamos que isto se deva, para além da influência da propagação do estilo adolescente de existência pelo espaço social contemporâneo, à revivência, por parte dos pais, de sua própria juventude, e apostamos num caráter particularmente problemático da juventude dos pais dos jovens dos dias de hoje.

Eiguer (2001, op. cit.), ao escrever sobre a família do adolescente, explica que todos os membros do grupo familiar são afetados pela interrogação da identidade que é característica da adolescência. Ou seja, diante da adolescência dos filhos, os pais também questionam sua própria identidade, sua origem, seu futuro, sua linhagem. Logo, pode-se deduzir que Eiguer está de acordo com nossa crença na revivência, por parte dos pais, de sua própria adolescência frente à adolescência de seus filhos.

Quanto ao caráter particularmente problemático da juventude dos pais dos jovens dos dias de hoje, no qual estamos apostando, pensamos, nesta altura, ter conseguido justificar tal aposta. Lembremos que desde nossa introdução geral sublinhamos o valor que cremos ter o fato de os pais de nossos jovens terem vivenciado sua própria juventude no decorrer da década de setenta, essencialmente. Lembremos também que, na introdução do presente capítulo, dissemos que a repercussão dos conflitos não elaborados da adolescência dos pais destaca-se como significativo fator de influência no estabelecimento das condutas de dependência, entre as quais se situa a adicção às drogas. Ademais, apontamos para a intrigante força da ressonância desses conflitos no que se refere aos encontros entre a geração de jovens da atualidade, na qual

as mais variadas adições vêm ganhando demasiado largo espaço, e a geração de seus pais.

A vivência, por parte dos pais dos atuais jovens, de profunda desestabilização em sua própria juventude, parece ter provocado em muitos desses sujeitos um processo interno/externo de desorientação com importantes implicações na assunção de seu papel parental. Desta forma, na ocasião da adolescência de seus filhos, eles parecem estar revivendo, do ponto de vista essencialmente inconsciente, o desnorteamento típico de sua própria juventude, o que se constitui como empecilho à consolidação dos processos de subjetivação dos adolescentes da contemporaneidade e como mais um obstáculo, portanto, ao ultrapassamento da adolescência e à entrada na vida adulta. Os jovens da contemporaneidade, sejam eles adolescentes de fato ou jovens adultos que podem ser designados como adolescentes “encruados”, quando “entrevados” em seus processos subjetivantes e aprisionados num modo de funcionamento mental narcísico e infantil, tendem com mais facilidade, como desenvolvemos no tópico sobre o prolongamento da adolescência, a lançar mão do abuso de substâncias tóxicas.

Conforme revelam, então, os elementos que vimos discutindo, a tarefa de “ser pai” / “ser mãe” parece configurar-se como especialmente árdua para a geração de jovens da década de setenta. No plano fenomenológico, isto pode ser observado por meio da manifestação de comportamento de certa forma adolescente, pela dificuldade quanto à definição de lugares bem delineados no interior da família e pelo comprometimento da sustentação da autoridade simbólica e da constituição de diferenças que marquem a assimetria geracional, por exemplo.

Em nossa opinião, o entrave aos processos de subjetivação dos adolescentes da atualidade também está relacionado à transmissão inconsciente de elementos traumáticos parentais não elaborados. Neste sentido, Michelle Cadoret declara que “os traços que permanecem sem elaboração, os acontecimentos não simbolizados são levados às gerações seguintes (...), um sofrimento narcísico parental vindo constituir obstáculo ao processo de subjetivação da geração seguinte” (CADORET, 2003, p. 176. Tradução nossa).

Visando melhor abordar o que elabora Cadoret (Ibid.) acerca de traços que permanecem sem elaboração e de acontecimentos não simbolizados que são levados à geração seguinte, nela produzindo efeitos que atrapalham os processos de subjetivação e

concorrem para o possível apelo ao abuso de drogas, exporemos brevemente as noções de incorporação e de introjeção. Apesar de já termos nos dedicado, na dissertação de mestrado, ao exame dessas noções, temos, na presente etapa de nossa pesquisa, novos e importantes objetivos ao fazê-lo: buscar dar conta de aspectos que julgamos estar na base da resistência, por parte dos jovens da atualidade, à elaboração do luto das figuras parentais infantis, assim seguindo com o desenvolvimento de nossas atuais contribuições sobre a questão do prolongamento da adolescência.

II.9. Estabelecendo algumas bases da resistência ao luto objetal: incorporação versus introjeção

Em nossas *Contribuições sobre o prolongamento da adolescência* descrevemos a necessidade de elaboração do luto dos pais da infância como uma especificidade do trabalho psíquico requerido na adolescência. Afirmamos que a consolidação do processo de subjetivação do adolescente depende de significativo redimensionamento dos referenciais identificatórios, e que esse redimensionamento só pode ser efetivado mediante, justamente, o trabalho de luto das figuras parentais infantis. Entretanto, se essas figuras possuem em seu aparelho psíquico conteúdos traumáticos não elaborados, não viriam tais conteúdos a se constituir, no momento da adolescência dos filhos, como possíveis entraves à elaboração do luto em questão? Parece-nos que sim, e é justamente nas noções de introjeção e de incorporação que encontramos subsídios para essa afirmativa. Sendo assim, vejamos em que consistem essas noções.

A noção de incorporação foi exaustivamente trabalhada por Nicolas Abraham e Maria Torok (1995). Foi para elucidar a compreensão das diferentes configurações psicopatológicas que conceberam – configurações engendradas por aspectos patológicos no processo de transmissão psíquica – que esses autores traçaram distinção fundamental entre as noções de introjeção e de incorporação.

A introjeção está na base dos processos identificatórios, e representa a integração, na esfera egóica, de traços que pertencem ao objeto. O processo de introjeção implica, portanto, a possibilidade de assimilação das qualidades do objeto, de acomodação destas qualidades ao universo psíquico do sujeito. Uma das características desse processo é contribuir para o enriquecimento egóico.

A incorporação entra em cena quando a introjeção é impraticável, isto é, quando o objeto idealizado é incapaz de cumprir a função de mediação necessária para que suas

qualidades sejam metabolizadas pelo sujeito. Nesse caso, ergue-se, então, o mecanismo da incorporação, no qual o objeto é tomado por uma via direta, e instalado em si no psiquismo do sujeito (HERZOG & SALZTRAGER, 2003).

Ao discorrer sobre a temática das identificações, Rouchy (2001, op. cit.) considera que são os pais que favorecem o processo de introjeção, ao fornecer à criança um sentido e uma organização para o universo dos signos, permitindo, assim, seu acesso à simbolização. Na mesma linha de raciocínio, Olga B. Ruiz Correa escreve que:

dentre as funções do casal parental, destaca-se aquela que outorga um sentido ao universo de signos com os quais a criança deve lidar, ajudando-a a transformar as sensações em sentimentos e idéias, a fim de que sejam simbolizadas por meio da palavra (RUIZ CORREA, 2000, p. 13).

Enquanto o processo de introjeção está relacionado à integração de traços pertencentes ao objeto no território egóico, o mecanismo da incorporação está ligado às marcas, que não são passíveis de acomodação junto ao universo psíquico representacional do sujeito. O traço, assim como a marca, representa uma sensação recebida pelo psiquismo. No artigo “Trauma e representação: estudo de um caso clínico”, Marta Rezende Cardoso, Fabiana Lustosa Gaspar e Patrícia Simon Lorenzutti (2002) afirmam que ambos podem ser compreendidos como uma impressão, mas que cada qual tem um destino diferente no interior do aparelho psíquico.

O traço é uma impressão que se inscreve no psiquismo por meio da sua associação a outros traços já inscritos e da sua conseqüente inserção na cadeia representacional. A marca é uma impressão que não se associa aos traços anteriormente inscritos, o que impede que seja inserida na cadeia de representações. A marca, portanto, não alcança inscrição no universo psíquico; diferentemente do traço, ela não é intermediada pelo trabalho de representação. Isso não quer dizer que a marca esteja excluída do psiquismo; pelo contrário: apesar de não se inscrever no aparelho psíquico, a marca se mantém nele conservada com significativa força.

O destino das marcas concernentes ao objeto tende a ser, então, a incorporação delas pela criança, devido à impossibilidade desse objeto de mediar a sua introjeção. No que se refere às próprias marcas, o casal parental não é capaz de outorgar-lhes sentido; o acesso da criança à simbolização daquilo que, para o próprio casal parental, não está simbolizado, fica assim severamente obstruído.

Para Abraham e Torok, para que se introjete algo é preciso que se faça com que este algo passe pela linguagem, o que só ocorre com o auxílio de um objeto detentor da

linguagem. Desta forma, a introjeção “só pode se operar com a assistência constante de uma mãe que possua a linguagem” (ABRAHAM & TOROK, 1995, op. cit., p. 246). O objeto deve ser mediador de sua própria introjeção; mas como mediar a introjeção do que não está simbolizado, isto é, como mediar a introjeção das próprias marcas? Teresa Pinheiro (1995) declara que: “A introjeção não se realiza ou porque o objeto de interesse desapareceu, ou porque o objeto não possui as condições necessárias para servir de mediador” (PINHEIRO, 1995, p. 53).

O processo de introjeção permite ao sujeito separar-se do objeto originário, findar sua dependência exclusiva a um único objeto de prazer, ampliar suas possibilidades de investimento. Este procedimento abrange trabalho de luto objetal, de elaboração da perda; abrange, ainda, um processo de mudança no psiquismo, uma vez que este é recomposto ao assimilar propriedades concernentes ao objeto. Já a incorporação, ao manter o objeto propriamente dito instalado no psiquismo, ou seja, ao mantê-lo vivo no aparelho psíquico, representa uma defesa, uma resistência ao trabalho de luto e às mudanças implicadas nesse trabalho (HERZOG & SALZTRAGER, 2003, op. cit.). Neste sentido, Abraham e Torok escrevem que:

É para não ‘engolir’ a perda que se imagina engolir, ter engolido, o que está perdido, sob a forma de um objeto. (...) A ‘cura’ mágica por incorporação dispensa do trabalho doloroso da recomposição. Absorver o que vem a faltar sob forma de alimento, imaginário ou real, no momento em que o psiquismo está enlutado, é *recusar o luto* e suas consequências, é recusar introduzir em si a parte de si mesmo depositada no que está perdido, é recusar saber o verdadeiro sentido da perda, aquele que faria com que, sabendo, fôssemos outro, em síntese, é recusar sua introjeção (ABRAHAM & TOROK, 1995, op. cit., p. 245. Grifos dos autores).

Abraham e Torok compreendem a incorporação como uma fantasia, diferentemente da introjeção, considerada como um processo. A fantasia de incorporação age no sentido oposto ao da fantasia comunicada. Por meio desta última, algo é apresentado à consciência, exigindo elaboração e, conseqüentemente, engendrando modificações no psiquismo. Por sua vez, a fantasia de incorporação não se revela à consciência, mantendo-se oculta no aparelho psíquico e agindo de forma a conservar o seu *status quo*, a opor resistência às mudanças.

Pensamos que a breve análise desenvolvida acerca das noções de incorporação e de introjeção permite a problematização de certas situações particulares, a saber: aquelas em que os pais (objetos originários, idealizados, favorecedores do processo de introjeção, detentores da linguagem) encontram-se diante de uma marca traumática em seu próprio psiquismo, isto é, diante de um conteúdo ao qual não puderam atribuir um

sentido, representar. O que estamos buscando problematizar aqui é a mediação, por parte desses pais, do acesso da criança à simbolização de tal conteúdo.

Como vimos, a introjeção só se dá com o devido auxílio de um objeto que a favoreça. Porém, como favorecer ao outro a introjeção daquilo que, para si próprio, não alcançou representação? No nosso entender, nesses casos, ou seja, quando estão em jogo situações vividas como traumáticas e não elaboradas pelos objetos parentais, constituem-se marcas cujo destino, em detrimento da introjeção, tenderá a ser, privilegiadamente, o da incorporação pela criança.

Ora, e não procuramos demonstrar que compreendemos a vivência desestabilizadora própria da juventude dos pais de nossos jovens como potencialmente engendradora de elementos traumáticos não elaborados? Estamos supondo, então, que muitas das hoje figuras parentais podem ter experienciado de maneira traumática, em sua juventude, o expressivo choque entre valores divergentes. Aqueles que vivenciaram tal experiência dessa maneira, não possuiriam instrumentos psíquicos, “condições necessárias” nas palavras de Pinheiro (1995, op. cit.), para servir de mediadores da introjeção, por parte de seus filhos, destes conteúdos não simbolizados. Logo, estamos supondo que tais conteúdos, pertencentes ao universo mental parental, tendem a ser incorporados no universo psíquico filial, sendo, assim, levados à geração seguinte de forma bruta, não trabalhada, e configurando-se como empecilho aos processos de subjetivação dessa geração.

Visto que a incorporação, no caminho inverso ao da introjeção, gera resistência ao trabalho de luto e às mudanças implicadas neste, é possível perceber, agora, por que acreditamos que quando as figuras parentais possuem em seu aparelho mental conteúdos traumáticos não elaborados, tais conteúdos podem constituir entrave ao trabalho de luto dessas figuras por parte de seus filhos, no momento de sua adolescência.

Conforme já observamos, essa resistência compromete o encerramento da adolescência, fazendo subsistir um modo de funcionamento mental essencialmente narcísico, característico da vida infantil. Ademais, ela concorre para a presentificação, no interior do psiquismo, de um potencial mortífero e destrutivo, cuja manifestação pode ser vislumbrada, por exemplo, no estabelecimento de uma adicção às drogas.

Ao refletir sobre o prolongamento da adolescência na atualidade, notamos que, nas investigações sobre os casos limites, as saídas não representacionais – a drogadicção é uma dessas “saídas” – são articuladas à presença objetal maciça e contínua. No presente tópico, escrevemos que quando se ergue o mecanismo da incorporação, o objeto é tomado por via direta e instalado em si no psiquismo do sujeito, mantendo-se vivo no interior do aparelho psíquico. Instalação em si do objeto no psiquismo do sujeito, presença viva do objeto; a noção de incorporação remete-nos fortemente à ideia de excesso de presença dos objetos primários, ideia que costuma ser realçada como subjacente às saídas não representacionais.

Por meio da análise das noções de introjeção e de incorporação estamos, finalmente, buscando dar conta daquilo que apostamos estar na base do excesso de presença dos objetos primários e da resistência, por parte do jovem da contemporaneidade, à elaboração do luto desses objetos. Continuaremos seguindo, no próximo (e último) tópico, esta trilha do estabelecimento de aspectos que consideramos estar na base da problemática do luto objetal, acrescentando alguns pontos, a nosso ver, de suma relevância.

II.10. Estabelecendo mais algumas bases da resistência ao luto objetal

A consolidação dos processos de subjetivação próprios à adolescência depende tanto da possibilidade de elaboração das perdas por parte do adolescente, quanto da possibilidade de tal elaboração por parte de sua família (EIGUER, 2001, op. cit.). Quanto mais difícil for, para os pais do adolescente, realizar esse trabalho de aceitação, mais difícil será, para o próprio adolescente, elaborar os lutos típicos da adolescência – entre eles, o luto das figuras parentais da infância.

O narcisismo parental é intensamente abalado quando os pais se vêem diante da tarefa de aceitação da perda do estado infantil de seus filhos. Afinal, estes últimos, ao consolidarem seus processos de subjetivação e assumirem uma identidade própria e adulta, deixarão efetivamente de ser “Sua Majestade o Bebê”, herdeiros das ambições e desejos parentais mais preciosos. É preciso, portanto, que os pais sejam capazes de lidar com o abalo ao seu narcisismo gerado pela realidade de que suas frustrações não serão necessariamente “reparadas” por seus filhos. Aceitar que o filho não é mais criança é aceitar que ele é um sujeito singular, com seus próprios desejos e ambições, e, sendo

assim, que ele não vai, necessariamente, realizar os sonhos parentais e compensar suas frustrações.

Quanto mais os pais mantiverem depositadas em seus filhos suas expectativas pessoais, mais custosa será para estes a construção de uma subjetividade própria e consistente. Quando o ideal narcísico parental deve ser atendido custe o que custar, ele se torna obstáculo aos processos de subjetivação do adolescente. Manter expectativas pessoais depositadas nos filhos, não abrir mão de seu próprio ideal narcísico significa, sob nossa ótica, conservar-se excessivamente presente e, como apreciamos anteriormente, tal excesso de presença está ligado à resistência ao trabalho de luto desses objetos, à presentificação de um potencial mortífero e destrutivo no aparelho mental, e ao recurso às saídas não representacionais.

Ao refletir, sinteticamente, sobre a especificidade do trabalho psíquico demandado na adolescência em nossa discussão sobre o seu alongamento na atualidade, definimos como imprescindível a tarefa adolescente de abandono dos pais da vida infantil; esses pais, além de protetores, extremamente idealizados e responsáveis pela vida da criança, são também objetos de desejo dessa criança. Aqui, gostaríamos de acrescentar que é imprescindível, do mesmo modo, que os pais se deixem abandonar como objetos idealizados, de dependência e de desejo incestuoso. Ou seja, é indispensável que as figuras parentais não só aceitem a diferença filial, isto é, que os filhos não são extensão narcísica, e que as ambições deles podem se distanciar de suas próprias, mas também que aceitem que o investimento dos filhos, inclusive o desejo filial incestuoso, seja redirecionado para outros objetos. A “superação” da revivência do Complexo de Édipo, essencial para que a adolescência se encerre de maneira bem-sucedida, não pode prescindir da aceitação dos pais quanto a abrir mão de serem os únicos objetos de amor e de desejo dos filhos.

Acreditamos, porém, na existência de significativas dificuldades nos pais dos jovens de hoje quanto a deixar de depositar nestes suas próprias expectativas, a abdicar de seu próprio ideal narcísico, a aceitar seu abandono como objetos únicos de amor e de desejo incestuoso. Cabe aqui fazer a seguinte ressalva, a fim de evitar a armadilha da generalização: estamos falando, sobretudo, dos pais que vivenciaram de forma traumática o contexto de “desmapeamento” próprio à sua juventude, carregando desse modo, em seu psiquismo, elementos não elaborados e transmitindo-os de maneira bruta

e não trabalhada à geração de seus filhos. Além disto, estamos investigando, sobretudo, os jovens que, ante o mecanismo da incorporação e o excesso de presença das figuras parentais, “acharam” a saída não representacional da toxicomania. É por conta desses embaraços que afirmamos que os pontos recém-acrescentados representam aspectos que consideramos estar na base da problemática do luto objetal, que vimos buscando vincular à questão do atual prolongamento da adolescência e ao possível estabelecimento de adicção às drogas.

A título de conclusão deste capítulo, vejamos o que nos diz Eigner (2001, op. cit.) a propósito, especificamente, da família dos toxicômanos: o filho (drogadicto) é frequentemente venerado e depositário de esperanças desmesuradas advindas do outro, isto é, de seus pais. Para nós, esta veneração não se constitui como veneração das singularidades do filho, e sim como regida por lógica narcísica.

Ademais, Eigner (Ibid.) sublinha o laxismo (tendência à supressão dos interditos, à tolerância excessiva, à permissividade) como característico da família dos toxicômanos, na qual preponderariam ainda os vínculos narcísicos em detrimento dos vínculos objetais, isto é, na qual os pais dificilmente seriam capazes de imaginar o desejo de seus filhos para além de seus próprios desejos pessoais. Nessas famílias as diferenças sexuais e geracionais, assim como as individualidades, se atenuariam, e as funções do pai e da mãe não se definiriam bem, enfraquecendo-se os vínculos de parentalidade. Lembramos que as diferenças existem, entre outros propósitos, para evitar que o outro seja omitido ou anulado. Mas, como estamos vendo agora, nas famílias marcadas pela primazia de vínculos narcísicos, as diferenças tendem a desaparecer e os pais tendem a fazer de seus filhos instrumentos de seus próprios desejos, anulando-os em suas singularidades.

Jeanne Defontaine (2002) denomina quadro familiar “incestual” (*incestuel*) aquele no qual está em jogo, entre outros aspectos, a confusão de lugares – confusão que, segundo ela, pesa sobre a diferença dos sexos, das gerações ou mesmo sobre ambas simultaneamente. Ela o opõe ao quadro familiar “edipiano”, e o articula à persistência de relações narcísicas no seio da família.

No próximo capítulo, procederemos ao exame mais minucioso daquilo que Defontaine (2002, op. cit.) designa como o “incestual” nas famílias, buscando perseverar no intuito – já esboçado aqui – de afirmar a sua frequente presença nas

famílias dos jovens toxicômanos da atualidade. Aprofundaremos a idéia da existência de predominância de vínculos narcísicos nessas famílias. Além disso, circunscreveremos os conceitos de ego ideal e de ideal do ego, procurando sustentar hipóteses sobre a constituição e o funcionamento dessas instâncias no que concerne à organização psíquica dos jovens drogadictos da contemporaneidade.

III – Drogadicção na juventude contemporânea: considerações sobre o “incestual” e os ideais

Adiantamos, no final do capítulo anterior, que o quadro familiar “incestual” é marcado, entre outros elementos, por uma confusão de lugares. Escrevemos que a instalação desse quadro está ligada à persistência de relações predominantemente narcísicas no seio da família, e que ele se opõe ao quadro familiar “edipiano”. Uma vez que estamos buscando afirmar a frequente presença de tais elementos na família do jovem toxicômano da atualidade, neste capítulo examinaremos com mais vagar em que consistem tais elementos.

A partir da análise dos aspectos envolvidos no quadro familiar “incestual”, problematizaremos a questão da constituição narcísica. A fim de dar consistência teórica a tal problematização, apreciaremos a possível existência de entraves à apropriação subjetiva na família em que o “incestual” está em jogo.

Uma vez devidamente situados no campo da constituição narcísica, circunscreveremos o conceito de ego ideal. Circunscreveremos também o de ideal do ego, já que reconhecemos, como muitos outros autores, uma distinção necessária entre essas duas instâncias, apesar de admitirmos a obscuridade desta distinção no texto freudiano. A reflexão sobre a temática dos ideais demanda, como observaremos, a compreensão e a articulação não só do conceito de narcisismo, mas também dos de identificação, idealização e sublimação.

A tomada em consideração da temática dos ideais nos permitirá estabelecer relações entre os pontos desenvolvidos antes dessa temática – e enumerados acima – e algumas hipóteses que elaboraremos acerca da organização do ego ideal e do ideal do ego no que se refere ao funcionamento mental do jovem drogadicto contemporâneo. Quanto a tal funcionamento, é preciso lembrar que, conforme enunciamos em nossa introdução geral e exploramos no decorrer do primeiro capítulo, nos situamos junto àqueles que o compreendem dentro da perspectiva dos estados limites.

Isso quer dizer que compreendemos o funcionamento mental que tem lugar na drogadicção como marcado por problemática fundamentalmente ligada à questão das fronteiras da vida psíquica, isto é, dos limites entre o eu e o outro. O aspecto da

alteridade (tanto externa quanto interna) assume, portanto, papel de considerável relevância.

Os estados limites nos mostram, então, que a substancial constituição das fronteiras da vida psíquica não está assegurada por simples “evolução” e pelo passar do tempo. Ademais, eles nos mostram que, obstaculizada a sólida constituição dessas fronteiras, o autêntico reconhecimento subjetivo também se acha ameaçado.

Ao longo deste capítulo examinaremos aspectos que se configuram como empecilhos ao verdadeiro reconhecimento subjetivo, buscando articulá-los ao possível estabelecimento de adicção à droga. Começemos, então, pelos aspectos envolvidos no quadro familiar “incestual”.

III.1. O “incestual” e a primazia de vínculos narcísicos

O modelo relacional fundamentalmente narcísico é característico dos vínculos primários estabelecidos entre a criança e suas figuras parentais. Já havíamos descrito, no segundo capítulo, as relações entre o sujeito e seus pais da vida infantil como atravessadas pela dependência, pela idealização, pelo absoluto, pela onipotência narcísica e pelo desejo incestuoso. Gostaríamos de ressaltar aqui que o modelo relacional em questão subsiste no quadro familiar “incestual”, forjando-se assim a manutenção da idealização – diremos, por enquanto, que a idealização engendra um estado no qual a falta e o conflito estão ausentes, marcado pela vigência do absoluto e pela dominância do registro da completude – e a exclusão do reconhecimento de autêntica alteridade. Por isso estamos falando em termos da *manutenção*, da *persistência* de vínculos essencialmente narcísicos nas famílias em que o “incestual” está em jogo.

Por trás dessa persistência, encontra-se uma necessidade: a de permanência de um tipo de relação em que a figura parental (objeto primário) precisa que o sujeito continue constituindo, física e psiquicamente, parte dela mesma. Em função de tal “necessidade”, essa figura parental forma com o sujeito um organismo onipotente e faz dele seu instrumento, sua propriedade. Esse tipo de relação é denominado por alguns autores de relação de sedução narcísica (DEFONTAINE, 2002, op. cit.; WAINRIB, 2002, op. cit.).

Na relação de sedução narcísica, o seduzido torna-se parte integrante do sedutor, assumindo, deste modo, o estatuto de “objeto-não objeto”. “Assim, a sedução narcísica

combate o sexual como seu inimigo mais íntimo” (DEFONTAINE, 2002, op. cit., p. 192. Tradução nossa). Compreendemos o sexual exposto nessa citação como algo a ser vigorosamente combatido como o sexual do confronto com a alteridade, isto é, como o sexual no qual uma autêntica objetividade tem lugar, o objeto assumindo aí o estatuto de objeto-alteritário – e não o de “objeto-não objeto”.

Avançando nas formulações sobre a persistência de vínculos fundamentalmente narcísicos no seio da família, vemos que essa persistência também consiste numa dinâmica em que “a criança é levada contra a sua vontade (...) a acolher os desejos sexuais de um ou dos dois pais abusadores e a satisfazê-los em detrimento de sua própria sexualidade” (DEFONTAINE, 2002, op. cit., p. 194. Tradução nossa). O sexual e a sexualidade são concebidos aí de acordo com a extensão do conceito de sexualidade operada pelo próprio Freud; ou seja, são concebidos de acordo com a abrangente perspectiva freudiana da psicosexualidade. Assim, fica estabelecida uma articulação entre o quadro familiar “incestual” e uma espécie de “morte psíquica” subjetiva, em que o sujeito é levado, contra a sua vontade, a continuamente acolher os desejos de um ou dos dois pais abusadores, e a satisfazê-los em detrimento de seus próprios desejos.

Uma ideia parece destacar-se nesse quadro: a do sujeito como instrumento do narcisismo parental. Queremos sublinhar essa ideia porque apostamos em sua relevância no que se refere à dinâmica inconsciente dos vínculos entre os jovens toxicômanos da contemporaneidade e suas figuras parentais. Visando atribuir ainda mais destaque a ela, acrescentaremos que em tal quadro familiar, o que ocupa a cena é o narcisismo e, para seus pais, o sujeito não possui o estatuto de pessoa, e sim o de “fazer-valer”, o de instrumento a serviço de seu próprio narcisismo; “neste sentido, pode-se (...) falar de abuso narcísico” (Id., *ibid.*, p. 194. Tradução nossa).

Quanto à noção de “abuso narcísico”, Wainrib (2002, op. cit.) nos oferece ricas contribuições. Ele também fala na sedução narcísica como própria às famílias onde o sujeito se confronta, permanentemente, com empecilhos ao reconhecimento de suas diferenças subjetivas, onde a alteridade é fonte de excesso de angústia. Enquanto a sedução caracteriza-se como fenômeno universal, que está em jogo na histeria assim como nos vínculos primários, a sedução narcísica caracteriza-se como fenômeno de dominação, cujo objetivo é o exercício de controle narcísico sobre o outro.

Observamos, no capítulo anterior, que Wainrib (Ibid.) sublinha que o grupo familiar possui a peculiaridade de ser organizado por um sistema particular e estruturante, o sistema de parentesco. Dissemos ali que a democratização da esfera privada, ao visar garantir liberdade e igualdade nas relações familiares da atualidade, tende a subverter a lógica simbólica do sistema de parentesco vigente na família hierárquica. É possível vislumbrar, agora, que nas famílias sob a primazia de vínculos narcísicos, a lógica simbólica do sistema de parentesco é, de fato, essencialmente subvertida, uma vez que, nessas famílias, o reconhecimento subjetivo parece barrado, entrando em cena a redução do sujeito a objeto narcísico.

Dentre os mecanismos intrínsecos às famílias marcadas por relações de dominação narcísica, encontra-se o mecanismo da imposição. Este consiste na rejeição da alteridade do sujeito, na interdição de ele ser amado por suas próprias qualidades e na substituição deste tipo de amor por um amor alienante; consiste, ainda, no constrangimento do sujeito a jogar o jogo da imposição de papel, sob o risco de completo desinvestimento parental.

O jogo da imposição de papel implica uma missão que pode ser descrita como alienante e fonte de paradoxos ligados ao fato de o sujeito só poder ser reconhecido como estrangeiro a si mesmo. Além disso, tal missão também pode ser descrita como impossível, visto que se constitui como dever de preencher o narcisismo parental vacilante (Id., *ibid.*).

Os vínculos narcísicos, diferentemente da liberdade e da igualdade almejadas pela democratização da esfera privada – democratização analisada no segundo capítulo – não engendram a construção de espaços de intimidade nem garantem o pertencimento assegurador dos membros da família. Contribuem para o que Eiguer qualifica como “sentimento de superioridade”, ilustrado na frase: “Tudo nos é devido, temos o direito de fazer o que quisermos” (EIGUER, 2001, *op. cit.*, p. 98. Tradução nossa). Essa frase, assim como a concepção da existência, nas famílias marcadas por relações de dominação narcísica, de uma missão impossível que se constitui como dever de preencher o narcisismo parental nos remetem à questão das “dívidas pagas com o corpo” que, conforme dissemos no primeiro capítulo, estão em jogo nas formações adictivas. Ali expusemos que o imperativo categórico – inconcebível de não ser obedecido e, simultânea e paradoxalmente, impossível de o ser – imposto ao adicto

pode ser vislumbrado de acordo com a seguinte formulação geral, bastante sintônica à frase recém-apreciada: “Tu és a substância sem forma de teu pai e de tua mãe, que deve preenchê-los em retribuição”.

Entendemos o “sentimento de superioridade” ilustrado por meio da frase em questão como a dominação, o controle narcísico ao qual vimos nos referindo. Sendo assim, o compreendemos como o constrangimento do sujeito a jogar o jogo da imposição de papel, no qual está implicada a missão impossível de dever preencher o narcisismo parental. No capítulo anterior, vimos que, num outro trabalho, Eiguer (2008, op. cit.) explica que as diferenças não devem ser pensadas como subsídio à dominação de uns por outros; aqui queremos declarar que a igualdade envolvida nos vínculos narcísicos, esta que apaga as diferenças singulares e reduz o sujeito a objeto narcísico (“objeto – não-objeto”), ela sim, nos parece servir como empuxo à dominação.

Quanto à ideia do dever de preencher o narcisismo alheio, Rocha e Garcia (2008) afirmam: “Com efeito, os adolescentes contemporâneos parecem haver herdado das gerações anteriores não só o direito de desfrutar as conquistas realizadas por elas, mas também o *dever de realizar os seus sonhos*, mediante a exigência de gozar a vida e toda a liberdade possível” (ROCHA & GARCIA, 2008, op. cit., p. 630. Grifos nossos). É este *dever* de realizar os sonhos da geração que lutou pelo ideal de liberdade – a geração de jovens dos anos 60 / 70, isto é, a geração dos atuais pais dos jovens contemporâneos – que estamos problematizando, uma vez que o enxergamos como dever baseado no narcisismo parental e, assim, alienante e oposto à tomada em consideração do sujeito como objeto-alteritário.

Segundo Eiguer (2001, op. cit.), um preço alto é pago quando é dada aos filhos a missão de salvadores. É sobre a “missão impossível” de “salvadores” do narcisismo parental, missão que nos parece pesar sobre os filhos das famílias sob a primazia de vínculos narcísicos, que estamos nos debruçando. Ademais, é sobre o “preço alto” da toxicomania que estamos refletindo.

A fim de prosseguir em nosso intuito de sustentar a frequente presença de aspectos envolvidos num quadro familiar “incestual” na família dos jovens toxicômanos da atualidade, passemos ao exame daquilo que se configura como “anti-edipiano” nesse quadro. A partir desse exame, e tendo em conta o que desenvolvemos até então,

procuraremos assinalar uma possível imbricação entre o narcisismo parental e o narcisismo filial.

III.2. O “incestual” e o “anti-edipiano”: impasses narcísicos

Para apreendermos o sentido daquilo que se configura como “anti-edipiano” no quadro familiar “incestual”, recorreremos, inicialmente, à distinção desenvolvida por Bergeret e Houser (2002) entre tríade narcísica e triangulação edipiana. A tríade narcísica constitui-se como estágio posterior ao da díade narcísica. A díade consiste num estado de natureza narcísica e “pré-sexual” (os autores defendem o uso do termo “pré-sexual” de preferência a “assexuado”), no qual a criança ainda não discrimina totalmente seu Si mesmo do não Si mesmo. Nela, o sujeito depende completamente da figura materna e existe, entre eles, unidade circular formada de trocas numa via de mão dupla.

No estágio posterior, o da tríade narcísica, situa-se a entrada do terceiro. Porém, apesar de uma relação a três já estar aí em jogo, trata-se, ainda, de modo relacional de ordem narcísica. O caráter exclusivamente narcísico da tríade deve ser sublinhado e, para ressaltá-lo, os autores lançam mão da contribuição de Béla Grunberger:

Nesta posição triádica, anterior ao Édipo, não se trata para o sujeito de privilegiar o amor ou o ódio por um ou outro dos pais, mas de ser reconhecido e valorizado pelos dois ao mesmo tempo segundo “um modo narcísico, absoluto e sem conflito” (GRUNBERGER, *apud* BERGERET & HOUSER, 2002, op. cit. p. 79. Tradução nossa).

Na tríade, portanto, a relação a três pode ser descrita como estritamente narcísica, ou seja, como uma relação marcada pela idealização, pela ausência da falta e do conflito, pelo registro do absoluto, e pela onipotência. Trata-se, também, de modo relacional atravessado pela exclusão do reconhecimento e da valorização de autêntica alteridade.

Finalmente, a triangulação edipiana instaura um novo e essencial modo relacional, marcado pelo acesso do sujeito à genitalidade e à objetividade. Isto significa que, neste novo e essencial modo relacional, tem lugar o sexual em que uma autêntica alteridade pode ser reconhecida e valorizada, isto é, em que as diferenças e os desejos subjetivos podem ser reconhecidos e valorizados. Na triangulação edipiana, o sujeito assume o estatuto de objeto-alteritário para suas figuras parentais. Ademais, a chegada a

esse estágio e sua integração no universo psíquico permitem ao sujeito estabelecer relações verdadeiramente objetais com outros sujeitos.

A distinção entre tríade narcísica e triangulação edipiana nos parece relevante à apreciação daquilo que se configura como “anti-edipiano” pela seguinte razão: a tríade pode ser considerada, ela mesma, como “anti-edipiana” quando uma fixação funciona como defesa contra a situação conflituosa edipiana. A fixação à tríade narcísica denota a perpetuação de reconhecimento e de valorização do sujeito por ambas as figuras parentais segundo, como vimos acima, um modo narcísico, absoluto e sem conflito. Permanecer sendo reconhecido e valorizado dentro de uma lógica narcísica significa ter as diferenças e os desejos singulares negados; significa não alcançar o estatuto de objeto-alteritário para as figuras parentais, mas continuar no lugar de objeto narcísico, de “objeto-não objeto”.

É nesse sentido que entendemos o “anti-edipiano”. Ou seja, o compreendemos como contrário ao confronto com a alteridade, como aquilo que se opõe ao reconhecimento das diferenças e dos desejos subjetivos. E, como vimos no tópico anterior, no quadro familiar “incestual” a alteridade é combatida “como seu inimigo mais íntimo” e o reconhecimento das diferenças e dos desejos subjetivos encontra-se severamente obstaculizado.

Mas se no quadro familiar “incestual” a alteridade é fonte de excesso de angústia, sendo assim intensamente combatida, o que supomos é que, antes de figurar como fonte de angústia exacerbada para o sujeito, a alteridade, *a priori*, constitui-se como ameaça para o próprio narcisismo parental. São os pais que, no quadro familiar em questão, não conseguem reconhecer e valorizar o sujeito por suas singularidades, seus desejos e ambições; são eles que continuam depositando no sujeito expectativas pessoais e, portanto, alienantes, que impõem a este a “missão impossível” de dever continuar atendendo ao seu ideal; são eles que, enfim, “abusam narcisicamente” do sujeito, fazendo dele instrumento de preenchimento do seu próprio narcisismo e reduzindo-o a “objeto-não objeto”. Desse modo, acreditamos que quando o sujeito achasse precipitado no arranjo narcísico da fixação à tríade, são as suas figuras parentais que, *a priori*, parecem depender narcisicamente de tal arranjo.

Apostamos que, na família dos jovens toxicômanos da atualidade costumam estar em jogo os aspectos envolvidos num quadro familiar “incestual” – tanto o aspecto

“anti-edipiano” quanto o da manutenção da prevalência de vínculos narcísicos, que agora podemos vislumbrar como intrinsecamente articulados. Ao dedicar-se, especificamente, a uma reflexão sobre a família dos toxicômanos, Eigner (2001, op. cit.) sublinha alguns aspectos como comumente percebidos nessa família. Dentre eles, além do sufocamento do desejo do sujeito drogadicto por seus pais, o autor destaca a aparente dependência dos pais com relação ao sujeito.

McDougall (2001, op. cit.), ao escrever sobre as condutas adictivas, tenta resumir as representações dos objetos primários trazidas por pacientes com tais condutas. Ao fazê-lo, destaca, do mesmo modo, que esses pacientes frequentemente atribuem aos objetos primários a característica de dependentes – dependentes de seus filhos. Em suas palavras:

(...) em razão de suas angústias e de seus medos e desejos inconscientes, uma mãe é potencialmente capaz de criar com seu bebê uma relação adictiva tanto à sua presença quanto aos seus cuidados. Dessa situação é importante sublinhar que *é a mãe, ela mesma, que está em um estado de dependência* (McDOUGALL, 2001, p. 22. Grifos nossos. Tradução nossa).

É possível observarmos, nesta altura, que o narcisismo parental, quando “vacilante” e dependente de um preenchimento que se dá, privilegiadamente, por meio da redução filial a objeto narcísico, coloca em xeque a constituição do próprio narcisismo filial. No que diz respeito a impasses na sólida constituição do narcisismo, é importante notar que a toxicomania pode ser considerada patologia narcísica, isto é, patologia na qual o narcisismo se encontra em evidência, mas cuja evidência está ligada, justamente, a impasses na sua constituição. É por isso que Jacques André descreve o relevo do narcisismo nas patologias narcísicas “menos como amor do que como sofrimento de si mesmo” (ANDRÉ, 1999, p. 73).

Green (1988), por sua vez, afirma que os sujeitos das patologias narcísicas são, sob a ótica do narcisismo, sujeitos feridos e carentes. Esse autor chama a atenção, na mesma direção que nós, para as possíveis relações entre questões relacionadas ao narcisismo parental e a questão, colocada em xeque, da sólida constituição do narcisismo filial. Nesse sentido, ele dirige a seguinte crítica a Freud:

A criança imaginária cujo percurso de vida psíquica ele delineia – quer se trate da sexualidade ou do Eu – parece seguir seu caminho segundo um desenvolvimento previsto de antemão, sendo que as paradas, os bloqueios, os desvios deveriam, no fim das contas, muito pouco às suas relações com os objetos parentais. Em suma, Freud minimizou tanto o papel de seu próprio narcisismo quanto o do objeto (GREEN, 1988, p. 19).

Nós, no entanto, em nada minimizamos o papel do narcisismo dos objetos parentais no percurso de vida psíquica do sujeito drogadicto. Tanto no presente tópico quanto no anterior, ao analisarmos em que consistem os aspectos envolvidos no quadro familiar “incestual”, tratamos de questões essencialmente ligadas ao narcisismo das figuras parentais. Questões que, no nosso entender, notadamente interferem no caminho rumo à sólida constituição do narcisismo filial, concorrendo para o possível estabelecimento de adicção às drogas.

Parece-nos difícil não pensar em prejuízos à sólida constituição do narcisismo quando estamos diante de elementos como: a necessidade de permanência de uma relação de sedução narcísica; a redução do sujeito a “objeto-não objeto”, a instrumento do narcisismo parental; o não reconhecimento e a não valorização das diferenças subjetivas; a interdição de ser amado por suas próprias qualidades; o dever alienante de realizar sonhos alheios, de atender a um ideal alheio, de, enfim, preencher um narcisismo alheio. Todos esses elementos trazem entraves a algo indispensável a uma substancial constituição narcísica: a apropriação subjetiva. Sendo assim, dediquemos o próximo tópico à questão da apropriação subjetiva.

III.3. A apropriação subjetiva: possíveis entraves

A abordagem da questão da apropriação subjetiva parte, precisamente, do conceito de narcisismo. Entretanto, no que diz respeito às patologias narcísicas e aos entraves à apropriação subjetiva nelas envolvidos, é de um narcisismo em derrocada que se trata.

É, principalmente, a complicações na elaboração do luto do objeto e no processo de diferenciação entre o ego e o objeto que a derrocada do narcisismo está ligada. Quando o trabalho de luto objetal e o processo de diferenciação encontram-se severamente comprometidos, o ego se vê diante de uma dominação interna, de possessão pelo objeto, em vez de achar-se frente aos processos de desprendimento próprios à diferenciação (ROUSSILLON, 2006, op. cit.).

A imagem de possessão pelo objeto, de dominação interna, de algo que se opõe aos processos de desprendimento próprios à diferenciação, ganha intensa vivacidade nas palavras de uma paciente cujo caso clínico é descrito por Joyce Ain: “Minha mãe, (...) ela está em tudo, sem pausa, como se devesse me possuir corpo e alma” (AIN, 2008, p. 17. Tradução nossa). A vivacidade da imagem de uma organização na qual o processo

de diferenciação entre o ego e o objeto encontra-se gravemente comprometido também pode ser apreendida a partir dos comentários da autora sobre o caso: “Era como se, no espírito da mãe, o corpo de uma e o corpo da outra não tivessem senão uma única e mesma pele” (Id., *ibid.*, p. 15. Tradução nossa). Aín (Ibid.) escreve ainda que, em função de suas próprias feridas secretas, a mãe enredava a filha num universo mágico, sem frustrações nem interditos. Tudo isso nos remete à ideia da existência de uma dinâmica familiar na qual o narcisismo parental parece depender da manutenção de um modelo relacional essencialmente narcísico, logo, absoluto e sem conflito, no qual a alteridade filial não pode ser reconhecida.

Com base no destaque dado por Winnicott ao lugar de espelho ocupado pelos objetos primários, isto é, na importância atribuída à função de refletividade desses objetos, o fracasso de tal função pode ser apontado como um dos principais responsáveis pelo possível comprometimento no processo de diferenciação primária. Onde o ego se vê diante de dominação interna, de possessão pelo objeto, onde os processos de desprendimento próprios à diferenciação não encontram lugar, “indica-se o traço do fracasso histórico do ego quanto a encontrar seu reflexo no objeto, indica-se o fracasso da função de espelho do objeto (...)” (ROUSSILLON, 2006, *op. cit.*, p. 62. Tradução nossa).

A posição crucial da função de espelho dos objetos primários está ligada ao caráter primariamente enigmático, para o sujeito, de seu próprio psiquismo. A realidade psíquica só se faz compreensível para o sujeito, ou seja, só adquire sentido, por meio da representação, uma vez que formas de mediação operam sobre ela. O seu caráter primariamente enigmático demanda, portanto, trabalho de mediação que deve ser realizado, exatamente, pelo psiquismo e pela função de espelho dos objetos primários. Isso significa que “para se ouvir, se ver, se refletir, o sujeito precisa ser escutado e ouvido por um outro-sujeito, ser olhado e visto, ser sentido por um outro-sujeito” (ROUSSILLON, 2006, *op. cit.*, p. 74. Tradução nossa).

Tendo em vista o que desenvolvemos nos dois tópicos anteriores, e considerando que o fracasso da função de espelho dos objetos primários pode ser tomado como uma das razões principais de dificuldades no trabalho de luto objetal e no processo de diferenciação entre ego e objeto, gostaríamos de esboçar uma hipótese: nos vínculos primários entre os jovens toxicômanos da atualidade e suas figuras parentais, essas

figuras, “outros-sujeitos”, no lugar de escutar e ouvir, olhar e ver, sentir o sujeito como objeto-alteritário, reconhecendo suas diferenças, singularidades, desejos, escutam-no e ouvem, olham-no e veem, sentem-no, privilegiadamente, como objeto narcísico.

Isso quer dizer que nas primeiras relações entre o sujeito drogadicto e seus objetos primários, ao procurar seu reflexo, uma imagem própria, nesses objetos-espelho, o sujeito tem dificuldade de achá-los. Afinal, como distinguir suas diferenças, seus desejos pessoais com relação aos objetos parentais quando estes não reconhecem e valorizam o sujeito por suas singularidades? Como fazê-lo quando o narcisismo desses objetos parece depender de arranjo contrário ao confronto com a alteridade e oposto ao reconhecimento das diferenças e dos desejos subjetivos? Esboçada nossa hipótese, deixaremos para dar conta dessas indagações no último capítulo, no qual trataremos da modalidade paradoxal de resposta que pensamos estar em jogo na toxicomania.

Avançando em nossa apreciação da questão da apropriação subjetiva, o sujeito endereça algo de si para um “outro-sujeito”, o qual deve refletir em espelho este algo do sujeito para que ele possa se apropriar subjetivamente disto que é seu. Algumas condições potenciais desta apropriação subjetiva, a qual é fundada sobre o trabalho de simbolização, devem ser “preenchidas” pelo próprio sujeito. Outras condições potenciais da apropriação subjetiva dizem respeito ao objeto para o qual o sujeito endereça aquilo que ainda carece de integração nele mesmo. Isso quer dizer que a simbolização, sobre a qual se funda a apropriação subjetiva, demanda tanto o endereçamento subjetivo quanto um tipo peculiar de resposta do objeto “outro-sujeito” a este endereçamento.

“A simbolização é intersubjetiva (...), ela supõe um outro-sujeito e a implicação dele no processo” (ROUSSILLON, 2006, op. cit., p. 76. Tradução nossa). É precisamente o tipo de resposta do objeto, a implicação do “outro-sujeito” no processo de apropriação subjetiva que problematizamos na hipótese esboçada acima – no que concerne às primeiras relações entre os jovens drogadictos contemporâneos e seus pais. Nela tentamos caracterizar a resposta parental ao endereçamento dos aspectos filiais, nesses casos, como resposta regida por lógica essencialmente narcísica, dentro da qual o reconhecimento e a valorização das diferenças, singularidades e desejos subjetivos acham-se substancialmente entravados.

Roussillon (Ibid.) assevera que a resposta do objeto, no processo de apropriação subjetiva do sujeito, deve implicar tanto a alteridade deste objeto quanto a sua identidade com relação ao sujeito. Ou seja, neste processo intersubjetivo de simbolização, as diferenças entre os que nele estão envolvidos são tão importantes quanto o são as similitudes; o processo depende não só de uma forma de identificação que possibilite compartilhamento de afeto e empatia, mas também de um jogo de distância e de diferença.

O processo de apropriação subjetiva, apesar de fundamentar-se num primeiro tempo, o dos vínculos primários, não se encerra aí. Sua continuidade se estende por todo o processo de maturação, e assume considerável relevo na ocasião da adolescência. E sempre que a apropriação subjetiva está em questão, a maneira como o objeto responde a ela também está. Sendo assim, a problemática da “sobrevivência do objeto” merece atenção não só no momento da diferenciação primária entre ego e objeto; a maneira como o objeto responde ao processo de apropriação subjetiva, a questão da sua “sobrevivência” a esse processo, deve ser também tomada em consideração num tempo *a posteriori*.

Por isso a pertinência de estarmos contemplando, ao longo deste capítulo, simultaneamente e de forma integrada: uma resposta objetual ao processo de apropriação subjetiva, *nos vínculos primários*, regida por uma lógica absolutamente narcísica; e um narcisismo parental que parece depender da *permanência* de um modo relacional fundamentalmente narcísico, marcado pelo registro do absoluto e do qual a falta e o autêntico reconhecimento da alteridade filial estão excluídos.

Ao longo de seu processo apropriativo – tanto nos vínculos primários quanto *a posteriori* – o sujeito esforça-se para interpretar a resposta do objeto. Esta resposta objetual é percebida pelo sujeito como resposta a uma interrogação sua, muda, mas intrínseca à apropriação subjetiva: “isto me pertence ou isto é ‘tomado’ (...)?” (ROUSSILLON, 2006, op. cit., p. 78). Daí a importância do tempo durante o qual o sujeito avalia, silenciosamente, o efeito que o desenrolar de suas próprias capacidades tem sobre o objeto, o impacto que sua apropriação subjetiva tem sobre o objeto.

Para que o processo apropriativo se dê, é preciso que o objeto se coloque à disposição da verificação do sujeito quanto ao efeito que o desenvolvimento das capacidades subjetivas tem sobre o objeto, “sobrevivendo” a tal verificação. Porém,

cremos que o desenvolvimento das capacidades subjetivas filiais é representado, nos casos que estamos investigando, como ferida ao narcisismo parental.

Sendo assim, parece-nos que a resposta objetual à interrogação “isto me pertence ou isto é ‘tomado’?” tende a apontar, num primeiro tempo, e a continuar apontando, *a posteriori*, para a segunda alternativa. A “sobrevivência” dos objetos parentais à verificação do sujeito quanto ao efeito que o desenvolvimento de suas próprias capacidades tem sobre o objeto parece, portanto, estar em xeque em tais casos, o que se configura como forte entrave ao processo apropriativo e, conseqüentemente, como impasse à sólida constituição do narcisismo filial.

Uma vez que estamos no campo das possíveis articulações entre questões relacionadas ao narcisismo parental e a constituição do narcisismo filial – e que esse campo é extremamente caro às nossas reflexões sobre a toxicomania na juventude contemporânea – vale notar que a conjugação do narcisismo dos pais ao da criança traz consigo um herdeiro: o ego ideal. Vejamos, então, quais são as características dessa instância psíquica.

III.4. O ego ideal

O ego ideal é uma instância constituída por meio da projeção da onipotência parental no sujeito. O nascimento de um filho traz à tona esta onipotência recalcada dos pais, engendrando o fortalecimento do próprio ego ideal das figuras parentais; este, então, é projetado sobre a criança, permitindo que nela também essa instância psíquica seja instaurada. O revigoreamento da onipotência dos pais, gerado pelo nascimento de um filho, transmuta as figuras parentais numa “espécie de Rei Midas do narcisismo: tudo o que toca converte em atributo maravilhoso” (BLEICHMAR, 1985, p. 62). Quando se fala, portanto, da onipotência narcísica e da ilusão megalomaniaca da criança, há de se ter em vista que se trata, na verdade, da onipotência parental “invertida”, isto é, da onipotência dos pais projetada na criança, vivida como tal e introjetada por ela (LAPLANCHE, 1985).

Achando-se os pais “sob a compulsão de atribuir todas as perfeições ao filho – o que uma observação sóbria não permitiria – e de ocultar e esquecer todas as deficiências dele” (FREUD, 1914/1976, p. 108), é forjada, então, a emergência de “Sua Majestade o Bebê”. Se o ego ideal pode vir a ser construído, é exatamente porque existe um outro que enxerga o sujeito como “Sua Majestade o Bebê”, que dirige a ele um tipo de atitude

atravessada pela supervalorização, pela idealização e pela onipotência, que o vê como possuidor de tudo aquilo que é de valor. É nesse sentido que Hugo Bleichmar (1985, op. cit.) descreve o ego ideal como efeito de um discurso carregado de paixão inconsciente.

Faremos aqui uma pequena ressalva no que diz respeito à ideia de discurso trazida a partir das contribuições de Bleichmar. Nós não a compreendemos apenas como aquilo que se refere à linguagem. À luz daquilo que Laplanche (1992) designa como mensagem – “um dar-a-ver ou um dar-a-entender da parte do outro” – entendemos o discurso como tudo aquilo que o outro endereça ao sujeito, tudo aquilo que o outro quer do sujeito.

Bleichmar diz então que o ego ideal é criado por um tipo singular de discurso, de olhar, e defende a importância de se analisar essa instância (e também o ideal do ego) com base nas propriedades do tipo de discurso com que ela é criada. O discurso que cria o ego ideal é denominado discurso totalizante, porque envolve admiração incondicional, admiração ligada não a um atributo, mas sim à totalidade da representação do sujeito – “Sua Majestade o Bebê” é proprietária de *tudo aquilo* que é de valor. Ao desenvolver suas ideias sobre o discurso totalizante que constrói o ego ideal, discurso caracterizado pela incondicionalidade da admiração, o autor afirma que:

Para que haja ego ideal, é necessário haver passado do exame do detalhe para a pessoa total. Isso permite entender por que foi no contexto teórico de *Introdução ao narcisismo* que Freud falou do ego ideal. Nesse trabalho, sustentou que para existir narcisismo é necessário um novo ato psíquico, que se forme o ego como unidade. (...) referia-se ao surgimento de uma representação na qual o sujeito fosse visto como uma unidade. Então, se para Freud o ego, nesse contexto teórico preciso do narcisismo, é uma representação da pessoa que a faz ver-se unificada, adjetivá-lo com o termo *ideal* não deixa lugar para dúvidas: é um ego considerado como modelo de perfeição (BLEICHMAR, 1985, op. cit., p. 61-62).

Isso significa que no discurso totalizante a partir do qual é instaurado o ego ideal, a criança assume o status de modelo definidor da perfeição, sem que seus atributos sejam medidos com base em padrões de avaliação:

O ego ideal que é a criança para seus pais e para si mesma, que são os pais para a criança, (...), possui, segundo Freud, uma característica essencial: a crítica deixa praticamente de funcionar, e tudo o que se faça está bem, não merecendo objeção (BLEICHMAR, 1985, p. 59).

As elaborações recém-apreciadas ajudam-nos a compreender o seguinte aspecto ressaltado por Green (1983) num trabalho dedicado à temática dos ideais: a formação de um circuito idealizador entre o eu e o outro é intrínseca à constituição do ego ideal. Nesse circuito, o eu da criança é tomado como modelo de perfeição, isto é, como ideal,

pelos pais e pela própria criança, assim como os pais o são pela criança. Cabe, neste ponto, destacar que, para a criança, o eu e o outro ainda encontram-se indiscriminados nesta etapa do desenvolvimento subjetivo; nela, os limites ainda não estão bem definidos, nem aqueles entre o ego e o objeto, e nem os que virão a constituir as fronteiras entre o eu e a própria alteridade interna. A ideia da formação de um circuito idealizador entre o eu e o outro como inerente à constituição do ego ideal, e a de que nesse estado a instância em questão também reassume vigor no psiquismo dos pais reitera que “o ego ideal (...) é o herdeiro do narcisismo conjugado da criança e dos pais” (DA POIAN, 1998, p. 136).

O dispositivo que está na base da formação deste circuito idealizador intrínseco ao surgimento do ego ideal, dispositivo que rege as primeiras relações entre o sujeito e suas figuras parentais, é a idealização. Trata-se de dispositivo que põe em jogo uma atitude de fascinação, que silencia a crítica e cria um estado em que a falta e o conflito estão ausentes. A idealização pode ser comparada com a ilusão, uma vez que ambas substituem a realidade pela realização absoluta do desejo.

Diante do que expusemos até aqui, é possível declararmos que o ego ideal é uma instância dominada pelo registro da completude, do qual está excluída a dimensão da falta, e onde vigoram como valores absolutos o prazer e a satisfação – um tipo de satisfação que pode ser adjetivada como “automática”, “imediata”, “plena” e “inteira” (GREEN, 1983, op. cit.). Passemos, agora, ao exame do ideal do ego.

III.5. O ideal do ego

Enquanto o ego ideal é uma instância de natureza fundamentalmente narcísica, construída sob o modelo da onipotência nos vínculos primários rigidizados pela idealização, o ideal do ego é uma instância pós-edípica cuja constituição demanda que a onipotência seja perdida. Logo, para a construção do ideal do ego, é imprescindível um trabalho de luto das idealizações ilusórias e absolutas do ego ideal, e a aceitação da falta e do conflito. Isso envolve o reconhecimento da impossibilidade de satisfação absoluta, o reconhecimento da necessidade de se tolerar a frustração. Além disso, outro reconhecimento é indispensável à formação do ideal do ego: o da existência do objeto como objeto-alteritário. Para que o ideal do ego se constitua, então, é necessário que o verdadeiro reconhecimento do objeto entre em cena.

É importante notarmos que a construção do ideal do ego não representa a destruição do ego ideal, e sim o estabelecimento de um funcionamento mental regido por esta nova instância. Sendo assim, o ego ideal está sempre mantido no psiquismo, e o seu revigoramento pode ser percebido em diferentes circunstâncias, como na da parentalidade, por exemplo.

É fundamental também observarmos o seguinte: a presença da falta e do conflito “não implica que um sujeito não possa ser visto como possuidor da máxima perfeição para um determinado traço, mas que não há ninguém que ocupe o lugar da plenitude imaginária, isto é, seja a soma de todas as perfeições” (BLEICHMAR, 1985, op. cit., p. 68). Esta observação, primeiramente, dá ênfase à relação entre a aceitação da falta e do conflito e a abdicação à onipotência, ambas imprescindíveis ao surgimento e à prevalência do ideal do ego no funcionamento psíquico. Além disso, lança luz sobre as propriedades do tipo de discurso que cria o ideal do ego. Esse discurso é considerado discriminante, uma vez que diz respeito a determinado traço do sujeito, ou ainda, a determinado número de traços, mas nunca à totalidade da representação do sujeito.

Diferentemente do discurso totalizante – caracterizado pela incondicionalidade da admiração – no qual o sujeito assume o status de modelo definidor da perfeição sem que seus atributos sejam medidos com base em padrões de avaliação, o discurso discriminante implica avaliação de seus atributos em relação a um modelo. Deste modo, sob a ótica do discurso discriminante, cada atuação do sujeito é julgada em si mesma, em vez de ser admirada simplesmente por ser uma ação sua. Diante disso, Bleichmar explica que distintamente do discurso totalizante, que “é retroativo, de inclusão de dados em categorias que preexistem a ele”, o discurso discriminante “é aberto, imprevisível em seus resultados” (BLEICHMAR, 1985, op. cit., p. 69). Ele é categórico ao afirmar que para o ideal do ego se constituir e vigorar é preciso que se tenha podido passar do primeiro discurso ao segundo.

A articulação entre a vigência do ideal do ego e a passagem do discurso totalizante ao discurso discriminante está intrinsecamente ligada a outra articulação: aquela entre o surgimento e a prevalência do ideal do ego e a aceitação da falta e do conflito, a renúncia à onipotência. Isso porque ao implicar uma avaliação dos atributos do sujeito em relação a um modelo, o discurso discriminante envolve a tomada em consideração de algo exterior ao sujeito que o situa e o mede. A lógica que impera aí

não é aquela em que a crítica deixa praticamente de funcionar, e tudo o que se faça está bem, não merecendo objeção. No discurso discriminante, está em jogo uma lógica na qual se não funciona dentro de um nível de excelência, o sujeito deixa de ser valorizado como perfeito.

Portanto, não se trata, no discurso discriminante, da existência de admiração incondicional que eleva o sujeito à perfeição e o captura na esfera da onipotência. Trata-se da existência de admiração decorrente da satisfação de requisitos e sujeita à possibilidade de esgotamento. Este diferente tipo de olhar sobre o sujeito, olhar de um outro que o deseja desde que determinadas condições sejam cumpridas, possibilita a internalização dessa atitude do outro, instaurando uma instância de medida e de autoavaliação no psiquismo do próprio sujeito. A instauração desta instância avaliadora de si mesmo – o ideal do ego – decorre, assim, da internalização de uma avaliação externa, ou seja, de uma atitude avaliativa da parte do outro significativo.

Na realidade, o ideal constitui-se a partir do momento em que o outro deixa de ser um admirador incondicional que oferece ao sujeito a vivência de perfeição para passar a converter-se em alguém que exige do sujeito a adequação a determinadas normas. Essas, que agora requerem ser satisfeitas pelo sujeito para obter a admiração do outro, passam a constituir-se em seus ideais. O cessar da admiração incondicional e a queixa do outro quando o sujeito afasta-se de determinadas qualidades ou condutas desejáveis é o que cria, portanto, a dimensão do ideal (Id., *ibid.*, p. 51).

Ao se referir ao modelo intersubjetivo da relação entre pais e filhos calcado na lógica do ideal do ego, Daniel Lagache (1961/1982) afirma justamente que, nesse modelo, o sujeito deve rejeitar certas condutas e adotar outras a fim de agradar / não desagradar os objetos parentais. Esses objetos, ao se relacionarem com o sujeito sob tal lógica, dirigem a ele atitude atravessada pelo “sim ou não”, “está bem ou está mal”, “você pode ou você não pode”, “você deve ou você não deve”, “eu te amo ou eu não te amo mais”. Ou seja, estamos aqui num campo bastante distinto daquele em que o sujeito é enxergado como “Sua Majestade o Bebê”, e em que a atitude dirigida a ele é marcada pelo absoluto.

Parece-nos, portanto, nítida a articulação entre o discurso discriminante que cria o ideal (do ego) e a dominância de um tipo de juízo que Freud (1911/1976, *op. cit.*) denominou juízo imparcial, o qual é guiado pelo princípio de realidade e julga as ideias a partir de uma comparação com algo exterior a elas. O ideal do ego está encarregado, então, de representar as exigências da realidade, e de permitir que o sujeito concilie essas exigências com o prazer. A conciliação, promovida pelo ideal do ego, entre o

prazer e as exigências da realidade, aponta para o desenvolvimento da capacidade do sujeito de tolerar as frustrações da cultura. É nesse sentido que Paul-Laurent Assoun (1983) descreve o ideal (do ego) como aquilo que permite que o sujeito ame a cultura.

É possível vislumbrarmos, nesta altura, que a idealização – como geradora de uma atitude de fascinação, silenciadora da crítica e criadora de um estado em que a falta e o conflito estão ausentes e em que a realidade é substituída pela realização absoluta do desejo – não se configura como dispositivo privilegiado sobre o qual se apoia a constituição do ideal do ego. Segundo Zeferino Rocha (2007), dentre os dispositivos postos em movimento pelo ideal do ego, o mecanismo da sublimação – o qual não apenas assegura a falta como possibilita ao sujeito elaborá-la – tem lugar de destaque. Este trabalho do sujeito sobre a falta, cuja possibilidade é garantida pelo mecanismo da sublimação, é responsável pela mobilidade dos investimentos objetivos. Dado este lugar de destaque ocupado pelo mecanismo da sublimação no que diz respeito à constituição e à predominância do ideal do ego no aparelho psíquico – Green (1983, op. cit.) chega a utilizar o termo “sobressublimação” (*sur-sublimation*) ao se referir ao envolvimento desse mecanismo na passagem do ideal do ego ao ideal do ego – julgamos ser pertinente analisar com mais vagar essa noção.

III.6. Sublimação versus idealização

A sublimação é um dos possíveis destinos das pulsões. Em “Os instintos e suas vicissitudes” (1915/1976), Freud ressalva que sua investigação sobre as vicissitudes pelas quais passam as pulsões está restrita às pulsões sexuais, e afirma que essas vicissitudes podem ser entendidas como modalidades de defesa contra as pulsões (sexuais). Ao comparar a sublimação com outro possível destino pulsional, o recalque, Sophie Mellor-Picaut (1983) aponta duas vantagens da primeira sobre o segundo: a sublimação permite a realização da pulsão e, ao mesmo tempo, responde ao que requer o ideal do ego. Ela define o movimento sublimatório como um deslocamento da libido sobre objetos e objetivos que são, exatamente, aceitos pelo ideal e pela sociedade.

Já havíamos apreciado que o ideal é responsável pela representação das exigências da realidade, ou seja, que está encarregado de representar o que é aprovável pela sociedade. Nas palavras de Bleichmar, o ideal é o próprio “discurso social tomado como realidade, como referência última”, ele é o “vestígio da realidade do discurso

social” (BLEICHMAR, 1985, op. cit., p. 67). As demandas do ideal do ego – e, portanto, demandas do próprio contexto social em que o sujeito se acha inserido – referentes aos investimentos libidinais, são atendidas por meio da sublimação.

Se os investimentos libidinais promovidos pela sublimação atendem ao que requer o ideal do ego, isto é, se se fazem sobre objetos e objetivos aprováveis pelo ideal e pela sociedade, isto significa que o movimento sublimatório envolve o abandono de objetos e objetivos primitivos. Desse modo, o processo sublimatório está essencialmente articulado ao trabalho de luto das idealizações ilusórias do ego ideal.

Retomando as reflexões de Mellor-Picaut (1983, op. cit.) acerca da sublimação, esta autora procura não restringir tal noção às ideias de intelectualização e de afastamento do objetivo sexual. Ela amplia a sua compreensão ao definir a sublimação também como processo de metabolização da pulsão. Segundo Carmen Da Poian, o que está em jogo na sublimação “é a dessexualização da libido, o afastamento do prazer sexual imediato dando lugar à satisfação erótica, tomando aqui Eros como princípio vital de ligação” (DA POIAN, 1998, op. cit., p. 137). Seguindo o intuito de ampliação da compreensão da sublimação (ampliação que visa não restringir a noção às ideias de intelectualização e de afastamento do objetivo sexual), propomos que o que está em jogo nesse mecanismo não é apenas o afastamento do prazer *sexual* imediato, e sim o afastamento do prazer imediato de maneira geral. Essa proposição justifica-se pelo fato de a sublimação atender à demanda do ideal do ego quanto à tomada em consideração das exigências da realidade, colocando em pauta as questões da tolerância às frustrações da cultura e da falta.

Apesar de estarmos buscando também alargar nossa visão sobre a sublimação, devemos admitir que o eixo que essa noção comporta no que se refere ao abandono do objetivo sexual, à dessexualização, é crucial para entendermos sua ligação com a identificação. Mellor-Picaut recupera, a propósito da identificação – na qual o ego, assumindo as características do objeto, reivindica o amor do id – a seguinte citação de Freud: “A transformação da libido do objeto em libido narcísica, que assim se efetua, obviamente implica um abandono de objetivos sexuais, uma dessexualização – uma espécie de sublimação, portanto” (FREUD, 1923/1976, p. 44).

A partir dessa citação, a autora articula sublimação e identificação, explicando: para que o ego possa se revestir dos traços do objeto, oferecendo-se ao amor do id e

recompensando-o por sua perda, é necessário que o objeto seja interiorizado e transformado em parte do ego. Para tal, o objetivo sexual primitivo há de ser abandonado, e “a sublimação aparece então como aquilo que torna possível a substituição do investimento objetal por uma identificação ao objeto” (MELLOR-PICAUT, 1983, op. cit., p. 134. Tradução nossa).

Da Poian, na mesma linha de raciocínio, estabelece relações entre a sublimação e a identificação. Ela desenvolve que, na identificação o ego introjeta os objetos ideais, tornando-os elementos constitutivos seus, e acrescenta que “nesse processo a libido se destaca dos laços objetais voltando-se para o eu e dessexualizando-se, o que possibilita a mobilidade da energia de tal modo que os objetos tornam-se facilmente substituíveis, ao contrário das fixações que se produzem na idealização” (DA POIAN, 1998, op. cit., p. 137).

Ao conduzir nosso exame da noção de sublimação para sua imbricação com a identificação, acabamos por nos deparar com a fundamental oposição entre o mecanismo da sublimação e o dispositivo da idealização – o qual, como já afirmamos, rege as primeiras relações que dão origem à constituição do ego ideal. Requer-se constatar agora que a idealização não se faz agir no psiquismo somente na construção do ego ideal; diante do fracasso quanto à modificação dos vínculos primários, esse dispositivo tende a permanecer em cena. A propósito, observamos, desde o primeiro tópico deste capítulo, a subsistência da idealização no quadro familiar “incestual”, quadro em que os vínculos primários, essencialmente narcísicos, no lugar de se transformarem, insistem em persistir.

A sublimação possui papel primordial na modificação dos vínculos primários, uma vez que impulsiona o afastamento de objetos e objetivos primitivos, proporcionando, assim, a realização do trabalho de luto das idealizações ilusórias do ego ideal e dando ensejo à falta e à sua elaboração. Promovendo mudanças nesses vínculos, abre a via da identificação no aparelho psíquico, e impede possíveis fixações geradas pela idealização. Mas quando o movimento sublimatório não dá conta de tal modificação, a abertura das vias de identificação é obstaculizada, o que significa o comprometimento da introjeção e da apropriação dos objetos primários. O dispositivo da idealização pode então insistir em dominar a cena, sendo a identificação com o objeto substituída aí pela permanência dele numa posição de “exterior” – “exterior”

porque, nesses casos, o objeto não se encontra interiorizado, no sentido de metabolizado, de transformado em parte do próprio ego.

Na idealização, portanto, a exteriorização toma o lugar da interiorização do objeto. O objeto, cristalizado nesta posição de “exterior”, assume o status de objeto suporte sobre o qual a libido é concentrada. A concentração da libido sobre o objeto que aí se dá, produz o bloqueio e a paralisia dos caminhos da libido. O que estamos definindo como idealização é aquilo que Freud, em “Psicologia de grupo e a análise do ego” (1921/1976), propôs descrever como “fascinação” ou “servidão”. Apoiada nesse texto, Mellor-Picaut (1983, op. cit.) desenvolve que na idealização o ego é empobrecido em libido, enquanto na identificação, por introjetar o objeto e suas qualidades, enriquece-se. Na idealização, ocorre o superinvestimento de um objeto “externo”; já na identificação, o objeto é perdido e integrado no ego.

Além de ter lugar de destaque dentre os dispositivos postos em movimento pelo ideal do ego, o mecanismo da sublimação é imprescindível para a própria constituição dessa instância. Isso porque o ideal do ego só pode ser construído mediante sólido processo de identificação, no qual as figuras parentais – objetos primários idealizados – tornam-se parte integrada do ego. Na ausência desse sólido processo, a idealização tende a invadir o campo psíquico, de modo que o ego renuncia à sua libido narcísica, concentrando os investimentos num objeto “exterior” e alienante.

A partir das ideias de fascinação, de fixação e de exteriorização, é possível notar que a idealização instaura um estado de dependência. Se a identificação permite a apropriação dos objetos parentais, a não modificação dos vínculos primários pela sublimação e a persistência da idealização mantêm a situação de desamparo da infância, na qual o sujeito se acha na completa dependência do outro parental. Da Poian (1998, op. cit.) qualifica a dependência instaurada pela idealização como “cega” e enumera exemplos em que esse tipo de dependência pode ser notado; dentre eles, determinadas situações de uso de drogas.

As situações de uso de drogas que escolhemos investigar são, conforme já sublinhamos, aquelas em que se estabelece adicção a essas substâncias. São, pois, situações em que uma dependência “cega”, como a instaurada pela idealização, está em jogo. Cremos que diversos aspectos analisados no decorrer deste capítulo compõem o estofado de que precisávamos para sustentar hipóteses ligadas à temática dos ideais –

temática que abrange a compreensão e a articulação dos conceitos de narcisismo, identificação, idealização e sublimação – no que se refere à organização mental dos jovens toxicômanos da atualidade.

III.7. Os ideais e o funcionamento psíquico do jovem drogadicto contemporâneo

Rocha (2007, op. cit.), ao discorrer sobre as idealizações – as quais, segundo ele, envolvem um tipo de investimento que tem como modelo a onipotência narcísica do ego ideal – também cita a droga como exemplo. Isso significa que o investimento do sujeito no objeto-droga pode ser regido pela idealização, ou seja, que pode envolver aspectos como o registro do absoluto, a fixação, a renúncia à libido narcísica e a concentração dos investimentos num objeto “exteriorizado” e alienante. Pensamos que essa possibilidade se concretiza nos casos que estamos investigando, em que o investimento do sujeito no objeto-droga se dá de forma adictiva, em que uma dependência “cega” tem lugar.

Acreditamos que, quanto aos jovens toxicômanos da atualidade, o investimento no objeto-droga é orientado pela idealização na exata medida em que também o são as suas relações com os objetos parentais. Nesse sentido, Corcos (2004, op. cit.), ao escrever sobre as condutas de dependência, aponta a possível similaridade entre a forma com que o sujeito se relaciona com o objeto de sua dependência e as modalidades relacionais que regeram seu desenvolvimento.

Creemos, conforme pontuamos anteriormente, que os aspectos envolvidos no quadro familiar “incestual” estão comumente em jogo nas relações entre esses jovens e seus pais. Ou seja, essas relações nos parecem marcadas, entre outros elementos, pela vigência do absoluto, pela dominância do registro da completude, pela exclusão do reconhecimento de autêntica alteridade. Marcadas, enfim, pela persistência de vínculos essencialmente narcísicos e pelo “anti-edipiano”, próprios ao quadro familiar “incestual”, com todos os desdobramentos que isso implica. Logo, cremos que as modalidades relacionais que presidiram, e *continuam presidindo*, o desenvolvimento desses jovens são fundamentalmente atravessadas pela *insistência* da idealização.

No que diz respeito aos jovens toxicômanos da atualidade, o trabalho de luto objetal e o processo de diferenciação entre o ego e o objeto dão sinais de grave comprometimento. Os objetos parentais parecem se fazer excessivamente presentes no

universo mental desses jovens, achando-se o ego aí diante de dominação interna, de possessão por tais objetos e, portanto, diante da concentração, nestes objetos alienantes, de sua própria libido narcísica. Desse modo, os objetos parentais parecem ocupar, no psiquismo do jovem em questão, uma posição que pode ser descrita como “exteriorizada” – posição ligada, dentre demais aspectos, ao que apreciamos no capítulo anterior acerca de obstáculos à introjeção de certos conteúdos pertencentes ao universo mental das próprias figuras parentais.

Siderado pelo poder desses objetos, o jovem drogadicto tenta escapar da manutenção de tal situação de desamparo por meio do uso compulsivo de substâncias tóxicas. É possível que se perceba aí uma tentativa do sujeito de regulação das tensões internas por meio do contrainvestimento num objeto concretamente externo. “Mas a armadilha se fecha sobre ele, e lá onde acreditava desvencilhar-se do poder do objeto, ele encontra a dependência ligada a um *objeto material* que vai dominá-lo bem mais (...)” (CORCOS, 2004, op. cit., p. 484. Tradução nossa. Grifos nossos).

No próximo capítulo, aprofundaremos ideias bastante sintônicas com a que está embutida nessa citação a propósito de uma armadilha que se fecha sobre o próprio sujeito que a concebeu. Por ora procuramos destacar a questão da exteriorização, presente na relação adictiva com o objeto-droga, mas presente, antes disso, nos vínculos do jovem toxicômano da contemporaneidade com os objetos parentais, e intrínseca à idealização. Quando o sujeito utiliza o objeto-droga de maneira adictiva e regida pela idealização, o seu contrainvestimento neste objeto concretamente externo, porque exclusivo, acaba por também atravancar os infinitos caminhos possíveis da libido.

No artigo “A servidão ao ‘outro’ nos estados limites”, Cardoso (2005) aborda, dentre diversos outros aspectos envolvidos nos estados limites, a questão da natureza singular do objeto. Ao fazê-lo, aponta, exatamente, para a existência, nesses casos, de desvio relacionado à contingência que geralmente caracteriza a natureza pulsional do objeto. A adicção é mencionada como exemplo de estado em que o objeto alcança condição de fixo, insubstituível, único. Apesar de não aprofundar a temática da idealização, a autora a tangencia, aproximando a noção de idealização do objeto da situação de fascinação, no sentido de uma servidão. Vale, aqui, lembrarmos que a definição de idealização que circunscrevemos vai ao encontro daquilo que o próprio Freud (1921/1976, op. cit.) descreveu, precisamente, como “fascinação” ou “servidão”.

No recurso ao uso adictivo de drogas por parte dos jovens da atualidade, da forma como o estamos pensando, o objeto-droga representa então, de modo exclusivo, um objeto obrigatoriamente “necessário” para o sujeito. Mas é interessante notarmos que, ao mesmo tempo que o sujeito depende “cegamente” desse objeto, trata-se de um objeto controlável, que o sujeito manipula em sua incessante busca de satisfação absoluta e onipotente.

Ao delinear o conceito de ego ideal, afirmamos que a formação de um circuito idealizador entre o eu e o outro é intrínseca à constituição dessa instância psíquica. Para a criança, o eu e o outro ainda se encontram indiscriminados nesta etapa do desenvolvimento subjetivo; ou seja, nela, os limites ainda não estão bem definidos, nem aqueles entre o ego e o objeto, e nem os que virão a constituir as fronteiras entre o eu e a própria alteridade interna. Segundo Green (1983, op. cit.) não se trata apenas de indiscriminação; trata-se, também, da necessidade de que o sujeito “negue a existência” do objeto neste circuito idealizador. Seu bem-estar e sua própria sobrevivência dependem deste objeto “todo-poderoso”, mas é necessário que o sujeito “negue a sua existência” para se apropriar do poder do objeto e atribuir onipotência a si próprio. Green (Ibid.) descreve o “eu-prazer purificado” a fim de aproximá-lo do conceito de ego ideal. Ele propõe que o “eu-prazer purificado”, apesar de se constituir na dependência do objeto, não possui outra função senão a de ser satisfeito de maneira onipotente por meio da manipulação desse mesmo objeto.

A relação que se estabelece, então, entre sujeito e objeto no circuito idealizador próprio à construção e à predominância do ego ideal no psiquismo remete-nos a outra relação: aquela do drogadicto com o objeto de sua adicção. Nessa relação, o objeto-droga assume caráter indispensável ao bem-estar e à sobrevivência em si do sujeito; mas, ao mesmo tempo, manipulando esse objeto, isto é, consumindo-o, o sujeito pode conferir a si próprio onipotência e satisfação de tipo absoluto.

Logo, o modo de relação que o toxicômano trava com o objeto-droga nos parece, mais uma vez, no que se refere especificamente ao jovem drogadicto da atualidade, análogo a seus vínculos com os objetos parentais, os quais cremos serem regidos, primariamente e *insistentemente*, pelo dispositivo da idealização. Quanto à incessante busca da onipotência e da satisfação de tipo absoluto, a idealização também estaria

ligada a algo inerente aos vínculos desse jovem com suas figuras parentais: à exigência de gozo por parte dessas figuras, ao dever de continuar atendendo a seu ideal narcísico.

A transformação dos vínculos com os objetos primários não pode prescindir da intervenção do movimento sublimatório, a qual promove o abandono de objetos e objetivos primitivos, e o afastamento do prazer imediato. Se, no recurso ao uso adictivo de drogas por parte dos jovens da atualidade está em jogo uma busca de satisfação absoluta e onipotente, se sob esse recurso subjaz a insistência do dispositivo da idealização, isso indica, a nosso ver, o não abandono de objetos e objetivos primitivos e o não afastamento do prazer imediato. Logo, indica a existência de embaraços no que se refere à ingerência do movimento sublimatório na modificação das primeiras relações de objeto. O desenvolvimento de sólido processo sublimatório “não somente deixa a falta subsistir, mas assegura ao sujeito a possibilidade de investir como aquilo que permite a mobilidade dos investimentos e do questionamento” (MELLOR-PICAUT, 1983, op. cit., p. 139. Tradução nossa). Porém, o toxicômano não somente é intolerante à falta, mas tem seus investimentos engessados no objeto-droga.

O ego ideal é uma instância de natureza fundamentalmente narcísica, construída sob o modelo da onipotência nos vínculos primários regidos pela idealização, dominada pelo registro da completude, na qual a dimensão da falta e do conflito está excluída, e onde vigoram, como valores absolutos, o prazer e a satisfação. Na contramão do ego ideal, o ideal do ego é uma instância pós-edípica, cuja constituição demanda que a onipotência seja perdida, e, deste modo, que um trabalho de luto das idealizações ilusórias e absolutas do ego ideal seja efetivado e que a falta e o conflito sejam aceitos. Tal aceitação envolve o reconhecimento da impossibilidade de satisfação absoluta, o reconhecimento da necessidade de se tolerar a frustração.

Se o funcionamento psíquico do jovem toxicômano da atualidade aponta para a insistência da idealização, sendo a sua relação com o objeto-droga orientada por um modelo primitivo e onipotente; se esse sujeito busca um tipo absoluto de satisfação próprio ao ego ideal; se em seu psiquismo a frustração desponta como insuportável, não havendo lugar para a falta e o conflito, sustentamos a seguinte hipótese: a da organização de seu aparelho mental sob a supremacia do ego ideal.

A ideia da existência de embaraços na condução do processo sublimatório rumo à abertura de novos caminhos para as relações objetais reitera a hipótese de que o

funcionamento psíquico do jovem drogadicto contemporâneo estaria organizado sob o domínio desta instância arcaica. Isso porque, como observamos a propósito da sublimação, ela é indispensável à construção do ideal do ego. Sua intervenção promotora de mudanças nos vínculos primários torna acessível para o sujeito a via da identificação. Sem substancial processo identificatório, não é possível que o ideal do ego seja consistentemente constituído, de modo a destituir a primazia do ego ideal no psiquismo.

A não hegemonia do ideal do ego no aparelho mental do jovem toxicômano da contemporaneidade também se faz notar pela ausência da capacidade de tolerância à frustração. Ao preponderar sob a orientação do princípio de realidade, o ideal do ego promove a conciliação entre o prazer e as exigências da realidade, permitindo que o sujeito desenvolva esta capacidade de tolerar as frustrações da cultura, que ame a cultura, nos termos de Assoun (1983, op. cit.). Entretanto, o funcionamento psíquico do toxicômano se caracteriza, dentre diversos outros aspectos, pela governança de um regime além do princípio de prazer. Ou seja, esse funcionamento não se encontra governado pelo princípio de prazer e, tampouco, pelo princípio de realidade.

O não estabelecimento do princípio de realidade como regulador do psiquismo produz, então, mais um entrave à sólida constituição e ao predomínio do ideal do ego, uma vez que é esse princípio que propicia a dominância do juízo imparcial. Esse juízo, como já contemplamos, julga as ideias a partir de uma comparação com algo exterior a elas, propiciando, assim, a instauração de uma instância de medida e de autoavaliação. Ele, portanto, também concorre para o surgimento de uma instância – o ideal do ego – que avalia o próprio eu, levando em consideração as exigências da realidade.

A emergência do ideal do ego como instância avaliadora de si mesmo também está ligada à internalização de uma avaliação, *a priori*, externa. Visando dar continuidade à construção de nossas hipóteses, aprofundemos a análise da questão da internalização da avaliação externa.

III.8. Passagens e bloqueios

Se a constituição e a vigência do ideal do ego dependem da passagem do discurso totalizante ao discurso discriminante, tal passagem só se dá à medida que o outro se descola do primeiro discurso e o substitui pelo segundo. Quem exerce, *a priori*, a função de avaliação é o outro significativo, e este exercício de sua parte configura-se

como fundamental para o engendramento da internalização do ideal do ego como instância avaliadora de si mesmo.

Para se descolar do discurso totalizante, o outro precisa descolar-se do próprio sujeito. O discurso totalizante que cria o ego ideal tem lugar dentro do circuito idealizador intrínseco à constituição dessa instância, circuito em que o eu e o outro se encontram ainda indiferenciados. É importante notar que a própria denominação do tipo de discurso que cria o ideal do ego – discurso *discriminante* – nos remete à importância da instalação das fronteiras entre o ego e o objeto na constituição e na predominância dessa instância na vida psíquica. Discriminar significa exatamente diferenciar, distinguir, separar. Vimos que a possível derrocada do narcisismo está ligada, principalmente, a complicações na elaboração do luto do objeto e no processo de diferenciação entre o ego e o objeto. Aqui, é possível percebermos que a sólida constituição e a predominância do ideal do ego também estão em xeque quando este processo de diferenciação acha-se comprometido.

Além do reconhecimento da impossibilidade de satisfação absoluta, do reconhecimento da necessidade de se tolerar a frustração, o reconhecimento da existência do objeto como objeto-alteritário também se faz necessário à substancial formação do ideal do ego, como mostramos anteriormente. No entanto, acreditamos que o jovem drogadicto da atualidade está geralmente inserido num quadro familiar “incestual”. Nesse quadro, marcado pelo “anti-edípiano”, a alteridade é fonte de excesso de angústia, sendo assim veementemente combatida. Antes de figurar como fonte de angústia exacerbada para o sujeito, a alteridade, *a priori*, constitui-se como ameaça para o próprio narcisismo parental. Logo, descolar-se do discurso totalizante, uma vez que implica descolar-se do sujeito e reconhecê-lo como objeto-alteritário, parece-nos tarefa árdua para as figuras parentais do jovem toxicômano da contemporaneidade, o que vem a se configurar como novo entrave à sólida constituição e ao predomínio do ideal do ego no universo mental desse jovem.

No mesmo trabalho em que escreve sobre o ego ideal e o ideal do ego como efeitos de dois tipos distintos de discursos, Bleichmar (1985, op. cit.) desenvolve tópico intitulado “Constituição do desejo narcisista dentro do campo edípico”, no qual descreve cinco fases que compõem o surgimento do desejo do bebê dentro do campo edípico. A apreciação da descrição de tais fases significa retornarmos a aspectos do

desenvolvimento subjetivo que, como será possível perceber, já foram contemplados. Entretanto, julgamos que este breve “retorno” é necessário à continuidade daquilo que estamos elaborando sobre a existência de obstáculos à substancial formação e à prevalência do ideal do ego no psiquismo do jovem drogadicto contemporâneo.

A segunda fase descrita por Bleichmar (Ibid.) é nomeada como “Fase do desejo de um desejo”. Nela, o bebê apreende o prazer que o outro pode sentir em seu contato com ele – devido a tudo o que o ser dele (o ser do bebê) representa para este outro – e, diante disso, o bebê sente-se desejado, além de passar a desejar continuar sendo desejado pelo outro. Ao descrever esta segunda fase, o autor explica que, nela, o bebê se sente desejado sem que este desejo esteja relacionado ao que ele faça, ou seja, o bebê sente que o outro o deseja simplesmente porque ele (o bebê) é seu filho.

A terceira fase é a “Fase do desejo de um desejo incondicional e do temor à rejeição”, na qual a criança sente que o outro só a deseja mediante o cumprimento de determinadas condições, o que significa a existência de duas possibilidades: o outro pode ser um outro que a deseja, mas também pode ser um outro que a rejeita. Segundo Bleichmar:

Essa fase representa o início, ainda que incompleto, da instauração na criança, através da internalização da atitude do outro, de uma função avaliadora de si mesmo. A partir desse momento, suas condutas e atributos servirão para que fique situado na categoria de desejado ou de rejeitado. Surgiram os requisitos que devem ser satisfeitos (Bleichmar, 1985, op. cit., p. 12).

No que diz respeito, ainda, à terceira fase, a entrada em cena da admissível perda do amor do outro permite que a criança, retroativamente, perceba a fase anterior como marcada por amor incondicional, o que a leva a desejar um reconhecimento desse tipo.

A fase seguinte é a chamada “Fase do desejo de uma preferência total e do temor ao menosprezo”, em que se dá, para a criança, o aparecimento do terceiro, que é representado como rival, de modo que o outro passa a ocupar a posição daquele que escolhe, e a própria criança, assim como o terceiro, passa a poder ocupar tanto a posição de preferida quanto a de relegada. “Ou eu ou o outro” é a lógica que comanda esta quarta fase, na qual é necessário, para a criança, ser a única; trata-se, portanto, de uma lógica de exclusão.

Finalmente, a última fase é a “Fase do desejo de uma preferência parcial”, onde a criança aceita que o outro, além de desejá-la, também deseja um terceiro. Uma nova lógica, de conjunção, impera nesta quinta fase: “Eu e o terceiro”.

Quando expõe suas elaborações sobre essas fases, Bleichmar assinala que nem todo sujeito tem acesso à última delas. Ele declara que:

A passagem de uma lógica de exclusão a uma de conjunção (...) não é mera questão de evolução garantida pelo passar do tempo. (...) O contexto intersubjetivo no qual se desenvolve o sujeito, as mensagens do outro significativo, (...) produzem sua marca nesse sentido (Id., *ibid.*, p. 13).

Se, para o autor, nem todo sujeito consegue realizar a passagem da quarta fase para a quinta, para nós o jovem drogadicto da atualidade parece deparar-se com empecilhos ainda anteriores, situados na passagem da segunda para a terceira fase. De qualquer forma, concordamos com Bleichmar quanto à natureza desses empecilhos, uma vez que também supomos a sua estreita conexão com o contexto intersubjetivo no qual se desenvolve esse jovem e, sendo assim, com as mensagens do outro significativo.

Nossa hipótese sobre a existência de obstáculos na passagem da segunda fase para a terceira baseia-se em nosso entendimento acerca delas, pautado, inclusive, nas próprias contribuições de Bleichmar. Compreendemos a segunda fase como aquela em que o ego ideal é constituído e passa a imperar no psiquismo. Nesse sentido, Bleichmar (1985, *op. cit.*) mesmo a descreve como fase em que o bebê se sente desejado sem que este desejo esteja relacionado ao que ele faça, ou seja, em que o bebê sente que o outro o deseja simplesmente porque ele (o bebê) é seu filho.

Essa descrição é absolutamente sintônica com o que apreciamos sobre a constituição do ego ideal por meio da projeção da onipotência parental no sujeito. Ao apreciarmos essa ideia, afirmamos, juntamente com esse mesmo autor, que o revigoramento da onipotência e o fortalecimento do ego ideal dos pais, gerado pelo nascimento de um filho, proveem as figuras parentais de um “poder mágico” e narcísico: o de converter tudo o que tocam em atributo maravilhoso. Ademais, tal descrição nos remete à admiração que caracteriza o discurso que cria o ego ideal, admiração definida pelo próprio Bleichmar (*Ibid.*) como incondicional porque independente do cumprimento de quaisquer condições.

Gostaríamos de elaborar algo que deixamos de lado anteriormente e intencionalmente guardamos para este estágio do desenvolvimento de nosso capítulo. Na realidade, a admiração que caracteriza o discurso totalizante que cria o ego ideal não nos parece completamente incondicional. A nosso ver, dá sinais de depender do cumprimento da seguinte condição: o sujeito é tomado como modelo de perfeição, é convertido em um todo maravilhoso, mediante a condição de as figuras parentais nele

“tocarem”, isto é, mediante a condição de essas figuras projetarem nele a sua própria onipotência narcísica (“eu te admiro, meu filho, uma vez que posso projetar em ti a *minha* onipotência narcísica”). Ou seja, o sujeito sente que o outro o deseja *simplesmente* porque ele (o sujeito) é seu filho; enxergamos nessa sentença uma condição ao desejo do outro, *simples* mas *necessária*: a de que o sujeito seja seu filho, quer dizer, a de que o sujeito seja um ser inicialmente indiscriminado, sobre o qual se possa depositar as próprias expectativas, os próprios desejos, o próprio ideal narcísico.

Quanto à terceira fase concebida por Bleichmar (1985, op. cit.), a entendemos como aquela em que o ideal do ego começa a se consolidar e a despojar o ego ideal do reinado no funcionamento mental. Nesse sentido, o próprio autor a define como fase na qual a criança sente que o outro só a deseja mediante o cumprimento de determinadas condições. Ele assevera que esta fase representa o início da instauração na criança de uma função avaliadora de si mesmo, por meio da internalização da atitude do outro.

É justamente a compreensão de tais fases desse modo que nos permite supor que o jovem toxicômano da atualidade depara-se com empecilhos situados na passagem de uma à outra, empecilhos anteriores àqueles supostos por Bleichmar (1985, op. cit.). A existência de obstáculos na passagem da segunda à terceira fase significa, a nosso ver, exatamente a existência de obstáculos na passagem do discurso totalizante ao discurso discriminante, e, conseqüentemente, a existência de entraves à sólida constituição e ao predomínio do ideal do ego no psiquismo. E apostamos na intrínseca articulação desses entraves com o contexto familiar, contexto intersubjetivo, no qual esse jovem vem a se desenvolver.

Antes de encerrarmos o presente capítulo, gostaríamos de acrescentar um último ponto: consideramos que a existência de obstáculos na passagem da predominância do ego ideal à prevalência do ideal do ego também está ligada, para além dos aspectos que já investigamos, à manutenção da projeção da onipotência narcísica parental no jovem toxicômano contemporâneo. Ou seja, julgamos que as figuras parentais desse jovem têm dificuldades quanto a deixar de admirá-lo dentro de uma lógica em que tudo o que se faça está bem, não cabendo objeção, porque a retirada da projeção de sua própria onipotência narcísica acha-se comprometida. E enquanto o sujeito continua cumprindo a condição de ser suporte da onipotência narcísica parental, enquanto permanece na posição indiferenciada de “objeto-não objeto” sobre o qual os pais mantêm depositadas

suas próprias expectativas e desejos, seu próprio ideal narcísico, o discurso totalizante não dá lugar ao discurso discriminante.

Procuramos caracterizar o narcisismo das figuras parentais do jovem drogadicto da atualidade como “vacilante” e dependente de um preenchimento que se dá, privilegiadamente, por meio da redução filial a objeto narcísico. Ao fazê-lo, destacamos a dependência dos pais com relação aos filhos que parece estar em jogo na família desse jovem. Isso quer dizer que em virtude de questões narcísicas que lhes dizem respeito, os pais podem precipitar seus filhos num modo relacional adictivo, sendo que é preciso sublinhar aqui que são os próprios pais, *a priori*, que estão em estado de dependência.

Quanto aos jovens toxicômanos da contemporaneidade, o investimento no objeto-droga parece ser orientado pela idealização, tal qual também o são as suas relações com os objetos parentais. E se a persistência da idealização mantém esses jovens na situação de desamparo da infância – da qual eles tentam escapar, paradoxalmente, recorrendo ao uso adictivo de um objeto material que vem a dominá-los bem mais – pensamos que são seus pais, *a priori*, que se encontram, em última instância, desamparados.

O outro lado da moeda da projeção de uma onipotência narcísica que não quer cessar parece ocultar, na verdade, a impotência, a dependência e o desamparo das figuras parentais dos jovens drogadictos da atualidade. E a busca de onipotência e de uma satisfação de tipo absoluto por parte desses jovens, por meio do recurso ao uso adictivo do objeto-droga, revela a sua própria dependência e desamparo e, simultânea e paradoxalmente, uma tentativa de deles escapar. Passemos, então, ao último capítulo, no qual procuraremos melhor analisar tal paradoxo, assim como investigar as suas possíveis causas.

IV – Da abertura (mortífera) para o outro ao fechamento (narcísico) pela droga

Mostramos, no final do capítulo anterior, que o recurso ao uso adictivo do objeto-droga por parte dos jovens drogadictos da atualidade revela a dependência e o desamparo desses jovens e, simultânea e paradoxalmente, uma tentativa de daí escapar. Resgatamos, portanto, a dimensão paradoxal de automedicação, de autotratamento, que está em jogo na drogadicção.

Falar da drogadicção como tentativa de “cura” não significa, em hipótese alguma, negar o aspecto destrutivo presente em tal patologia. Diferentes elementos abordados ao longo desta tese, como, por exemplo, a dependência com seu caráter compulsivo; a escravidão a uma única “solução” – além de única, apenas temporária – para fugir da dor mental; a deterioração das relações do sujeito consigo mesmo e com o outro, sem dúvida aludem a diversos níveis de destruição. Porém, pensar a toxicomania como abarcando esta dimensão paradoxal de automedicação significa ressaltar outro tipo de olhar sobre ela, para outro ângulo, o qual permite a abertura de espaço para novas e ricas reflexões. É esse outro tipo de olhar que lançaremos sobre a toxicomania no presente capítulo, uma vez que, como será possível notar, ele vai ao encontro de vários pontos elaborados no decorrer deste trabalho.

Após analisarmos algumas questões intrínsecas a esta visada da toxicomania como tentativa paradoxal de autotratamento, discorreremos sobre a temática da esperança – a esperança sendo entendida sob uma abordagem psicanalítica com base em considerações filosóficas – buscando refletir sobre a seguinte indagação: existe lugar para a esperança nas relações entre o jovem toxicômano da atualidade e suas figuras parentais?

IV.1. Drogadicção: a sexualidade “como um tóxico”

Como observamos anteriormente, uma tendência à redução das tensões ao nível zero está em jogo no funcionamento mental do sujeito drogadicto e pode ser notada na propensão à evacuação da excitação psíquica, evacuação alcançada por meio da descarga propiciada pelo recurso repetitivo ao abuso de substâncias tóxicas. Tendo em vista essa tendência e procurando sublinhar a dimensão paradoxal de autotratamento

envolvida na drogadicção, pode-se afirmar que, nessa patologia, “um tratamento real do corpo parece dever aqui operar para limitar o gozo” (LE POULICHET, 1991, p. 255. Tradução nossa) – o gozo sendo por nós vislumbrado como a própria tendência à redução das tensões ao nível zero, como descarga radical, total, regida pela lógica do absoluto.

Ao mesmo tempo em que a evacuação da excitação psíquica é buscada por meio do compulsivo abuso de substâncias tóxicas, a tendência à redução das tensões ao nível zero é freada por meio da utilização dessas mesmas substâncias, a fim de que o ser inteiro do sujeito drogadicto nela não seja aspirado. Logo, a radicalidade de uma descarga regida pela lógica do absoluto é combatida por meio do uso adictivo da droga, este figurando aí como arma de que dispõe o toxicômano para enfrentar tal combate e, portanto, como escudo, como elemento de defesa – como forma paradoxal de resposta, tentativa de dominação da excitação não ligada.

Apoiando-se em relatos provenientes de sua clínica com toxicômanos, Le Poulichet fala de uma ameaça e de um horror evocados por seus pacientes quanto a uma descarga só possível sob a forma total, radical, a qual provocaria o desaparecimento de todo o ser desses sujeitos. De acordo com um de seus pacientes, só a “cobertura” da droga possibilitaria a obtenção de uma descarga não completa. É preciso atentar para o seguinte: os relatos desses pacientes dizem respeito, especificamente, à descarga sexual; é ao ato sexual que eles se reportam como só possível se “anestesiados”, se sob o poder de um filtro. Apesar disso, de uma maneira mais abrangente, é possível perceber que, nesses casos, é “como se o excesso sexual não fosse mais canalizado pelo recalque nem alterado no fantasma e no anacronismo, mas absolutamente ‘atual’ sob a forma de um convite a desaparecer (...)” (loc. cit. Tradução nossa). Para apreendermos a abrangência mencionada e o sentido da citação, é necessário acompanhar as afirmações da autora acerca do sexual e do tóxico.

No artigo “Se faire un corps étranger”, essa autora retoma a referência freudiana a processos tóxicos como constituintes do fundamento de toda sexualidade. Explica que a “toxina única da libido” (formulação do próprio Freud, de 1908) assume, assim, a função de um desconhecido, de um enigma, o qual funda a base do campo psicanalítico. Dentro desse referencial, a sexualidade é então considerada como “toxina desconhecida”, a manifestação do sexual se dando, nos humanos, como excesso

irredutível cujo retorno “inadequado e anacrônico” se revela por meio do sonho ou do sintoma, por exemplo.

Em *Estudos sobre a histeria* (BREUER & FREUD, 1893-1895), Freud refere-se às reminiscências de que sofrem os histéricos como “corpo estranho”. Le Poulichet também retoma essa antiga expressão freudiana, justificando tal retomada com seu intuito de atribuir destaque à maneira pela qual o sexual – cuja manifestação se dá como excesso irredutível – retorna: “essencialmente sob a forma de uma memória estranha, colocando em cena um corpo enigmático” (LE POULICHET, 1991, op. cit., p. 251. Tradução nossa). Pode-se entender, desse modo, que para dar lugar e laço ao sexual, o estranho se conjuga ao anacrônico no pensamento freudiano. Gostaríamos de ressaltar neste ponto que o “estranho” do qual se trata aqui é o estranho do sonho, do sintoma, ou seja, o estranho da ordem do recalque e não o estranho não interiorizado e, portanto, não recalçável, estranho com toda a complexidade assumida num momento posterior da obra freudiana – mais precisamente, no texto “O estranho”, de 1919.

O excesso sexual é concebido nestas elaborações como intrinsecamente ligado à origem e ao princípio da atividade de um corpo pulsional. Ademais, ele é compreendido como se alterando incessantemente numa relação com a temporalidade e com a alteridade, abrindo espaço para a elaboração de um corpo de metamorfoses. Sendo assim, “obras, sonhos e sintomas aparecem (...) como ocasiões heterogêneas e anacrônicas de dar corpo e borda ao excesso sexual por meio da metamorfose” (Id., *ibid.*, p. 253. Tradução nossa).

A partir dessas afirmações, Le Poulichet questiona se o único modo de retorno do sexual consistiria neste engendramento anacrônico de “corpos estranhos”. Concentrada na toxicomania, a autora escreve: “Parece, de fato, que a toxicomania engendra outro modo de ‘tratamento’ do excesso, fora do trabalho do tempo e dos traços, assinalando o fracasso do jogo das metamorfoses” (Id., *ibid.*, p. 254. Tradução nossa). E diante dessa manifestação tóxica do excesso, propõe que nessa patologia a sexualidade está *reduzida a um tóxico*, que ela se manifesta *como um tóxico*.

Apreciadas as postulações, o questionamento e a proposta de Le Poulichet, pensamos ser finalmente apreensível por que dizer que na toxicomania a sexualidade não se manifesta como excesso cujo retorno se dá sob a forma de um “corpo estranho” da ordem do recalque, e sim como tóxico, não canalizado por meio do recalque, não

alterado pela fantasia e pelo anacronismo, e imbuído de um poder de desintegração e de diluição do corpo, o qual procura se automedicar recorrendo à “cobertura” da droga. Além disso, julgamos ser compreensível também por que falamos na abrangência da questão do sexual, apesar de os relatos dos pacientes trazerem especificamente o ato sexual como engendrador de uma descarga total, frente à qual a droga funcionaria como filtro.

Na toxicomania, então, a sexualidade manifesta-se como estranho não interiorizado, como estranho sem tratamento pelo recalque, estranho aquém do recalque, aquém do trabalho do tempo e dos traços. Aqui, sim, pensamos estar diante do estranho com toda a complexidade que assumiu ao longo da obra freudiana. Afirmar que algo está aquém do trabalho dos traços significa incluí-lo no registro das marcas, ou seja, no registro daquilo que não se encontra inserido na cadeia de representações. Apesar de não se inscreverem no aparelho mental por intermédio do trabalho da representação, as marcas não se encontram excluídas do psiquismo; pelo contrário, elas se mantêm nele conservadas com significativa força. Porém, uma vez que estão aquém do trabalho dos traços, aquém do trabalho da representação, as marcas são impressões que não encontram lugar (no sentido da inserção na cadeia representacional) e que, deste modo, “não cessam”, “não terminam” (LE POULICHET, 2006, p. 57); isto é, as marcas configuram-se como aquém do trabalho do tempo.

IV.2. Circularidade e onipotência

Avançando na questão da convocação do toxicômano à “cobertura” da droga, esta representa uma tentativa de fazer do próprio corpo um corpo sob o poder de um filtro que impede sua dissipação numa descarga completa, tentativa de elaboração de um corpo circular que forneça ao “eu (...), enfim, a ilusão de se fechar sobre suas próprias bordas e de resistir a uma abertura mortal” (LE POULICHET, 1991, op. cit., p. 256. Tradução nossa). Conforme escrevemos no início do tópico anterior, um tratamento real do corpo faz-se operar para evitar a aspiração numa descarga radical, total. O que visamos destacar, neste ponto, é a dimensão de *realidade*, a dimensão de concretude que salta aos olhos na problemática da drogadicção, na qual o sujeito apela para um tratamento *real* de seu organismo por meio da incorporação de um *real* “corpo estranho” – o tóxico, a droga. Esta dimensão de concretude contrapõe-se à dimensão de

fantasia, de metáfora, presente no engendramento anacrônico de “corpos estranhos” da ordem do recalque.

Este tratamento *real* do organismo pelo *real* “corpo estranho” tóxico gera “uma forma de sono hipnótico correlativo de um ‘recuo narcísico’ ou de um ‘retraimento dos investimentos do mundo exterior’” (Id., *ibid.*, p. 257. Tradução nossa). Apenas quando o real “corpo estranho” tóxico, ou a “prótese química”, perde seu efeito é que o sujeito toxicômano desperta deste “sono hipnótico”, ou desta “errância sonâmbula”, tomado, novamente, pela dor e pelo imperativo de tratá-la. Uma “formação narcísica” é então engendrada nessa operação, uma forma de “homeostase” sendo organizada como defesa, medida de proteção contra a excitação que assume, nestes casos, uma qualidade de “efração”, de arrombamento. O engendramento de uma “formação narcísica” está ligado, portanto, entre outros aspectos, à impossibilidade de ligação da excitação; ou seja, ante o fracasso quanto à constituição de um sintoma, devido a esta qualidade de efração assumida pela excitação, e devido à impossibilidade de ligá-la, um “retorno sobre o eu” é operado de modo que uma “formação narcísica” é produzida.

Julgamos estar, nitidamente, diante da questão da manifestação da sexualidade *como um tóxico* na toxicomania, isto é, diante da sua manifestação como excesso não dominável, não tratável pelo recalque (vide o fracasso quanto à constituição de um sintoma); manifestação como não passível de transmutação por meio de “corpos estranhos”, e sim como estranho radical. Para defender-se desta radical estraneidade e, ao mesmo tempo, proteger-se de uma descarga da excitação aniquiladora, o sujeito toxicômano busca abrigo enfurnando-se em si mesmo.

Neste sentido do que acabamos de qualificar como um enfurnamento em si mesmo, Chabert utiliza a expressão *repli autarcique* para falar do movimento que está em jogo na toxicomania. *Autarcie* quer dizer autarcia em português, palavra que significa o estado de um país autossuficiente e possuidor de economia fechada. No “recuo sobre si” (CHABERT, 2006, *op. cit.*, p. 193. Tradução nossa) característico da toxicomania, a realidade é desinvestida em benefício da ação da droga sobre a percepção; ademais, qualquer relação com a alteridade é excluída, sendo privilegiada a relação consigo mesmo. Trata-se, porém, de uma relação consigo mesmo falaciosa, uma vez que esta relação, devido ao intermédio de uma substância tóxica, se dá com um si

mesmo alterado. Trata-se de “uma alteração sem alteridade” (LE POULICHET, 2006, op. cit., p. 172. Tradução nossa).

Ainda com o objetivo de tornar mais clara a ideia do tratamento pelo real “corpo estranho” tóxico que assegura a supressão da dor, que restaura uma forma de “homeostase”, ou seja, que possui caráter paradoxal de automedicação, podemos reportar-nos à toxicomania como *operação do pharmakon*. A inspiração para tal situa-se nas formulações de Jacques Derrida sobre o *pharmakon*, “agente que esconde em si mesmo seu próprio contrário” (LE POULICHET, 1991, op. cit., p. 258. Tradução nossa), que possui uma estrutura ambígua e reversível, que se apresenta tanto como veneno quanto como remédio. A *operação do pharmakon* coloca em jogo uma circularidade ligada ao corpo, uma vez que nela os sistemas de oposições distintivas são abolidos, e uma coisa se junta ao seu próprio contrário, fazendo a diferença desaparecer na reversibilidade. Assim, o corpo circular que entra em cena por meio dessa operação “não é nem fora nem dentro, nem homem nem mulher, nem ausente nem presente, não conhecendo o dia e a noite, ou, sobretudo, misturando cada coisa ao seu próprio contrário” (LE POULICHET, 1991, op. cit., p. 258. Tradução nossa).

Façamos algumas considerações sobre este corpo circular colocado em jogo na toxicomania pela *operação do pharmakon*, corpo que não é isto nem aquilo, mas a mistura dos contrários. A nosso ver não se trata de um corpo que não é nada, e sim de um corpo que é tudo. Isso quer dizer que, ao procurar autoengendrar cotidianamente este corpo circular, o sujeito drogadicto busca refugiar-se de sua dor no registro da onipotência. A fim de não se esvair no nada absoluto de uma descarga radical, total, esse sujeito tenta proteger-se no registro do tudo – também absoluto. As noções de paradoxo e de reversibilidade mantêm aqui sua força e pertinência.

Bernard Brusset (2004), ao escrever sobre a conduta adictiva de maneira geral, toca em diversos pontos que vimos apreciando a propósito, especificamente, da toxicomania, ressaltando a questão da busca de refúgio no registro da onipotência como aspecto marcante. Esse autor descreve essa conduta como geradora de um estado modificado de consciência e de percepção do corpo, o que nos remete ao que já analisamos acerca do real tratamento do organismo do toxicômano pelo real “corpo estranho” tóxico; como revogadora da temporalidade ordinária e do sexual, da linguagem e do discurso, o que nos envia à já abordada implicação de um registro fora

do trabalho do tempo e dos traços nas toxicomanias; e, ainda, como atualizadora de um modo de vínculo fusional com o objeto, o qual é apagado em sua alteridade. Além deste apagamento da alteridade do objeto, na conduta adictiva estaria envolvido o apagamento dos limites do ego e do superego, o que possibilitaria, justamente, a experiência da onipotência, da completude e da indiferenciação.

Bourdellon também sublinha a questão da busca da onipotência envolvida na drogadicção. Diz que a “embriaguez química” (BOURDELLON, 2004, op. cit., p. 452) extingue os conflitos, a espera e a distância “deprimente” entre o ego e o ideal do ego, permitindo, assim, o restabelecimento mágico do ego ideal e da unidade mãe-bebê. Chabert (2006, op. cit.), por sua vez, destaca a importância da dimensão narcísica na toxicomania. É fundamental notar que, ao trabalhar com a articulação entre narcisismo e toxicomania, a autora se vale da distinção narcisismo primário / narcisismo secundário desenvolvida por Freud no bojo da construção de sua segunda tópica; ou seja, o que ela ressalta é a busca do restabelecimento do narcisismo ilimitado – anterior à constituição do eu e ligado à radical retirada dos investimentos no mundo exterior e nos objetos – que está em jogo nessa patologia. Na “euforia farmacogênica”, a dimensão narcísica original, com seu caráter onipotente e portanto invulnerável e imortal, seria reencontrada pelo eu. Tudo isso nos ajuda a vislumbrar que no real tratamento do organismo do toxicômano pelo real “corpo estranho” tóxico “nenhuma perda afeta este corpo circular, reversível e atual” (LE POULICHET, 1991, op. cit., p. 259).

Lembremos que este tratamento característico da toxicomania é o que se constitui como possível diante da manifestação tóxica do excesso, diante da manifestação da sexualidade *como um tóxico*. Apesar de termos avançado em nossas reflexões, não abordamos ainda, de maneira mais direta, as causas de a sexualidade se *reduzir a um tóxico* na drogadicção. O próximo tópico será a isso dedicado. Entretanto, antes de passarmos a ele, traremos uma vinheta clínica para ilustrar o que exploramos neste tópico.

XX, uma jovem de 22 anos, chega ao consultório após ter dado início, cerca de um mês antes, a um tratamento medicamentoso sob os cuidados de um neurologista.

Toma diariamente um tranqüilizante de alta potência e um remédio para depressão conjugada a forte grau de ansiedade. Seu médico, com quem rapidamente foi estabelecido contato, diagnosticou-a com um “transtorno de ansiedade generalizada com pânico” (sic neurologista) e recomendou que ela procurasse uma análise, por supor que a origem de seus “sintomas”⁷ – sensação de morte iminente, formigamento pelo corpo, derretimento do corpo e perda da consciência de seu eu, assim relatados pela própria jovem em sua primeira entrevista com a analista – não estava ligada às substâncias tóxicas de que XX vinha fazendo uso antes de consultá-lo. Foi possível perceber desde o primeiro encontro com a paciente que se, por muito tempo, o *doce* e a *bala* (termos utilizados por ela para se referir, respectivamente, ao *ácido lisérgico* e ao *ecstasy*) a protegeram do confronto com algo a que ainda não se podia atribuir sentido, o surgimento dos “sintomas” por ela relatados indicava que o “equilíbrio homeostático” outrora alcançado estava ruindo.

A jovem foi criada – assim como sua irmã, um ano mais velha – pelos avós maternos, após a morte de sua mãe em trágico acidente de moto quando XX tinha apenas *um aninho*⁸. Ela cursa administração em renomada universidade particular da cidade e já passou da metade de sua graduação, a qual se acha extremamente comprometida na ocasião do início do tratamento, devido, a princípio, ao ritmo frenético de noitadas e consumo de *doce / bala*, e, posteriormente, ao aparecimento dos atuais “sintomas” que a deixam *perdida* e nitidamente *assustada*.

Está numa relação de cerca de três anos com o, até então, único homem de sua vida, seu parceiro nas *raves* e viagens químicas, um estudante de educação física e professor de uma academia na qual vem malhando *muito pesado* e fazendo *mais do que pode*. A primeira relação sexual, sob pesado efeito de substâncias tóxicas, é narrada como uma experiência estranha e confusa, durante a qual a jovem diz que *sabia que era virgem*, mas, ao mesmo tempo, sentia que já havia sido anteriormente *invadida*. A temática da sexualidade é trazida às sessões inicialmente com receio e sempre com

⁷ Usaremos o termo “sintoma”, ao longo desta vinheta clínica, sempre entre aspas, uma vez que, conforme já afirmamos, entendemos que as manifestações que têm lugar na toxicomania estão para aquém do recalque, aquém do trabalho do tempo e dos traços.

⁸ Daqui para diante neste tópico as expressões de que a própria paciente lançou mão durante as sessões serão grafadas em itálico, ficando entre aspas o termo “sintoma” e tudo aquilo que foi trazido – e que assinalaremos – por seu neurologista.

vergonha e desconforto, sendo os encontros sexuais com o namorado constantemente descritos de modo a produzir na analista uma imagem de sofrimento e sacrifício.

O uso de drogas foi suspenso por iniciativa da própria paciente, depois da ingestão de um *brownie com várias coisas dentro (maconha, skunk, essas coisas)*, coisas que fugiam ao seu consumo habitual e que, no seu entender ao começar a análise, desencadearam os “sintomas” que a levaram tanto ao neurologista quanto ao consultório da analista. Conforme dito por ela, foi como se, a partir disso, uma *bad trip*, provocada pelas substâncias tóxicas contidas no *brownie*, tivesse começado; no entanto, a *bad trip* insistiu em subsistir, findada a *onda* gerada por essas substâncias. Esse episódio, portanto, é percebido por XX como ponto de partida de seus “sintomas”, os quais, para a analista, revelavam o desmoronamento da forma de “homeostase” organizada por meio do tratamento pelo real “corpo estranho” tóxico.

A jovem expõe o que antes de tal episódio – período em que o “equilíbrio homeostático” manteve-se assegurado – ao tomar *balas e doces* experienciava como *um brilho*, um estado em que se sentia *muito feliz*. Além disso, reporta-se ao tempo em que consumia esses produtos com frequência como um tempo em que esteve *muito mais voltada para si do que vivendo*, no qual não construiu relações de amizade e afastou-se da família. Queixa-se que, mesmo tendo suspenso o uso de drogas, ainda tem dificuldades para se *conectar com as pessoas*, pois se sente *presa dentro de si*, da *própria cabeça*. Conta que olha para as coisas, para as pessoas, e não sente nada, nenhum afeto, nenhuma referência; exemplifica isso na relação com o namorado: *eu sei que o amo, mas não sinto*.

Ou seja, parece que apesar de achar-se em franca decadência o processo pelo qual seu organismo alcançava a constância de seu equilíbrio, XX ainda não consegue reverter o “retorno sobre o eu” engendrado na “operação do *pharmakon*”, o que agora explicitamente a faz sofrer. A “prótese química” perdeu seu efeito, a jovem despertou de seu “sono hipnótico”; porém, permanece como um zumbi, tomada pela dor e sem mais poder tratá-la por meio da única medida de proteção que conhecia e com a qual se automedicava. A face venenosa do “*pharmakon*”, escondida sob o disfarce de remédio até o episódio do *brownie*, cumpriu seu papel, deixando marcas que a paciente, com a ajuda da analista, esforçar-se-á intensamente para apagar.

Cabe, neste ponto, introduzir as seguintes questões, provocadas na analista desde o contato inicial com a jovem: que algo era este com que, por meio das drogas, XX protegia-se do confronto? O que, de fato, encontrava-se por trás da ruína do “equilíbrio homeostático” garantido por tanto tempo no tratamento pelo real “corpo estranho” tóxico? (Felizmente, o neurologista pôde notar que, de acordo com as expressões utilizadas por ele mesmo, as substâncias tóxicas não representavam mais do que um “gatilho”, sendo que a “origem” dos “sintomas” da paciente restava a ser descoberta).

O algo do qual XX vinha se defendendo pelo consumo desenfreado de *balas* e *doces* ganhou rapidamente sentido para a analista assim que a paciente falou da morte de sua mãe, quando tinha apenas *um aninho*. Isso porque, junto com o relato de tal acontecimento, ela trouxe a depressão que este gerou em sua avó materna, a qual *só seguiu em frente por causa das netas*; a existência de uma tia materna que saiu do país, e cujo afastamento é atribuído pela família à insuportabilidade do contexto familiar engendrado pelo trágico falecimento; a *desesperança*, a *tristeza*, a *vontade de chorar*, o *aperto no peito* que ela própria sente desde pequena e *não sabe por quê*. Também, e sobretudo, porque XX disse à analista o quão difícil – e, logo, raro – é, para todos à sua volta, tocar na temática de sua mãe (seja para abordar a vida ou a morte dela).

Em relação àquilo que desencadeou o desmoronamento da forma de “homeostase” que XX havia organizado por meio do recurso adictivo às drogas, e que a levou a suspender tal recurso, despertando-a de sua “errância sonâmbula” e fazendo-a sofrer duplamente, agora também por não conseguir desenfundar-se de si própria, foi necessário aguardar que, finalmente e pouco a pouco, a jovem pudesse falar sobre sua mãe. Quando isso se tornou possível, a semelhança física (em nada compartilhada por sua irmã) entre ela e sua mãe foi por ela mesma notada e assumida e, adotando uma postura mais curiosa – e corajosa, já que relativa à temática evitada – junto à família quanto às características psicológicas da mãe, ela descobriu o quanto nisso também as duas se assemelhavam. A presença da mãe em XX era muito mais forte do que ela própria sabia. Tão forte e alienante que, como pudemos construir em análise – e isto foi fundamental para a compreensão do ponto em questão – a jovem começa a sentir seu corpo formigar, derreter, a perder a consciência de seu eu e, em *pânico* (em *pane*, na realidade, se tivermos em conta a constância do equilíbrio de que seu organismo já não

gozava mais), a achar que sua morte seria imediata às vésperas de completar 23 anos... idade com que a mãe sofreu o acidente de moto, em consequência do qual faleceu.

IV.3. Da intoxicação “primária” à intoxicação pela droga

Além de termos ilustrado aquilo que exploramos no tópico anterior, abordamos, na vinheta clínica, a questão da existência de *excessiva e indiferenciada presença* do outro no psiquismo da paciente. Com isso, esperamos ter, embora implicitamente, semeado a ideia da qual partiremos a seguir, a fim de investigar as possíveis causas de a sexualidade se *reduzir a um tóxico* na drogadicção: “o verdadeiro tóxico não é a droga” (LE POULICHET, 2000, op. cit., p. 124. Tradução nossa) na toxicomania, a droga só entrando em cena posteriormente a uma intoxicação anterior.

A ideia de que, na toxicomania, o verdadeiro tóxico não é a droga implica uma concepção segundo a qual o “envenenamento” pela droga funciona como automedicação para outro “envenenamento”, ocorrido num primeiro tempo. Qual é, então, o verdadeiro tóxico? A que intoxicação ocorrida num primeiro tempo essa concepção diz respeito?

É no artigo “De la ‘substance psychique’ au paradigme de l’addiction” (LE POULICHET, 2000, op. cit.) que encontramos a hipótese da existência de uma intoxicação que vamos denominar “primária” (porque ocorrida num primeiro tempo, anterior à intoxicação pela droga). Nele, essa autora apoia-se nas pesquisas de E. Glover para descrever certas formas de identificação com os objetos⁹ nas quais um “estado psíquico perigoso” é engendrado, estado que “é simbolizado como uma substância concreta interna” (GLOVER, 1932, p. 320 *apud* LE POULICHET, 2000, op. cit., p. 122). Esta “substância concreta interna”, produzida por certos modos de identificação com os objetos, é denominada “substância psíquica”, e a droga – elemento externo – é entendida como exercendo função de “agente terapêutico” na reação contra essa “substância psíquica” – elemento interno – existente no psiquismo do toxicômano.

⁹ Julgamos que estas formas de identificação com os objetos que dão origem à “substância concreta interna” – à “substância psíquica”, nos termos de Le Poulichet (2000, op. cit.) – não se configuram, de fato, como processos identificatórios. Porém, dado que a própria autora considera a “substância psíquica” como sendo engendrada por certas formas de *identificação* com os objetos, optamos por manter o uso desse termo no decorrer do presente tópico.

Compreendemos, portanto, que uma “substância psíquica” – exposta também como “uma forma petrificada resultante das identificações com os objetos” (Id., *ibid.*, p. 123) – se faz presente no aparelho mental do sujeito drogadicto, e representa um elemento tóxico interno do qual esse sujeito vai, paradoxalmente, buscar defender-se por meio do uso de outro elemento tóxico, desta vez externo: a droga. A toxicomania aparece novamente como modo de defesa paradoxal, como tentativa de construção de um novo corpo que não permaneça capturado e intoxicado pela “substância psíquica”. O paradoxo reside, dentre outros aspectos, no “material” com que este novo corpo tenta ser edificado, material “estranho” e altamente intoxicante, que destrói ao mesmo tempo em que protege.

O toxicômano tem uma dependência em relação à “substância psíquica”, dependência que o aspira, sendo invasora, arrasadora e, ainda, muito mais radical que sua dependência à droga. Invadido por ela, o corpo do toxicômano não pode ser sentido como pertencente a ele mesmo e, simultaneamente, vinculado ao outro, e sim como dominado pelo outro, sendo que percebemos este elemento tóxico interno como o próprio outro (interno) dominador, de quem o sujeito procura escapar por meio da droga. No que se refere à dificuldade do toxicômano quanto à apropriação de seu próprio corpo, devido à dominação exercida pelo outro, pode-se dizer que:

(...) no campo das toxicomanias, os processos de engendramento de corpos estranhos são compreendidos sob a referência da identificação toxicomaniaca, que significa o imperativo de engolir ou de se injetar um “corpo estranho tóxico”, produzindo assim uma substância corporal que exerce um papel intrapsíquico. De certo modo, trata-se de uma forma de fazer de si mesmo um corpo estranho, tornando-se a cada dia aquilo que é incorporado. A identificação tem aqui caráter metonímico: uma substância estranha incorporada pode representar o corpo inteiro que tenta assim se fazer estranho para escapar de uma ascendência; e nós podemos situar aqui a ascendência exercida por uma “substância psíquica”. (LE POULICHET, 2000, *op. cit.*, p. 123-124. Tradução nossa).

Essas ideias nos remetem ao que desenvolvemos, a propósito das condutas adictivas de maneira geral, sobre uma presença demasiadamente insistente do objeto (interno), a qual coloca o eu em posição de submissão e de temor da intrusão, tais condutas configurando-se como resposta egóica ao poder desse objeto dominador, como tentativa de o controlar. Assim, a intoxicação pela droga pode funcionar como medida de proteção possível contra a intoxicação pela “substância psíquica”.

Esse outro (interno) dominador não é, certamente, construído a partir de certos modos de identificação com quaisquer objetos. Trata-se da especificidade dos vínculos

com os objetos primordiais. Nesse sentido, havíamos dito que o curativo psíquico inerente às condutas adictivas dirige-se, justamente, às feridas provocadas pela inadequação das relações objetais primárias. É possível supor que este objeto (interno) intoxicante é aquele que expusemos como ofuscante e perturbadoramente presente; como um objeto que não se deixa esquecer e que, desta forma, produz intrusão intolerável e não dá lugar aos processos de representação; como um objeto intimamente ligado à organização do funcionamento mental para além do princípio de prazer. Isso quer dizer que supomos que o objeto causador de uma intoxicação “primária” é o “mau” objeto primordial, aquele incapaz de cumprir satisfatoriamente suas funções básicas de estimulação, de mediação e / ou de separação na ocasião dos encontros primários. Este “mau” objeto é aquele que não consegue orientar o caminho do trabalho do negativo rumo ao cumprimento de sua tarefa constitutiva.

Acreditamos serem os vínculos primários, os encontros com os objetos primordiais, que instauram a dimensão subjetiva da sexualidade. Sendo assim, compreendemos que se há uma toxicidade concernente aos objetos primordiais e, portanto, envolvida nos processos identificatórios com esses objetos – toxicidade que, julgamos, é responsável pelo engendramento de um “estado psíquico perigoso”, estado que “é simbolizado como uma substância concreta interna” – a sexualidade tenderá a se *reduzir a um tóxico*, a se manifestar *como um tóxico*.

É a ausência ou insuficiência de apoio e de continência, por parte dos objetos primordiais, para o exercício das operações básicas de estimulação, de mediação e / ou de separação que estamos propondo, aqui, entender como uma toxicidade relacionada a esses objetos. Toxicidade que entrava a condução da pulsionalidade às ligações e a manifestação de Eros, engendrando a presença do disparar das forças de descarga e do desligamento no funcionamento mental do sujeito drogadicto, a tendência de seu psiquismo à redução das tensões ao nível zero.

Adentramos, visivelmente e mais uma vez, a seara dos vínculos primários e, logo, o campo das relações do sujeito toxicômano com suas figuras parentais. O tópico seguinte consiste em um novo mergulho nesse campo.

IV.4. A toxicidade de uma captura narcísica

O eu pode ser compreendido como uma superfície que se constitui como objeto de satisfação de um outro (LE POULICHET, 1991, op. cit.). Tal compreensão é

influenciada pelas formulações freudianas acerca do revigoramento da onipotência narcísica dos pais por ocasião da chegada de um filho. Nesse sentido: “Com efeito, o eu torna-se este corpo que (...) responde à demanda de uma ‘outra pessoa’ e preenche sua expectativa” (Id., *ibid*, p. 255. Tradução nossa). Esse corpo está, então, inicialmente tragado numa captura narcísica, satisfazendo e preenchendo continuamente o outro. Porém, é indispensável que, gradualmente, ele saia dessa captura para que alguma subjetivação seja possível.

Essas considerações nos remetem à distinção entre dependência normal e dependência patológica. Isso porque, como já vimos, nos casos de dependência normal criança e objetos primários saem progressivamente daquilo que é denominado ilusão. Entendemos esta ilusão na mesma direção da captura narcísica trazida acima, na qual o eu se encontra imerso na origem de sua constituição. Ademais, na mesma direção do circuito idealizador entre o eu e o outro, intrínseco à constituição do ego ideal; ao discorrermos sobre o ego ideal e sobre a idealização como dispositivo que está na base da formação desse circuito idealizador, afirmamos, inclusive, que a idealização pode ser comparada com a ilusão. A saída desta captura narcísica por parte do eu só se dá mediante a possibilidade de sua “permissão” por parte do outro: para que a autonomização, base da dependência normal, entre em cena é preciso que criança e objetos primários gradualmente saiam da ilusão.

Quando a progressiva separação / autonomização da criança é representada por esses objetos como uma ferida ao seu narcisismo, a captura se mantém. O sujeito, então, ao invés de ter, aos poucos, suas próprias demandas reconhecidas, permanece sendo cuidado em função das demandas “de uma ‘outra pessoa’”. Uma vedação é assim operada, engendrando a instalação de dependência patológica, de um vínculo “tóxico” no lugar de um vínculo “vivo”, o qual engessa o sujeito e entrava a construção de novos vínculos (BOURDELLON, 2004, *op. cit.*). Esta ideia da oposição entre o estabelecimento de um vínculo “tóxico”, engessador, responsável por uma fixação dos investimentos objetais e a instalação de um vínculo “vivo” alude à oposição entre a idealização e a sublimação.

A impossibilidade, por parte dos objetos primordiais, quanto à promoção da imprescindível saída da captura narcísica – imprescindível à subjetivação, à autonomização, à construção de vínculos “vivos” – também pode ser compreendida

como toxicidade relativa a tais objetos. Ao não promover a saída dessa captura, o que significa, a nosso ver, demandar que o sujeito continue encarnando a criança de seu sonho, os objetos primários produzem o fechamento do sujeito num projeto alienante, mortificando, assim, seu desenvolvimento subjetivo e sua evolução libidinal (Id., *ibid*).

As condutas adictivas possuem um poder “antissimbolização”, poder de fechar o psiquismo do sujeito à elaboração e, desta forma, funcionam como reforço à impotência do sujeito quanto a confrontar seus afetos e, ainda, quanto a enfrentar a relação com o outro. Este circuito não processual e não libidinal está justamente articulado a encontros primários “não fecundos”, nos quais o cumprimento das funções básicas dos objetos primordiais está em xeque. Sendo assim, percebemos significativa imbricação entre os dois ângulos referentes à toxicidade concernente aos objetos primários. E supomos que ambos os ângulos, essencialmente imbricados, estão em jogo nos vínculos primários do jovem drogadicto contemporâneo com suas figuras parentais.

Como mostramos anteriormente, tanto nos vínculos primários entre os jovens toxicômanos da atualidade e suas figuras parentais quanto *a posteriori*, essas figuras, “outros-sujeitos”, no lugar de escutar e ouvir, olhar e ver, sentir o sujeito como objeto-alteritário, reconhecendo suas diferenças, singularidades e desejos, escutam-no e ouvem-no, olham-no e veem-no, sentem-no, privilegiadamente, como objeto narcísico. Questionamos como distinguir suas diferenças, seus desejos pessoais com relação aos objetos parentais quando estes não reconhecem e valorizam o sujeito por suas singularidades; como fazê-lo quando o narcisismo desses objetos parece depender de arranjo contrário ao confronto com a alteridade e oposto ao reconhecimento das diferenças e dos desejos subjetivos. Deixamos, porém, para dar conta dessas indagações no presente capítulo. Pois bem, é diante desta abertura a toda instrumentalização de seu corpo pela demanda “de uma ‘outra pessoa’” que o jovem drogadicto contemporâneo parece ensaiar uma última tentativa de recompor suas próprias bordas; com tal finalidade, ele apela à incorporação de um real “corpo estranho” tóxico e, por meio da identificação toxicomaníaca e da “operação do pharmakon”, faz do próprio corpo um corpo “estranho” e circular.

Nesse mesmo sentido, Chabert (2006, *op. cit.*) concebe a toxicomania como tentativa de fuga frente a uma captura, sendo que tal tentativa se dá por meio da busca de elaboração de “uma nova montagem do corpo”, busca de elaboração de um corpo

separado, delimitado. Essas postulações apoiam-se nos desenvolvimentos teóricos de Le Poulichet e nos auxiliam quanto ao seguinte entendimento: quando se refere a “fazer-se um corpo estranho”, esta última autora está se referindo a uma dupla estraneidade, à estraneidade do “material” que fornece substância a esta nova montagem do corpo, isto é, à estraneidade da droga, real “corpo estranho” tóxico, e à estraneidade deste novo corpo que o toxicômano visa construir, o qual assume significativas diferenças com relação ao seu corpo familiar, comum, corpo este desprovido de bordas, de delimitações e tragado numa captura narcísica. Segundo Chabert, a droga, ao alterar as sensações e percepções, situa o toxicômano em um mundo diferente – nós acrescentaríamos: em um corpo diferente, “estranho” – protegido da intolerável intrusão do outro.

O “impasse narcísico” sobre o qual vimos nos debruçando, em que o eu está condenado a preencher perpetuamente o outro, enclausura o sexual na ação de um excesso inominável (LE POULICHET, 2006, op. cit.). Cabe, aqui, destacar que percebemos este enclausuramento do sexual num excesso inominável como a própria sexualidade *reduzida a um tóxico*. Logo, o “impasse narcísico”, ao se configurar como impasse tóxico nas relações com os objetos parentais, também concorre para a *redução* da sexualidade a *um tóxico* na toxicomania.

Este outro que instrumentaliza o corpo do sujeito em função de suas próprias demandas e o aprisiona em uma captura narcísica é um outro que quer o bem do sujeito; este “bem”, no entanto, acha-se submerso numa lógica narcísica. Deste modo:

O caráter transgressivo das toxicomanias mostra, notadamente, em que medida é necessário para estes sujeitos afirmar um desejo próprio, sob a forma de uma aspiração ao negativo, a fim de resistir ao assujeitamento ao “bem” de tipo maternal. Este outro que, em nome do “bem” da criança, exige de seu corpo coisas que para esta última são enigmáticas, confronta-a com a ameaça de ser invadida ou incestuosamente instrumentada (LE POULICHET, 1991, op. cit. p. 256. Tradução nossa).

Que “coisas enigmáticas” são estas que o outro exige do sujeito toxicômano? Certamente, elas estão intrinsecamente envolvidas na impossibilidade de promoção, por parte desse outro, da saída da vedação narcísica. É possível afirmar, então, que essas “coisas enigmáticas” são tóxicas, uma vez que engendram o estabelecimento de vínculos “tóxicos”, alienantes, especulares. Cremos que essas “coisas” constituem-se como enigmáticas – mais precisamente, como hiperenigmáticas – no psiquismo da criança porque seu caráter de enigma também está presente no psiquismo do adulto do

qual provêm. Cardoso, no trabalho intitulado *Superego* (2002), escreve sobre a possível existência de certas mensagens (hiper) enigmáticas advindas do outro. Ela afirma que tais mensagens ultrapassam enormemente a capacidade de dominação da criança; isto significa que aludem ao registro do traumático, uma vez que provocam transbordamento da capacidade de domínio e conseqüente invasão do aparelho psíquico pelo excesso de excitação não ligada. Estamos, portanto, novamente diante de um enigmático, ou de um estranho, que se configura como radical, que não é da mesma ordem do recalque e, sendo assim, com o qual acordos, compromissos e negociações não são possíveis.

Os vínculos do jovem drogadicto contemporâneo com seus objetos parentais dão sinais de ser orientados pela persistência da idealização – reproduzida na relação com o real “corpo estranho” tóxico – a qual mantém esse jovem na situação de desamparo da infância. Sendo que, como já procuramos demonstrar, são os próprios pais do jovem toxicômano da atualidade que, *a priori*, aparentam se encontrar, em última instância, desamparados. Desamparados, sobretudo, em função do “desmapeamento” característico de sua própria juventude, quando este foi vivenciado de forma traumática. Nesse caso, elementos não elaborados são engendrados, *coisas hiperenigmáticas e tóxicas*, que tais figuras parentais carregam em seus psiquismos e que são transmitidas de maneira bruta e não trabalhada à geração seguinte. “Coisas” que podem levá-los a exigir, enigmaticamente, de seus filhos – e estes são os casos sobre os quais vimos nos debruçando – que eles os satisfaçam e os preencham continuamente, assim capturando esses filhos numa vedação narcísica, instrumentalizando seus corpos segundo sua própria demanda, desprovendo esses corpos de bordas e delimitações, e invadindo-os.

O ato toxicomaniaco desponta, então, freqüentemente a partir da adolescência – ocasião em que o sujeito necessita definir-se por si mesmo, diferentemente da infância na qual ele se define a partir de seus pais, em função de suas expectativas – como tentativa, frente à ameaça de desaparecimento na unidade narcísica, de organização de um circuito autoengendrado e circular. Estamos, de novo, diante de nossa hipótese de que o sujeito drogadicto, a fim de não se esvair no nada, procura proteger-se no registro absoluto do tudo, da onipotência. A representação do nada, aqui, está ligada ao desaparecimento subjetivo, à alienação que tem lugar na manutenção da captura narcísica.

Pedinelli e Rouan trazem preciosas contribuições no que diz respeito a esta estreita articulação entre a conduta de dependência levada a cabo pelo sujeito toxicômano e o estado de dependência próprio ao outro, ao objeto parental. Em suas palavras:

É de um estado de dependência (...) que nasce a adicção, mas a dependência ao objeto de adicção está estreitamente ligada ao outro. No início está o outro, o objeto, o qual faz surgir este medo da dependência, esta forma particular de sofrimento na qual o outro aparece como não administrável (...) (PEDINELLI & ROUAN, 2000, op. cit., p. 88. Tradução nossa).

Coexistiriam, assim, na adicção, duas tentativas. Uma delas consiste na tentativa de “se desfazer de alguma coisa”, que compreendemos como a tentativa de se desfazer do sofrimento relacionado à presença, no psiquismo, de um outro não administrável, e, nos casos específicos que vimos investigando, como a tentativa de se desfazer de “coisas enigmáticas” advindas do universo mental do outro. A segunda tentativa consiste no esforço para “se produzir como sujeito” (para “se autoengendrar”), que enxergamos, também nos casos de drogadicção dos quais estamos tratando, como o esforço para fazer do próprio corpo um corpo “estranho”, circular e provido de bordas, limitando, deste modo, a aspiração numa descarga total e oferecendo resistência à redução do próprio eu a objeto narcísico “de uma ‘outra pessoa’”, às exigências narcísicas “de uma ‘outra pessoa’”, as quais estão em jogo na manutenção tóxica da captura narcísica.

IV.5. Abertura (mortífera) e fechamento (narcísico)

É possível afirmar, nesta altura, a existência de dupla abertura diante da qual o jovem toxicômano da atualidade parece buscar automedicar-se por meio do apelo ao “corpo estranho” tóxico: abertura à descarga completa, radical, ligada a uma sexualidade que se manifesta como excesso tóxico, não canalizado por meio do recalque, não alterado pela fantasia e pelo anacronismo, e imbuído de um poder de desintegração e de diluição do corpo; abertura a toda instrumentalização de seu corpo pela demanda “de uma ‘outra pessoa’”, que tem lugar na conservação da vedação narcísica alienante.

Ao procurar escapar dessa dupla e mortífera abertura por meio do tratamento de seu organismo pelo “corpo estranho” tóxico, esse jovem engendra “uma forma de sono hipnótico correlativo de um ‘recoo narcísico’ ou de um ‘retraimento dos investimentos do mundo exterior’”. Ou seja, para sair da captura narcísica que o aprisiona aos objetos

(internos) primários, para fugir do fechamento neste projeto alienante e mortificante, o jovem drogadicto recorre à colagem ao objeto (externo) droga, organizando um novo circuito vedado e circular, um novo fechamento, uma “formação narcísica”. Esse circuito só é atingido, isto é, o sujeito só é despertado desse sono hipnótico, quando o objeto (externo) droga, ou a prótese química, perde seu efeito – o que, conforme observamos no caso da jovem XX, não significa a automática reversão do “retorno [operado] sobre o eu”, uma vez que a face venenosa do *pharmakon* vai silenciosamente deixando suas marcas.

O estabelecimento de uma adicção à droga configura-se, então, como tentativa de não mais ser tributário do desejo do outro. Mas lá onde busca escapar do poder de um objeto (interno), o jovem toxicômano encontra o poder de outro objeto (externo), concreto, *real*, que também o domina e o insere em uma nova dinâmica dependente (CORCOS, 2004).

Para tentar evitar o assujeitamento ao Outro, para fugir do insuportável da dependência psíquica, para tentar se produzir como sujeitos, as vítimas da adicção paradoxalmente recorrem a um objeto ou a ato que provoca *de facto* sua destituição dessa posição de sujeito, e os mergulha em uma dependência – biológica, social, material e psíquica – sem dúvida mais importante ainda (PEDINELLI & ROUAN, 2000, op. cit., p. 87. Grifos dos autores. Tradução nossa).

Logo, pode-se notar que a *operação do pharmakon*, por meio da qual o jovem drogadicto procura fazer de seu corpo um corpo circular e provido de bordas, por meio da qual esse sujeito tenta se desvencilhar da captura narcísica alienante, na realidade o conduz a uma nova alienação. As “formações narcísicas” possuem exatamente tal característica: a de organizar “dispositivos antinômicos”, sendo que nos casos que estamos investigando esse dispositivo consiste em “desaparecer tornando-se” (LE POULICHET, 2006, op. cit.), quer dizer, consiste em alienar-se subjetivamente ao tentar produzir-se como sujeito. É neste sentido da alienação que Chabert (2006, op. cit.) qualifica como mortífera a “regressão narcísica” que está em jogo na toxicomania.

Essa “regressão narcísica” representa uma retirada a um estado absolutamente arcaico. Quanto a isso gostaríamos de declarar que julgamos o retorno a tal estado arcaico como demasiadamente marcante na problemática da drogadicção na juventude contemporânea, não nos parecendo que nas demais adicções – que também vêm ganhando largo espaço entre os jovens dos dias atuais – este aspecto, que alude ao registro da onipotência assim como a uma dimensão de pura sensorialidade, alcance tamanha evidência e relevância.

Retomando a condução da *operação do pharmakon* à alienação à qual visa se opor, Le Poulichet (1991, op. cit.) considera, frente a essa nova condução, que a operação “falha”. Se atentarmos, no entanto, para a descrição do *pharmakon* elaborada pela própria autora, lembraremos que ela o descreve como possuidor de uma estrutura ambígua e reversível, como remédio, mas também como veneno. Diante disso, não pensamos que a *operação do pharmakon* “falha” ao conduzir o sujeito toxicômano a uma nova alienação, e sim que ela assume aí toda a sua essência de paradoxalidade e de reversibilidade, de remédio e de veneno simultaneamente.

Estamos então constatando que quando o jovem drogadicto da atualidade busca refugiar-se de sua dor e de sua alienação no registro do absoluto, da onipotência, por meio da tentativa de autoengendramento de um corpo “estranho” e circular, quando procura proteger-se no registro do tudo, ele aliena-se novamente, permanecendo, em última instância, no registro do nada inerente à destituição da posição de sujeito, à dependência patológica e desumanizante. Quanto mais tenta se afirmar dentro de um fechamento narcísico, mais o eu se faz, paradoxalmente, desaparecer.

A renúncia à onipotência é imprescindível. Porém, tal renúncia acha-se entravada nos casos que estamos investigando. Sem ela, nenhuma subjetivação é possível – “O ser humano deve aceitar perder – (...) – para se encontrar” (BOURDELLON, 2004, op. cit., p. 442. Tradução nossa). Nos casos sobre os quais estamos refletindo o que ocorre é o “processo inverso daquele do luto originário” (Loc. cit. Tradução nossa), e o processo de luto originário tem papel crucial na renúncia à onipotência, na elaboração da perda das ilusões próprias ao registro do absoluto, do tudo. Mas como elaborar o luto de objetos primários que, como seguimos sustentando, permanecem excessivamente presentes, mantendo o sujeito em uma captura narcísica, em um circuito idealizador, impondo-se quando deveriam deixar-se rasurar e não se deixando, assim, esquecer?

Buscamos, de diversas formas, demonstrar a riqueza e a pertinência, para nossa pesquisa, de pensar a toxicomania como abarcando uma dimensão altamente paradoxal de autotratamento. Cumprido esse propósito, anunciado na introdução do presente capítulo, e dentro deste contexto no qual sobressaem as questões da onipotência, da persistência da idealização, da dificuldade de separação, de discriminação, e a alienação articulada a todas essas questões é que indagamos: existe lugar para a esperança nos

vínculos – que agora podemos qualificar como tóxicos – do jovem drogadicto contemporâneo com suas desamparadas figuras parentais?

IV.6. Sobre a esperança

Apoiado em fragmentos escritos por Heráclito de Éfeso no século VI a.C., Rocha (2007, op. cit.) desenvolve reflexão sobre a esperança. “Esperança não é esperar, é caminhar”; o autor lança mão dessa frase, retirada de minissérie televisiva, para explicar que, no seu entender, o filósofo de Éfeso concebe a esperança como um horizonte a ser descoberto, um convite à constante caminhada pela vida, mais essencialmente que uma recompensa conseguida ao final da caminhada. Essa concepção permite enxergar a esperança sob a ótica de uma “disposição interior”, de uma “força psíquica”, que serve como pilar ao desejo de seguir em frente, caminhando. Desse modo: “a esperança é o que, em última análise, anima e impele a nossa alma peregrina, que constantemente nos faz ir adiante, impulsionando o nosso ser a caminhar pela simples alegria de caminhar e desbravar horizontes” (Id., *ibid.*, p. 260). Ademais, esperança não é só caminhar, mas, além disso, caminhar às cegas, apostando no escuro. Isso porque o objeto da esperança não é conhecido nem pode ser representado, uma vez que ainda não existe.

As reflexões sobre a esperança inspiradas nos fragmentos de Heráclito de Éfeso articulam-se ao pensamento de Heidegger acerca do poder-ser e da temporalidade constitutiva desse poder-ser. Heidegger modificou a visão segundo a qual o tempo seria uma sucessão linear de “*agoras*”. De acordo com essa visão, o presente seria a parcela do tempo que nos pertenceria, representando, assim, o eixo de sustentação dessa sucessão linear de “*agoras*”; o passado “não mais” nos pertenceria, somente na lembrança e na saudade, porque o que passou, passou e “ontem, é nunca mais” (Rocha traz essa citação de um poema de Antonio Machado); o futuro, do mesmo modo que o passado, não nos pertenceria – “ainda não”, somente no sonho.

Entretanto, para Heidegger, passado e futuro vinculam-se e se misturam na dinâmica do tempo presente, de forma que o tempo não se constitui como uma sucessão linear de “*agoras*”. Na concepção heideggeriana do tempo, o presente não se limita a um simples agora na dinâmica da temporalidade humana, pois ele é:

(...) uma *força de atualização*, em que se misturam as forças ativas do passado – que, enquanto passado, geralmente resistem ao que é novo (...) – e as forças do presente, que se projetam para o

que se espera depois, para o que está *por vir* (...). Portanto, no instante do nosso presente, há uma luta entre o que se impõe como novidade às forças do já constituído e uma abertura para o futuro, na qual se projeta o que se espera, o que está porvir (...), mas que já está presente como projeto. Desse modo, na dinâmica do tempo presente concentram-se o *vigor de ter sido* (o passado) e o que ‘está por vir’ (o futuro) (...) (ROCHA, 2007, op. cit. p. 263. Grifos do autor).

Ao descrever o passado conforme essa concepção heideggeriana do tempo, Rocha afirma que ele não se define como um “nunca mais”, já que nunca perde o “*seu vigor de ter sido*”, isto é, ressalta que “o que fomos não deixa de estar presente naquilo que somos” (loc. cit.). Gostaríamos apenas de acrescentar, como psicanalistas que somos, que se estivéssemos de acordo com a definição do passado como um “nunca mais”, não seria possível apostar no poder de ressignificação do tratamento analítico.

Avançando no pensamento de Heidegger, a morte pode ser vista como o “não mais” das possibilidades do poder-ser, como a impossibilidade das possibilidades desse poder-ser, uma vez que, diante dela, não se pode mais ser, não há mais tempo. É a esse “não mais” que um “ainda não”, como tempo do possível e, portanto, tempo da esperança, se apresenta como contrário. “O ‘ainda não’ da esperança volta-se para o futuro, mas sem deixar de fincar suas raízes no presente, como *solo revigorado do ter sido*, tempo de nossas decisões e escolhas” (Id., *ibid.*, p. 264. Grifos do autor).

A partir das contribuições de Heráclito de Éfeso e de Heidegger, que procuramos resumir, Rocha diferencia a esperança de uma quimera, afirmando que os sonhos construídos sobre a base da esperança não se desfazem como miragens. A fim de tornar tal diferenciação mais clara, recorre ao seguinte provérbio: “Não sonhes a tua vida, vive o teu sonho”. *Sonhar a vida* equivaleria a abrigar-se em ilusões, protegendo-se dos limites e frustrações impostos pela realidade de nosso dia a dia. *Viver o sonho*, por sua vez, significaria situar-se na realidade do presente, configurado como *solo revigorado do ter sido*, estando aberto ao futuro e às suas possibilidades de ressignificação. Começar a realizar o sonho desde o instante presente é o que garante vivê-lo sem deixar que ele se transforme em pura expectativa ilusória; ou seja, para que o sonho não se torne miragem é fundamental sonhar o futuro sobre o solo do presente.

A partir, também, das contribuições em questão, o autor declara a esperança *como elemento constitutivo do existir humano no tempo*, uma vez que “sustenta a abertura para o futuro do poder-ser que nós somos” e “nutre a nossa capacidade de sonhar e de caminhar” (ROCHA, 2007, op. cit., p. 264). E analisa que o encontro entre

Heráclito de Éfeso e Heidegger se dá justamente na ideia de que *esperar é caminhar e caminhar é a própria vida*.

Essas reflexões acerca da esperança nos remetem a alguns pontos apreciados no capítulo anterior e tangenciados ao longo deste capítulo, em articulação com o que nele foi elaborado. O que foi dito sobre “sonhar a vida” como uma forma de vivê-la abrigando-se em ilusões, afastando-se da realidade dos limites e frustrações cotidianos, alude ao que observamos a propósito da idealização. Esta, como vimos, cria um estado em que a falta e o conflito estão ausentes e pode ser comparada com a ilusão, exatamente porque em ambas está em jogo a substituição da realidade, com seus limites e frustrações, pela realização absoluta do desejo.

Sendo assim, parece-nos legítimo supor – e isto está implícito nas formulações concernentes ao “sonhar a vida” – que o dispositivo da idealização não abarca a dimensão da esperança. Diante de crenças ilusórias e da falta de lugar para a própria falta, não há espaço para a esperança – “(...) só o desejo e a falta descortinam horizontes para a esperança” (Id., *ibid.*, p. 267). A esperança, como “força psíquica” que sustenta o desejo de seguir em frente, é caminhar e não esperar; caminhar impulsionado pela simples alegria de caminhar e desbravar horizontes, indo sempre adiante, independentemente dos possíveis e inevitáveis *obstáculos* pelo caminho; caminhar “vivendo o sonho”, isto é, caminhar sobre o solo da *realidade* presente apostando no futuro.

A nosso ver, o objetivo de Rocha ao contemplar a temática da esperança é, precisamente, chegar à questão dos ideais. Ao alcançá-la, ele defende, como o fizemos no terceiro capítulo, a necessária distinção entre ego ideal e ideal do ego. Em relação ao registro do ego ideal, o autor o opõe à noção de esperança. Isso porque a libido, quando completamente investida no ego, gera a sensação ilusória de plenitude narcísica, sensação da qual a falta e o desejo estão excluídos. Constatamos acima que a falta e o desejo são essenciais à esperança; logo: “Quando se trata das idealizações fundadas na crença ilusória de uma plenitude narcísica, é evidente que não se pode falar em esperança (...)” (ROCHA, 2007, *op. cit.*, p. 267).

No que se refere ao ideal do ego, a construção e a prevalência deste no aparelho mental depende da aceitação da falta e do conflito – dentre outros aspectos – o que implica o reconhecimento da impossibilidade de satisfação absoluta, o reconhecimento

da necessidade de se tolerar a frustração. No registro do ideal do ego a posição de sujeito, contrária ao absoluto e à alienação, e na qual, pensamos poder dizer, o que fomos não deixa de estar presente assim como a abertura para o futuro do poder-ser que nós somos, é autenticamente assumida. Nesse registro, portanto, é possível que se enxergue a dimensão da esperança.

(...) os ideais, enquanto projetos do ideal do ego, em vez de fechar o Eu em uma ilusória plenitude narcísica, tornam possível, através da sublimação e da capacidade criativa do Eu, a abertura de novos horizontes e de novos investimentos objetivos e quando novos horizontes se descortinam há sempre lugar para a esperança, pois ela vive de horizontes (ROCHA, 2007, op. cit., p. 267).

Ainda quanto ao ideal do ego, que põe em movimento dispositivos dentre os quais o mecanismo da sublimação tem lugar de destaque, a instalação de tal instância está intrinsecamente ligada aos processos identificatórios, tão caros à assunção da posição de sujeito. Uma substancial constituição narcísica e identificatória – que se encontra no campo oposto ao do “incestual” e da alienação – é impreterível para que o sujeito se apresente aberto às possibilidades de ressignificação do futuro sem a ameaça de perder a si próprio e, conseqüentemente, para que a esperança o atravesse.

Na continuidade desta articulação entre a temática da esperança e os ideais, e claramente a ela relacionada, Rocha dedica-se brevemente à questão do trabalho de luto, expondo que a esperança sustenta a dor da perda nesse trabalho. Já no luto patológico a esperança está ausente, de modo que ele é vivido na dor do desespero. O autor recorre às palavras utilizadas por Freud para resumir a essência do trabalho de luto, *Lösung* e *Ablösung*, e as traduz, respectivamente, como “soltar laços” / “desfazer nós” e “substituição”. No trabalho de luto, visando à substituição do objeto dolorosamente perdido, soltam-se os laços / desfazem-se os nós, a substituição só sendo efetivamente realizada “quando todos os laços tiverem sido soltos e os fios estiverem novamente em condições de poder ser usados para fazer novos laços e para dar novos nós” (Id., *ibid.*, p. 268).

Notemos que os termos empregados acima se coadunam com o que desenvolvemos anteriormente a propósito da adolescência como momento privilegiado de rasgos e recortes, momento em que o desmanchar e a reconstituição dos laços configuram-se como necessários. Porém, conforme sustentamos, a oposição ao luto dos pais infantis – que buscamos ligar ao atual prolongamento da adolescência – faz com que o adolescente permaneça preso, “costurado” às figuras parentais da infância,

dificultando, assim, o desmanchar desses laços e a reconstituição das identificações, os “rasgos” e “recortes” que se constituem como fundamentais para que tal momento da marcha da existência seja atravessado e “superado”. Além disso, lembremos que este embaraço ao despedaçamento dos vínculos e das identificações infantis engendra o enfraquecimento do “potencial de sonho” próprio à adolescência, e o fortalecimento de um potencial mortífero, destrutivo. Agora, acrescentemos que esse embaraço, que possui em sua base uma resistência produzida por elementos inerentes ao luto patológico, indica o esmaecimento da esperança e o envolvimento da dor do desespero, uma vez que enevoa os horizontes de novos e inesperados encontros e investimentos. O mundo sem horizontes do luto patológico é um mundo sem esperanças e sem ideais (ROCHA, 2007, op. cit.).

A esperança representa “*um princípio organizador da vida psíquica, indispensável para seu bom funcionamento (...)*” (Id., *ibid.*, p. 269). Esta acepção da esperança é originalmente proposta por Figueiredo (2003, op. cit.) que, ao se referir à esperança, não visa falar de paixão, afeto ou vivência, nem de otimismo, mas sim da *esperança-princípio*, a qual tem função ímpar na organização da vida mental e na estruturação da subjetividade. Quando a *esperança como princípio* ausenta-se da vida psíquica, o que ocorre na falta de um ambiente favorável na ocasião dos encontros primários, vemo-nos diante da instalação daquilo que Winnicott denominou “desesperança congênita”, a qual, na situação clínica, provoca desastrosas conseqüências terapêuticas¹⁰.

Os pontos explorados no presente tópico permitem, finalmente, afirmar que: dentro deste tóxico e alienante contexto familiar no qual supomos que os jovens drogadictos da contemporaneidade estão inseridos não há lugar para a esperança. Tampouco há lugar para a esperança quando, a fim de escapar da abertura mortífera, da vedação narcísica e alienante, esse jovem apela à intoxicação pelo real “corpo estranho” tóxico, procurando autoengendrar, fazer de si próprio, um corpo “estranho” e circular, assim enfurnando-se no registro do absoluto, da onipotência e produzindo novo circuito

¹⁰ Queremos somente dividir com o leitor a surpresa da analista, no tratamento da jovem XX, quando esta, ao narrar o trágico falecimento de sua mãe, procurando palavras para descrever o que sentia desde pequena sem saber o porquê, falou, com todas as letras, em *desesperança*. Por mais que a paciente estivesse fazendo menção ao *sentimento de esperança* ausente em sua vida, o que foi abordado na vinheta clínica permite afirmarmos que, em última instância, era a *esperança como princípio* que estava em xeque.

fechado e alienante. Pois sempre que a crença ilusória de uma plenitude narcísica atravessa a caminhada da vida, é impossível que se fale em esperança.

O próximo tópico é o nosso último. Nele apresentaremos uma segunda vinheta clínica, concernente a um caso em que, conforme procuraremos demonstrar, a *esperança-princípio* estava ausente da vida psíquica do paciente. Trata-se de um caso clínico que podemos descrever como “malsucedido”, já que foi interrompido sem que nenhuma mudança no quadro tenha sido ocasionada. O objetivo, ao expô-lo e ao nos expormos, é mostrar o quanto toda esta investigação acerca do papel da família na problemática da drogadicção vem iluminando nosso trabalho clínico, e o quanto a articulação de tal investigação com a reflexão sobre a esperança vem nos ajudando “a recuperar um pouco de uma verdadeira esperança” (FIGUEIREDO, 2003, op. cit., p. 189) nesse trabalho. As considerações clínicas aguardam maior desenvolvimento em pesquisas futuras.

IV.7. Esperanças para a esperança: breves considerações clínicas

J começa um tratamento analítico para atender à demanda de sua mãe. Foi ela que travou o primeiro contato telefônico com a analista, preocupada com a confissão do filho, após questioná-lo acerca de seu estranho comportamento nos últimos tempos: ele vinha fazendo uso excessivo de cocaína. Apesar da intenção da mãe de, ela própria, agendar a consulta do filho, a analista lhe explica a importância de ele mesmo, um jovem de 24 anos, marcar o dia e o horário de sua entrevista. Recebida a ligação de J e acertada a sua primeira vinda ao consultório, ele não comparece. Sua mãe faz novo contato telefônico, a fim de justificar a ausência do filho e de dizer que, em breve, ele telefonaria novamente. Dito e feito. Frente a frente com a analista, finalmente, o paciente é indagado sobre aquilo que o trouxera; responde: “foi minha mãe que quis”, e explica a razão do pedido da mãe sem implicar-se, ou seja, atribui à mãe a preocupação ligada a seu envolvimento com drogas, mas não a compartilha.

No que concerne a sua vida, ele conta morar com a mãe e a avó materna, e não ter notícias do pai desde os seis anos de idade. Começou a utilizar cocaína há anos, mas não sabe precisar quantos. Sua família é de classe média alta e habita a Zona Sul da cidade; toda a sua geração (seus primos) concluiu o ensino superior, entretanto J não chegou a terminar o ensino médio. A geração de sua mãe (os tios de J) possui, do mesmo modo, 3º grau completo; mas ela não, e ganha algum dinheiro em atividades

divinatórias tipo jogo de cartas, búzios e afins. Ele não trabalha, nem frequenta qualquer tipo de curso nem pratica esporte algum. Repetidas vezes, ao longo dos poucos meses (marcados mais por faltas que por presenças) de tratamento, a analista tenta buscar algum projeto, algum desejo em J, mas ele não os consegue expressar – “será que ele sequer os tem?”, pergunta-se insistentemente a analista.

O dia a dia do jovem reduz-se a idas a uma *lan house* (na qual tem acesso à cocaína que consome e às pessoas com quem cheira) e à forte inserção em centros de umbanda, aparentemente seu único interesse além da droga. Percebendo o espaço que as atividades relacionadas à umbanda ocupavam na vida de J, a analista procura investigar se estaria aí diante de algo em que o paciente se achasse subjetivamente implicado. No entanto, descobre que ele tem estado às voltas com o centro que sua mãe está fundando, bem como que ela se dedica com afinco aos cultos umbandistas, sendo alguém extremamente importante, experiente e conhecedora desse universo que a analista, por sua vez, desconhece.

Logo, imerso em tal universo J encontrava-se. Seria possível, porém, pensar que sua posição de sujeito era autenticamente assumida neste cotidiano que, com exceção da rotina relativa à sua adicção, resumia-se à devoção a uma religião maciçamente investida, *a priori*, por sua mãe? Mãe que, segundo os relatos do paciente, não cobrava que ele voltasse a estudar, ou que começasse a trabalhar, ou que escolhesse uma carreira; isto é, mãe que parecia não incentivar seu filho a construir um projeto de vida singular, próprio, diferente do dela – e, julgamos poder supor, que não desejava isso. A relação do jovem com essa figura parental foi descrita à analista por meio de expressões como: “somos unha e carne”, “sou eu por ela e ela por mim neste mundo”.

Creemos que era no cenário da *lan house*, por meio da intoxicação pelo real “corpo estranho” tóxico da cocaína que J, paradoxalmente, tentava se produzir como sujeito e fugir dessa captura narcísica alienante na qual se achava aprisionado. Na qual, ademais, faltava a *esperança como princípio* e, portanto, qualquer possibilidade de estruturação de uma subjetividade própria. Infelizmente, nenhuma distância entre o paciente e sua mãe, uma mínima abertura à vedação narcísica em questão, foi provocada nesta breve incursão de J à aventura terapêutica. Nem mesmo o desejo de aventurar-se foi transformado em um desejo próprio, de modo que o tratamento foi abandonado.

Segundo Figueiredo (2003, op. cit.), carências teóricas e dificuldades de pensamento marcam a clínica do paciente sem esperança. Nela, uma certa noção de “clínica ampliada” faz-se indispensável e somos incitados a sair das fronteiras de nossos consultórios, projetando-nos sobre os planos da cultura e da história. No caso do paciente sem esperança J, acreditamos que essa certa noção de “clínica ampliada” – que, expondo-nos em busca de esperanças para a esperança, afirmamos pensar ter faltado à analista na ocasião do tratamento – *poderia* ter consistido em receber no consultório não só o jovem, mas também, juntamente com ele, sua mãe, parte absolutamente inseparável de sua história, de um si próprio que ainda não existia, até que fosse produzida uma margem de distância que tornasse possível o atendimento individual e mesmo a apropriação do desejo de ser atendido.

É nesse sentido que, ressaltando que nem toda problemática familiar que obstrui o pensamento e a simbolização justifica uma abordagem psicanalítica da família, ou seja, respeitando a máxima do caso a caso vigente no campo da psicanálise, defendemos que se *pondere* o trabalho com as famílias nos casos em que as crianças, os adolescentes ou os jovens adultos são:

prisioneiros de certos disfuncionamentos familiares. Vivendo ainda com sua família, eles são confrontados com um obstáculo permanente ao reconhecimento das diferenças (...). Nessas condições, a indicação de uma terapia da família, (...), *pode permitir* o restabelecimento das condições do pensamento e da simbolização em certos grupos familiares onde o reconhecimento da alteridade é de tal modo angustiante que ele cede o lugar a relações de dominação narcísica (WAINRIB, 2002, op. cit., p. 198-199. Tradução nossa. Grifos nossos).

No caso a caso da clínica psicanalítica decidiremos ou não por trabalhar com a família dos pacientes sem esperança. Se sim ou se não, o que supomos ser essencial *nos casos de drogadicção que estamos investigando* é: que o jovem toxicômano seja libertado da “dívida paga com o corpo”. Isto é, que o dever alienante de preencher o narcisismo parental que vimos sustentando estar em jogo nesses casos, seja abrandado.

Dessa forma, cremos que uma abertura à captura narcísica alienante e, por conseguinte, uma abertura à diferença pode despontar, trazendo consigo a instalação da *esperança-princípio* fundamental à organização da vida psíquica e à estruturação da subjetividade. Pois quando, na clínica, trabalhamos a inflexibilidade desse mandato parental que aprisiona o sujeito na alienação, e o atenuamos, ele “dá lugar à criatividade dos filhos, que deverão (e poderão) *experimentar a diferença* para ir aonde seus pais não foram” (FIGUEIREDO, 2003, op. cit., p. 185. Grifos do autor), que estarão livres

para caminhar impulsionados pela simples alegria de caminhar e desbravar *novos* horizontes.

Considerações finais

Instigados pela questão “por que, entre os jovens de hoje, o recurso ao abuso de substâncias tóxicas tornou-se tão frequente?”, buscamos investigar o fenômeno da drogadicção na juventude contemporânea. Tal questão nos acompanha desde nossa pesquisa de mestrado, dedicada à análise da significativa incidência das passagens ao ato – as quais podem ser observadas com destaque em diversas patologias, inclusive na drogadicção – entre os adolescentes da atualidade. Por isso, a título de conclusão na dissertação, explicitamos a intenção de efetivar um recorte em nosso objeto de estudo, deslocando a ênfase de nossas reflexões das passagens ao ato em geral para a especificidade do fenômeno da drogadicção. E esforçamo-nos para realizar este antigo desejo ao longo destas páginas, discorrendo sobre o apelo ao uso adictivo de drogas por parte dos jovens contemporâneos, sem a pretensão de esgotar esta complexa e multifacetada temática.

Mantivemos como foco a confluência desta nova problemática explorada, a da drogadicção, com certos aspectos concernentes ao mesmo âmbito que privilegiamos na pesquisa de mestrado: o da família dos dias atuais, na qual os jovens emergem e vêm a se desenvolver. Conservamos, ainda, a importância e o vigor da *ideia* de que a família da qual estamos tratando é aquela em que os jovens são filhos de pais que vivenciaram sua própria juventude, fundamentalmente, no decorrer da década de setenta do século XX – momento histórico particularmente expressivo no que se refere a mudanças socioculturais.

Pode-se afirmar, agora, que diferentemente da forma como conduzimos a dissertação, na qual cedemos considerável espaço à abordagem de elementos próprios ao contexto sociocultural mais amplo da contemporaneidade, radicalizamos aqui a concentração em pontos inerentes ao meio privado da família. Fizemos isso porque cremos que o contexto sociocultural pode, sim, favorecer o estabelecimento de condutas de dependência; mas *apostamos*, sobretudo, que a instalação dessas condutas está sempre íntima e indiscutivelmente ligada à organização familiar.

Perplexos, então, diante de uma geração de jovens na qual o fenômeno da drogadicção, assim como as mais variadas adicções, vem se disseminando¹¹, e tendo em conta a *aposta* enunciada acima e a *ideia* exposta antes dela, duas perguntas insistiam: o que se passa entre a geração de jovens de hoje e a geração de seus pais? Por que tantos “desencontros” entre elas? Apesar de constatarmos que a maior parte daqueles que investigam os casos limites atenta para a questão dos vínculos dos sujeitos desses casos com suas figuras parentais, julgamos que essas perguntas costumam escapar às investigações. Deste modo, visando guardar a presença delas junto a nós, isto é, visando não perder de vista que a história psíquica parental é de suma relevância na história psíquica filial, construímos nosso percurso em direção à formulação de possíveis respostas para a indagação com que abrimos esta conclusão (“por que, entre os jovens de hoje, o recurso ao abuso de substâncias tóxicas tornou-se tão frequente?”).

O primeiro passo desse percurso consistiu em situar a drogadicção dentro do campo ao qual consideramos que tal fenômeno pertence: o campo das adicções. Partimos do exame de algumas especificidades do funcionamento psíquico do sujeito drogadicto, sublinhando que esse funcionamento tende à descarga de maneira radical e que nele opera uma espécie de “curto-circuito”, no qual há carência da mobilização de forças para a efetivação de verdadeiro trabalho psíquico. Afirmamos que esse funcionamento também é marcado, dentre outros aspectos, pela dificuldade de suportar o afastamento do objeto, pela inadmissibilidade da frustração, pela exigência de satisfação imediata e de tipo absoluto. Articulamos a primeira dessas características à precariedade dos processos de representação, no que tange a certos elementos, a qual também marca a organização mental em questão. Com base nos desdobramentos dessa articulação, ressaltamos a relação entre as toxicomanias e uma problemática relativa aos limites entre o dentro e o fora, entre o interno e o externo, entre o eu e o outro. Dissemos, então, apoiados nessas elaborações resumidas aqui, que o funcionamento psíquico do sujeito drogadicto se acha dominado por um registro situado além do princípio de prazer, sob a presença das forças de descarga e do desligamento, que se manifestam de maneira evidenciada na compulsão à repetição e apontam para o desequilíbrio de forças entre Eros e Tanatos, com “vantagem” para a pulsão de morte.

¹¹ Alguns autores têm, inclusive, indicado o perigo de disseminação endêmica das patologias adictivas nas sociedades contemporâneas.

Dissemos que o recurso ao objeto-droga, ao se configurar como compulsivo, indica que está em jogo um tipo peculiar de dependência relativa a esse objeto. E assim, assinalando a existência de uma peculiaridade no que se refere à dependência própria à drogadicção, definimos essa dependência como patológica e contrária à progressiva autonomização do sujeito com relação aos objetos primários, à progressiva diferenciação sujeito/objeto e, ainda, à diferenciação interna das instâncias psíquicas. Estabelecemos estreita ligação entre o desenvolvimento da dependência patológica e encontros primários “não fecundos”. Finalmente, supondo que esse tipo de dependência entra em cena não só nas toxicomanias, mas também nas condutas adictivas em geral, adentramos o campo das adicções.

Para além da dependência patológica, escrevemos sobre outros pontos centrais à temática das adicções: a escravidão a uma única “solução”, da qual o sujeito compulsivamente lança mão para fugir da dor mental, como marca de uma economia psíquica adictiva; a urgência com que o adicto necessita desvencilhar-se de qualquer tensão psíquica, seja ela fruto de afetos penosos ou agradáveis, uma vez que, na economia psíquica da adicção, toda tensão é traduzida como sofrimento, dor mental; o “poder ‘antissimbolização’” que a descarga rápida engendrada pelo comportamento adictivo possui, reforçando a impotência do sujeito quanto a confrontar seus afetos e a enfrentar a relação com o outro e, por conseguinte, operando uma deserotização do corpo. Ademais, vimos que o sentimento de inexistência, calcado numa vacilação identificatória, também representa aspecto central da adicção e se situa na base da busca das sensações geradas pelo objeto adictivo, sensações estas autoestimuladas e essencialmente somáticas.

Portanto, pudemos notar que a conduta adictiva promove, simultaneamente, a descarga da excitação não ligada (em detrimento de sua simbolização) e o encontro com sensações por meio das quais o sujeito pode continuar sentindo-se existir e que, além disso, julga controlar. A ancoragem dessas sensações numa atividade fisiológica e / ou numa substância exógena, ou seja, o fato de provirem de fonte externa à qual o próprio sujeito “escolhe” recorrer, é o que lhe permite julgar controlá-las. O caráter inerentemente compulsivo do comportamento adictivo apareceu claramente uma vez mais, ao apontarmos as seguintes consequências desse fato, assim como do fato de esse comportamento não incluir dimensão de elaboração: a evacuação da excitação psíquica

é apenas transitória, e o recurso à fonte das sensações demanda renovação constante. Também se fez visível novamente algo que já havíamos dito no primeiro tópico do capítulo inicial: que a compulsão à repetição abarca uma forma paradoxal de resposta ao traumático, resposta à organização do funcionamento mental para além do princípio de prazer.

Logo, foi possível enxergar a dimensão paradoxal de automedicação, de autotratamento, que está em jogo na economia adictiva, economia psíquica em que o objeto adictivo, “objeto transitório”, é procurado para preencher a função reguladora que o sujeito não pôde introjetar nos encontros “não fecundos” e traumáticos com os objetos primários. Não pôde introjetar porque tais objetos parecem ter falhado no que concerne a essa função de regulação, de continência, privando o sujeito de sua progressiva autonomização libertadora, e aprisionando-o em vínculos patologicamente dependentes. Diante das feridas geradas pela inadequação das relações com os primeiros objetos – inadequação que torna estes objetos excessivamente presentes no psiquismo do sujeito, colocando o eu em posição de submissão e de temor da intrusão – as condutas adictivas figuram como curativo psíquico, como resposta do eu ao poder do objeto, como tentativa dele de controlar este objeto dominador.

Estando, então, inevitavelmente lidando, neste campo das adições, com a existência de um objeto (interno) indiferenciado do eu, intrusivo e dominador – do qual o adicto busca se defender pelo apego a um pseudo-objeto (externo) controlável – fez-se impreterível elaborar uma reflexão acerca do trabalho do negativo. Por meio dela, demonstramos serem os “descaminhos” desse trabalho que levam o objeto a permanecer no aparelho psíquico do sujeito sob a forma de presença “ofuscante e perturbadora”, impondo-se quando deveria deixar-se rasurar, e não dando lugar à representação e ao pensamento, à nostalgia e ao desejo, processos que demandam que o objeto esteja ausente. Ademais, mostramos que os “maus” encontros com os objetos primários¹² representam o ponto de partida dos “descaminhos do trabalho do negativo”, e representam ainda o ponto de partida do atravessamento do funcionamento mental pelas forças de descarga e pelo desligamento. Esta reflexão permitiu justificarmos a afirmação, apresentada na introdução da presente tese, de que nosso entendimento da drogadicção – e das adições de maneira mais ampla – dentro da perspectiva dos

¹² Ou aquilo que propusemos chamar de desencontros com os objetos primários.

estados limites baseia-se, entre demais elementos, na concepção da existência de impasses ligados ao trabalho do negativo.

Visando atribuir mais destaque ao entendimento das adicções dentro de tal perspectiva, discorreremos sobre o “sem forma” – que diz respeito, precisamente, aos processos psíquicos limites e às formações sintomáticas (ou às formações aquém do sintoma, como julgamos ser mais pertinente nos casos limites) resultantes desses processos. Explicamos que quando o “sem forma” está em cena, os limites, devido à sua carência, não põem freio à vacilação identificatória, de modo que os sujeitos são compulsivamente levados, no plano fenomenológico, a tentar ultrapassar os limites que afetam diretamente o corpo. E declaramos que o “sem forma” se relaciona com as ideias de condenação e de dívida, notadamente na transposição compulsiva dos limites que afetam o corpo nas formações adictivas.

A fim de reforçar a estreita ligação das ideias de condenação e de dívida com o campo das adicções, recorreremos às origens da palavra “adicto”. Em seguida, interrogamos quem pronunciaria as condenações encerradas nas “dívidas pagas com o corpo” que estão em jogo nas formações adictivas. Rumo a possíveis respostas, expusemos o superego, tal como proposto primeiramente por Melanie Klein, como feroz, arcaico e composto por elementos impossíveis de integração ou de recalçamento, oriundos dos vínculos primários com as figuras parentais. Sob essa proposta, o superego pode ser compreendido, justamente, como a instância psíquica cuja manifestação configura-se como suscetível ao pronunciamento de condenações.

Trouxemos o imperativo categórico enunciado por este superego feroz e arcaico, e imposto ao adicto, conforme a seguinte formulação geral: “Tu és a substância sem forma de teu pai e de tua mãe, que deve preenchê-los em retribuição” (LE POULICHET, 2009, p. 76. Tradução nossa). Falamos da simultânea e paradoxal impossibilidade tanto de obedecer a esse imperativo categórico quanto de não lhe obedecer, e das “soluções” adictivas como tentativa de redução da dívida que tal condenação comporta. Porém, observamos que o adicto, internamente escravizado por uma dívida impagável, ao tentar reduzi-la por meio da construção de um pseudo-objeto (externo) sob controle, acaba por tornar-se novamente escravo, desta vez de tal objeto. Marcamos a particular notabilidade, na drogadicção, da escravização do próprio corpo por um pseudo-objeto externo.

Encaminhando-nos em direção ao segundo capítulo, dissemos que nas relações entre pais e filhos, devido à doação e ao devotamento parentais habituais, a questão da dívida faz-se sempre presente, incitando os filhos ao reconhecimento, à gratidão e à compensação. Mas na adolescência, ocasião em que o sujeito toma consciência desta dívida para com suas figuras parentais, a questão assume significativo relevo. Isso porque a doação parental mais básica, a da própria vida do adolescente, já não pode mais ser ignorada nesta etapa em que, alcançada a sua maturidade reprodutiva, o sujeito apropria-se do dom da parentalidade.

Apesar de não poder mais ignorar que a doação parental o faz devedor, é imprescindível, para definir-se por si mesmo e tornar-se adulto, que o adolescente se distancie da dívida, que ele a conteste por meio de uma espécie de “ingratidão”. Para isso, é fundamental que a doação não o oprima, não o aprisione, o que significa, neste contexto da adolescência, a aceitação dos pais quanto à necessidade de “ingratidão” dos filhos. Esta serve para o adolescente apropriar-se da dívida, ou seja, transformá-la à sua maneira e decidir sua forma pessoal de restituí-la. Sendo assim, sem deixar de ter em conta a existência da dívida, não acená-la de modo violento, não a impor, consiste em tarefa parental decisiva. Entretanto, supusemos significativa dificuldade dos pais dos adolescentes adictos quanto a lidar com a necessária “ingratidão” de seus filhos, quanto a amenizar a imposição da dívida numa ocasião em que tal amenização é irrevogável para os processos de subjetivação, para a efetiva entrada na vida adulta e para a independência característica de ambos.

Passamos ao capítulo seguinte, dedicado à adolescência dos dias atuais e à família na qual os adolescentes contemporâneos emergem e vêm a se desenvolver. Nosso objetivo era examinar entraves aos seus processos de subjetivação, à sua entrada na vida adulta e, enfim, à sua caminhada rumo à independência, demonstrando que esses entraves concorrem para o estabelecimento de adicção às drogas.

Logo de início, esclarecemos privilegiar a noção de *juventude* (em detrimento da noção de *adolescência*), uma vez que, em se tratando dos adolescentes especificamente inseridos no contexto cultural e familiar da atualidade, o prolongamento da adolescência salta aos olhos, de maneira que assistimos a um modo de funcionamento psíquico próprio à adolescência subsistir em sujeitos que poderiam ser denominados jovens adultos. Propondo-nos a contribuir com as investigações acerca do atual prolongamento

da adolescência, após abordarmos as considerações de Figueiredo (2006) e de Birman (2006; 2008) a esse propósito, abrimos uma nova via de explicação, partindo da hipótese de que pode estar havendo forte resistência, por parte dos jovens da contemporaneidade, ao trabalho de luto dos pais infantis.

Descrevemos essa resistência como atravancadora do remanejamento das identificações que precisa ser levado a cabo na adolescência, o que torna custoso o investimento em novos objetos e faz preponderar, em seu lugar, a manutenção de vigoroso vínculo com os pais idealizados, absolutos e onipotentes da infância. Descrevemos, portanto, a resistência ao trabalho de luto dos pais infantis como aspecto que contribui para a manutenção de um funcionamento mental infantil e essencialmente narcísico, funcionamento que o adolescente tem como dura tarefa, exatamente, “superar”. Regido por funcionamento psíquico dessa natureza, o ego tende a não suportar o desprazer, a recusar o adiamento do prazer imediato e a mobilizar defesas arcaicas para se livrar da angústia.

Atentando para o possível recurso ao alívio imediato da tensão, remetemo-nos ao nosso principal objeto de estudo, a drogadicção, afirmando que a onipotência narcísica, incessantemente buscada quando o modo de funcionamento mental em questão está em jogo, costuma ser garantida pelo efeito do uso abusivo de substâncias tóxicas. E efetivando rápida incursão no plano fenomenológico, respaldados por informações veiculadas em jornais de circulação nacional, salientamos a crescente preferência dos jovens contemporâneos pelo consumo de *ecstasy*, “pílula da felicidade” que intensifica a sensorialidade e promove algumas horas de sensação de completude. Salientamos, ainda, o “apelido” dado pelos jovens a essa droga: “bala”; isso porque tendo em vista a temática do prolongamento da adolescência, julgamos que não poderia haver “apelido” mais pertinente para o *ecstasy*, substância que permite ao adolescente “encruado” fazer uma “viagem” de volta à infância onipotente.

Além de comprometer o despedaçamento dos vínculos e das identificações infantis, assim como a reconstituição inovadora deles, a oposição ao luto das figuras parentais da infância gera o fortalecimento de um potencial mortífero, destrutivo. Apontamos o estabelecimento de adicção às drogas como uma das possíveis manifestações desse potencial mortífero, desta presença objetal maciça e contínua que

entra em cena frente à resistência ao trabalho de luto; resistência que propusemos entender como subjacente à atual problemática do alongamento da adolescência.

Apresentamos as elaborações teóricas de alguns autores sobre uma exacerbada valorização da adolescência em voga na cultura contemporânea. Nela, dissemina-se como um dos valores mais caros o ideal de liberdade, de experimentação permanente, encarnado num estilo adolescente de existência – transitório, móvel, livre – que vem se difundindo pelo espaço social. Ou seja, diante da liberdade e da mobilidade como ideal, a adolescência, com seu essencial caráter de condição de mudança, tornou-se o maior símbolo do cenário cultural da atualidade. Elevado à categoria de ideal, o universo *teen* invadiu o imaginário dos adultos, ficando visível para os adolescentes que os adultos desejam ser como eles. Apoiados nesta ideia da adolescência como ideal cultural, indagamos: quem vai querer ser adulto neste mundo “*teenegizado*”? Definimos, assim, a *teenagização* de nossa cultura como mais um expressivo obstáculo ao encerramento da adolescência. Da assunção, por parte das figuras parentais contemporâneas, de um estilo adolescente de existência, decorre o fenômeno de unificação geracional e a progressiva fragilização da autoridade simbólica dessas figuras. A fim de aprofundar a questão da autoridade simbólica, especialmente sua progressiva fragilização no meio familiar da contemporaneidade, construímos um panorama do pensamento de vários autores sobre tal questão.

Cuidadosos para o apelo à autoridade não justificar o fortalecimento da repressão, quer dizer, discernindo autoridade de autoritarismo, defendemos a importância simbólica das figuras de autoridade na organização social. Falamos, no entanto, de seu atual declínio e da ascensão da figura da celebridade como referência, como formadora de hábitos e opiniões, apontando para um efeito cultural desagregador, uma insustentabilidade do laço social, um estar à mercê da força bruta, como consequências de tal arranjo social.

Saindo do meio mais amplo da cultura contemporânea e concentrando-nos no que diz respeito, especificamente, à questão da autoridade simbólica no seio das relações familiares, escrevemos sobre o sistema de parentesco. Trata-se de um sistema particular e estruturante que organiza o grupo familiar, comportando um conjunto de direitos, deveres e interditos, o qual garante a instalação de vínculos simbólicos em que o reconhecimento do lugar de cada membro está assegurado, como está assegurada a

assimetria, e está afastada a ameaça de redução dos membros da família ao estatuto de objetos narcísicos. A demarcação dos lugares com suas funções, isto é, a manutenção de diferenças e de uma assimetria no âmbito familiar, foi por nós descrita como necessária, por mais que tenhamos apostado na irrelevância de quem, em termos de homem / mulher ocupe cada um dos lugares demarcados. Relevante, sim, seria que, *em se tratando de pais e filhos*, os primeiros não se colocassem e fossem encarados pelos últimos como figuras quase iguais, de modo que a hierarquia simbólica e a assimetria geracional se mantivessem presentes.

Vimos, porém, que a interrogação acerca da melhor maneira de exercer a autoridade sobre os filhos vem tomando conta das figuras parentais, propendendo-as à paralisação e inclinando-as a ausentar-se do exercício da autoridade. Assim, as diferenças simbólicas que não podem deixar de marcar o pertencimento geracional vem sendo borradas, e a tendência ao estabelecimento de relações simétricas vem produzindo ruído no meio familiar. As recomposições que vigoram nas famílias da atualidade também contribuem para o comprometimento da construção de uma hierarquia simbólica, uma vez que, diante delas, assistimos às figuras parentais perplexas ante a perguntas como: qual é o meu papel junto aos filhos com os quais não vivo mais? E junto aos filhos de meu novo (a) companheiro (a) com quem convivo cotidianamente? A pergunta que não quer calar, e para a qual nos parece que as figuras parentais têm se embaraçado para achar resposta, emudecendo-se em última instância, é: quem deve exercer autoridade sobre quem?

Contanto que cada um ache seu lugar, todas as figuras são possíveis nas mais diversas configurações familiares hoje existentes. Entretanto, analisamos que as figuras parentais encontram-se perdidas, tendendo à incapacidade de achar seus lugares, de exercer sua autoridade e de, desta forma, deixar marcadas as diferenças simbólicas que dão ensejo à assimetria geracional. Para dar continuidade ao exame de como se deu a progressiva fragilização da autoridade simbólica dessas figuras, percorremos o caminho de algumas das modificações sucedidas no plano íntimo familiar, as quais deram origem ao surgimento da dita família contemporânea. Ou seja, acompanhamos o trajeto que desembocou na emergência de uma nova família, a contemporânea, na qual a questão da hierarquia e da autoridade adquire caráter notavelmente problemático.

Contrapusemos aspectos relacionados à tradicional família hierárquica àqueles referentes à contemporânea família igualitária. Nesta última, a democratização da esfera privada, que visa garantir liberdade e igualdade nas relações familiares, está na ordem do dia, tendendo a subverter a lógica simbólica do sistema de parentesco vigente na família hierárquica – em que a organização num arranjo fixo e piramidal, “vertical”, assegura diferenciação e definição dos lugares e das gerações. Tomamos emprestada a metáfora de Bauman para acrescentar a ideia da “liquefação” das posições ocupadas pelos membros da família contemporânea. Dessa forma asseveramos que, tanto na esfera da vida pública quanto na da vida privada, o sujeito dos dias atuais depara-se com a ausência de autoridades rígidas, de regras e referenciais estáveis. Concentrados na segunda esfera, destacando a falta de estabilidade e a incerteza que estão em jogo no desempenho dos papéis dos membros da família contemporânea, procuramos marcar novamente nossa posição teórica sobre a importância de homens e mulheres, *como pais*, serem capazes de encontrar e delimitar seus papéis com suas respectivas funções, exercendo sua autoridade simbólica e assegurando a manutenção da assimetria geracional.

No cenário familiar da atualidade, os filhos encontram-se “à deriva”, o que não gera sensação de liberdade, e sim um intenso sentimento de desamparo. Isso significa que o agravamento do desamparo desses filhos foi posto como consequência do processo que culminou na fragilização da autoridade simbólica das figuras parentais. Além disso, articulamos a radicalização desta experiência de transbordamento e apassivamento à existência, em tal cenário, da sobreposição de mapas ordenadores contraditórios entre si. Observamos que o “desmapeamento” – isto é, a presença de novos ideais e identidades na família igualitária junto à permanência de traços próprios à família hierárquica – exacerba a revivência do desamparo típica da adolescência, porque intensifica o desnorteamento ligado à questão “quem sou eu?”. Logo, ao agravar a revivência dessa experiência, o “desmapeamento” se configura como mais um empecilho à “superação” da condição adolescente.

O “desmapeamento” concorre, ainda, para a desorientação das figuras parentais. É da reminiscência da ordem simbólica organizadora da família hierárquica e, sobretudo, de sua sobreposição e mistura com os princípios que regem a família igualitária, que sofrem terrivelmente, desorientando-se, as figuras parentais de hoje.

Investigamos, portanto, o agravamento da revivência do desamparo no espaço da família contemporânea, contemplando uma influência direta das transformações ocorridas no cenário familiar para os jovens da atualidade; contudo, também pudemos notar influência menos direta – mas não menos importante – de tais transformações para esses jovens por meio da análise da ação que elas podem ter exercido sobre os seus pais. E buscamos melhor explorar essa segunda via de reflexão, precisamente por meio da noção de “desmapeamento”.

Os pais dos jovens da atualidade vivenciaram, em sua própria juventude, o auge da transição entre os valores familiares “arcaicos” e os “modernos”; por conseguinte, experienciaram severa sobreposição de valores altamente paradoxais. E efetivaram ruptura radical em relação ao projeto de seus pais. Ressaltamos o grau da contradição entre as figuras parentais que eles tiveram e aquelas que o novo modelo familiar, o qual começou a ser valorizado pela sociedade em sua juventude, os incitou a vir a ser. Toda essa vivência pode ter originado crises subjetivas, processos subjetivos conflituosos e dramáticos. Procuramos demonstrar, então, que, para muitas destas hoje figuras parentais, tal vivência pode ter se constituído como traumática.

Nesses casos, presumimos a existência de uma possível dificuldade – num sentido fundamentalmente intrapsíquico, com toda a complexidade que representa – desses sujeitos (os que tiveram suas bases identitárias fragilizadas por vivência de profundas contradições, de choque entre valores divergentes, experienciando essa vivência de maneira traumática), ao se tornarem pais, quanto a sustentar o processo de consolidação da identidade dos filhos, quanto a oferecer adequado suporte narcísico na ocasião da adolescência de seus filhos. Nessa ocasião, eles parecem reviver, do ponto de vista essencialmente inconsciente, a desorientação e o desnorreamento acirrados que atravessaram em sua própria juventude. Isso constitui empecilho à consolidação dos processos de subjetivação dos adolescentes da contemporaneidade, e mais um obstáculo ao ultrapassamento da adolescência e à entrada na vida adulta. Os jovens contemporâneos, sejam eles adolescentes de fato ou jovens adultos que podem ser designados como adolescentes “encruados”, quando “entrevados” em seus processos subjetivantes e aprisionados num modo de funcionamento mental narcísico e infantil, tendem com mais facilidade a lançar mão do abuso de substâncias tóxicas.

Também relacionamos os entraves aos processos de subjetivação dos jovens da atualidade à transmissão inconsciente de elementos traumáticos parentais não elaborados. Apesar de, no presente trabalho, não termos aprofundado a questão da transmissão psíquica, afirmamos, no início desta conclusão, que tentamos não perder de vista a suma relevância da história psíquica parental na história psíquica filial; “nada do que foi retido poderá permanecer totalmente inacessível para a geração seguinte” (KAËS, 2001, Op. cit., p. 17). Com o intuito de nos dedicarmos melhor à ideia de elementos que permanecem sem elaboração e de acontecimentos não simbolizados que são levados à geração seguinte, nela produzindo efeitos que atrapalham os processos de subjetivação e concorrem para o possível apelo ao abuso de drogas, expusemos as noções de incorporação e de introjeção. Outro intuito que nos levou a expor essas noções foi prosseguir com nossas contribuições sobre o atual prolongamento da adolescência.

Conforme apreciamos, a incorporação entra em cena quando a introjeção é impraticável, isto é, quando os objetos parentais não são capazes de cumprir a função de mediação necessária para que suas qualidades sejam metabolizadas pelo sujeito. Se há no psiquismo parental marcas traumáticas, impressões que não alcançaram aí a representação, estes pais não têm como oferecer, com relação a tais marcas, a mediação imprescindível à sua introjeção por parte do sujeito. Afinal, como favorecer o acesso da criança àquilo que, em si próprio, não está simbolizado? Quando estão em jogo situações vividas como traumáticas e não elaboradas pelos objetos parentais, constituem-se marcas cujo destino, em detrimento da introjeção, tenderá a ser, privilegiadamente, o da incorporação pela criança.

Uma vez que construímos a hipótese de que muitas das hoje figuras parentais podem ter experienciado de maneira traumática, em sua juventude, o expressivo choque entre valores divergentes, e visto que a incorporação, no caminho inverso ao da introjeção, gera resistência ao trabalho de luto e às mudanças implicadas neste, afirmamos: quando os objetos parentais possuem em seu aparelho mental conteúdos traumáticos não elaborados, tais conteúdos podem constituir entrave ao trabalho de luto desses objetos, por parte de seus filhos, no momento da adolescência destes últimos – momento em que o abandono dos pais da infância é indispensável – comprometendo o encerramento desta, fazendo subsistir um modo de funcionamento mental infantil e

essencialmente narcísico, e concorrendo para a presentificação, no interior do psiquismo, de um potencial mortífero e destrutivo, cuja manifestação pode ser vislumbrada, por exemplo, no estabelecimento de adicção às drogas. Por meio da análise das noções de introjeção e de incorporação buscamos portanto, finalmente, dar conta daquilo que apostamos estar na base do excesso de presença dos objetos primários e da resistência, por parte do jovem da contemporaneidade, à elaboração do luto desses objetos.

A consolidação dos processos de subjetivação próprios à adolescência depende tanto da possibilidade de elaboração das perdas por parte do adolescente, quanto da possibilidade de tal elaboração por parte de sua família. Ao consolidarem seus processos de subjetivação e assumirem uma identidade própria e adulta, os filhos deixam efetivamente de ser “Sua Majestade o Bebê”, herdeiros das ambições e desejos parentais mais preciosos, o que gera intenso abalo ao narcisismo dos pais. Deste modo, é preciso que as figuras parentais dos adolescentes lidem com esse abalo, aceitem que seus filhos se transformem em sujeitos singulares, com seus próprios desejos e ambições. Além de aceitar a diferença filial, é preciso que essas figuras aceitem que o investimento dos filhos, inclusive o desejo filial incestuoso, seja redirecionado para outros objetos. A “superação” da revivência do Complexo de Édipo, essencial para que a adolescência se encerre de maneira bem-sucedida, não pode prescindir de que os pais abram mão de ser os únicos objetos de amor e de desejo dos filhos.

Esclarecendo que estamos falando dos pais que vivenciaram de forma traumática o contexto de “desmapeamento” próprio à sua juventude, e dos jovens que, ante o mecanismo da incorporação e o excesso de presença das figuras parentais, “acharam” a saída não representacional da toxicomania, asseveramos acreditar que há significativas dificuldades desses pais quanto a deixar de depositar nesses jovens suas próprias expectativas, quanto a abdicar de seu próprio ideal narcísico e a aceitar seu abandono como objetos únicos de amor e de desejo incestuoso. Posto isso, ficou nítido por que os pontos acrescentados acima representam aspectos que podem vir a situar-se na base da problemática do luto objetal, problemática que vinculamos à questão do atual prolongamento da adolescência e ao possível estabelecimento de adicção às drogas.

Rumo ao terceiro capítulo, começamos a descrever características geralmente presentes, especificamente, na família dos jovens toxicômanos da atualidade. Nela,

frequentemente, o filho drogadicto é depositário de esperanças descomedidas, além de venerado dentro de uma lógica que buscamos qualificar como narcísica. O laxismo, próprio às relações familiares em que vínculos essencialmente narcísicos sobressaem sobre vínculos objetivos, costuma vigorar. As famílias marcadas pela prevalência de vínculos fundamentalmente narcísicos são aquelas em que os pais possuem dificuldades quanto a imaginar o desejo de seus filhos para além de seus próprios desejos pessoais; aquelas em que as diferenças e as individualidades estão borradas, tendendo ao desaparecimento; aquelas nas quais as funções do pai e da mãe são mal definidas e os vínculos de parentalidade enfraquecidos. A persistência de relações predominantemente narcísicas no seio dessas famílias e a confusão de lugares que nelas está em jogo articulam-se, ainda, a um quadro oposto ao “edipiano”, o qual pode ser denominado “incestual”.

Percebemos forte aproximação entre a família na qual persistem os *vínculos predominantemente narcísicos* e a *confusão de lugares* assume significativo destaque – características que descrevemos como comumente presentes na família dos jovens toxicômanos da atualidade – e certos aspectos que podem ser engendrados pelo arranjo da família igualitária, família “horizontal” e não hierarquizada, onde a democratização está na ordem do dia. Esta democratização da esfera privada visa justamente garantir liberdade e *igualdade* nas relações familiares. As posições ocupadas pelos membros da família igualitária, isto é, seus lugares, seus papéis com suas respectivas funções, tendem assim a um delineamento frouxo e instável, antes *confuso* do que claro, é possível afirmarmos.

Certamente, a igualdade envolvida nos vínculos essencialmente narcísicos não é idêntica à igualdade pregada pela ideologia do igualitarismo. Tanto não o é que, no modelo familiar norteado por essa ideologia, como vimos, as figuras parentais não devem ser controladoras e sim tolerantes, aceitando a diferença, respeitando as escolhas de seus filhos, provendo um ambiente marcado pela liberdade. Foi esse o modelo familiar que os jovens da década de setenta foram incitados a tomar como nova referência; era assim – de forma tolerante, respeitosa, aceitadora das diferenças e escolhas pessoais – que tais jovens, hoje pais de nossos jovens, deveriam, ideologicamente, exercer a sua parentalidade (de acordo com o modelo em questão).

Entretanto, *na família dos jovens drogadictos da contemporaneidade*, a tendência à confusão de lugares própria ao modelo familiar igualitário parece concretizar-se e a igualdade preconizada pela ideologia que norteia esse modelo parece transcender o discurso, colando-se à igualdade envolvida nos vínculos fundamentalmente narcísicos. Logo, no que tange a tais famílias, parece haver desacordo, antagonismo, contradição (paradoxo?) entre o plano ideológico e o plano inconsciente. Foi, precisamente, daquilo que pensamos estar em cena no plano inconsciente das relações entre os jovens toxicômanos da atualidade e suas figuras parentais que tratamos no terceiro capítulo.

Investigamos em que consiste um quadro familiar “incestual”, sublinhando que apesar de ser inerente aos vínculos primários estabelecidos entre a criança e seus pais, o modelo relacional essencialmente narcísico *insiste em subsistir* nesse quadro, forjando a *manutenção* da idealização. Na base da instalação desse quadro, encontra-se a necessidade, por parte dos objetos primários, de que o sujeito continue constituindo, física e psiquicamente, parte deles mesmos. Deste modo, nessa relação de sedução narcísica, caracterizada como fenômeno de dominação cujo objetivo é o exercício de controle narcísico sobre o outro, o seduzido assume para os sedutores o estatuto de “objeto-não objeto”, num arranjo em que o confronto com a alteridade é veementemente combatido.

Articulamos a persistência de vínculos essencialmente narcísicos nas famílias em que o “incestual” está em jogo, a uma espécie de “morte psíquica” subjetiva, uma vez que o sujeito é levado aí, contra a sua vontade, a continuamente acolher os desejos de um ou dos dois pais “abusadores”, e a satisfazê-los em detrimento de seus próprios desejos. Falamos, assim, em abuso narcísico, destacando a ideia do sujeito como instrumento perpétuo do narcisismo parental.

Dentre os mecanismos intrínsecos às famílias marcadas por relações de dominação narcísica, ressaltamos o da imposição, que consiste na rejeição da alteridade do sujeito, na interdição de ele ser amado por suas próprias qualidades e na substituição deste tipo de amor por um amor alienante. Consiste, ainda, no constrangimento do sujeito a jogar o jogo da imposição de papel; jogo que se configura como fonte de paradoxos ligados ao fato de o sujeito só poder ser reconhecido como estrangeiro a si

mesmo, e que implica uma missão impossível e alienante, a de dever preencher o narcisismo parental vacilante.

Ainda no que se refere ao quadro familiar “incestual”, escrevemos sobre o “anti-edipiano”, explicando-o como contrário ao confronto com a alteridade, como aquilo que se opõe ao reconhecimento das diferenças e dos desejos subjetivos. E supusemos que, em tal quadro, antes de figurar como fonte de angústia exacerbada para o sujeito, a alteridade, *a priori*, constitui-se como ameaça para o próprio narcisismo parental. Afinal, são os pais que não conseguem reconhecer e valorizar o sujeito por suas singularidades, seus desejos e ambições; são eles que continuam depositando no sujeito expectativas pessoais e, portanto, alienantes, que impõem a este a “missão impossível” de dever continuar atendendo ao seu ideal; são eles que, enfim, “abusam narcisicamente” do sujeito, fazendo dele instrumento de preenchimento do seu próprio narcisismo e reduzindo-o a “objeto-não objeto”. Estes pais parecem, em última instância, depender narcisicamente do sujeito.

O narcisismo parental, quando vacilante e dependente de um preenchimento que se dá, privilegiadamente, por meio da redução filial a objeto narcísico, põe em xeque a constituição do próprio narcisismo filial. Situamos a drogadicção dentre as patologias narcísicas, nas quais o narcisismo se encontra em evidência, mas “menos como amor do que como sofrimento de si mesmo” (ANDRÉ, 1999, op. cit., p. 73). Julgando, de fato, difícil não pensar em prejuízos à sólida constituição do narcisismo filial diante dos elementos discutidos, dissertamos sobre a questão da apropriação subjetiva.

No que concerne às patologias narcísicas, os entraves à apropriação subjetiva nelas envolvidos indicam que é mesmo de um narcisismo em derrocada que se trata, sendo que tal derrocada está aí ligada, principalmente, a complicações no trabalho de luto do objeto e no processo de diferenciação entre este e o ego. Quando esse trabalho e esse processo acham-se comprometidos, o ego se vê diante de dominação interna, de posseção pelo objeto. E onde o ego se vê diante destas, onde os processos de desprendimento próprios à diferenciação não encontram lugar, “indica-se o traço do fracasso histórico do ego quanto a encontrar seu reflexo no objeto, indica-se o fracasso da função de espelho do objeto (...)” (ROUSSILLON, 2006, op. cit., p. 62. Tradução nossa). Salientamos esta função de espelho dos objetos primários, afirmando que “para

se ouvir, se ver, se refletir, o sujeito precisa ser escutado e ouvido por um outro-sujeito, ser olhado e visto, ser sentido por um outro-sujeito” (Id., *ibid.*, p. 74. Tradução nossa).

Frente aos pontos contemplados, esboçamos a seguinte hipótese: nos vínculos primários entre os jovens toxicômanos da atualidade e suas figuras parentais, estas figuras, “outros-sujeitos”, no lugar de escutar e ouvir, olhar e ver, sentir o sujeito como objeto-alteritário, reconhecendo suas diferenças, singularidades, desejos, escutam-no e ouvem, olham-no e veem, sentem-no, privilegiadamente, como objeto narcísico. Ou seja, problematizamos o tipo de resposta (de reflexo) que, nestes casos sobre os quais nos debruçamos, os pais devolvem em espelho para seus filhos, quando estes endereçam a eles algo de si no processo de apropriação subjetiva.

Nos casos em questão, a resposta objetual à interrogação “isto me pertence ou isto é ‘tomado’?” – interrogação intrínseca à apropriação subjetiva – tende a apontar, num primeiro tempo, e a continuar apontando, *a posteriori*, para a segunda alternativa, porque o desenvolvimento das capacidades subjetivas filiais é representado como ferida ao narcisismo parental. Sendo assim, a “sobrevivência” dos objetos parentais à verificação do sujeito quanto ao efeito que o desenvolvimento de suas próprias capacidades tem sobre eles parece estar em xeque em tais casos, o que se configura como forte entrave ao processo apropriativo e, conseqüentemente, como impasse à sólida constituição do narcisismo filial.

Nesta seara das possíveis articulações entre o narcisismo parental e o filial, assinalamos que a conjugação do narcisismo dos pais ao da criança produz como herdeiro o ego ideal, e analisamos as propriedades dessa instância psíquica. Dissemos que o nascimento de um filho traz à tona a onipotência recalcada dos pais, engendrando o fortalecimento do próprio ego ideal das figuras parentais; este, então, é projetado sobre a criança, permitindo que nela também essa instância psíquica seja instaurada, que seja forjada a emergência de “Sua Majestade o Bebê”. Devido à estreita relação entre a construção do ego ideal e a existência de um outro que dirige ao sujeito um tipo de atitude, de olhar, atravessados pela supervalorização, pela idealização e pela onipotência, Bleichmar (1985) denomina o discurso que cria essa instância como discurso totalizante, e o caracteriza pela incondicionalidade da admiração. Logo, neste discurso a partir do qual o ego ideal é instaurado, a criança assume o status de modelo

definidor da perfeição, sem que seus atributos sejam medidos com base em padrões de avaliação.

Sintetizando, a partir dos elementos elaborados, o ego ideal como instância dominada pelo registro da completude, do qual está excluída a dimensão da falta, e onde vigoram como valores absolutos o prazer e a satisfação, passamos à análise das propriedades do ideal do ego. Se o ego ideal é uma instância de natureza fundamentalmente narcísica, construída sob o modelo da onipotência nos vínculos primários regidos pela idealização, o ideal do ego, por sua vez, é uma instância pós-edípica cuja constituição demanda que a onipotência seja perdida. Para a construção dessa segunda instância, faz-se imprescindível: um trabalho de luto das idealizações ilusórias e absolutas do ego ideal, a aceitação da falta e do conflito, o reconhecimento da impossibilidade de satisfação absoluta, da necessidade de se tolerar a frustração e da existência do objeto como objeto-alteritário.

Diferentemente do discurso totalizante – marcado pela admiração incondicional que eleva o sujeito à perfeição e o captura na esfera da onipotência – o discurso que cria o ideal do ego, denominado discurso discriminante, implica avaliação dos atributos do sujeito em relação a um modelo, de forma que, sob sua ótica, cada atuação do sujeito é julgada em si mesma, em vez de ser admirada simplesmente por ser uma ação sua. Para que o ideal do ego se constitua e passe a vigorar no funcionamento psíquico, há de se ter podido passar do primeiro discurso, “retroativo, de inclusão de dados em categorias que preexistem a ele”, ao segundo, “aberto, imprevisível em seus resultados” (BLEICHMAR, 1985, op. cit., p. 69). A instauração desta instância avaliadora de si mesmo – o ideal do ego – decorre da internalização de uma avaliação externa, ou seja, de uma atitude avaliativa da parte do outro significativo.

Dentre os dispositivos postos em movimento pelo ideal do ego, o mecanismo da sublimação tem lugar de destaque. Na realidade, para além disso, a sublimação é imprescindível para a própria constituição do ideal do ego, já que este só pode ser construído mediante sólido processo de identificação com as figuras parentais. Por isso, dedicamos um tópico à apreciação da noção de sublimação, conduzindo o exame dessa noção para sua imbricação com a identificação, e nos deparando, neste percurso, com a fundamental oposição entre o mecanismo da sublimação e o dispositivo da idealização. A sublimação possui papel primordial na modificação dos vínculos primários, uma vez

que impulsiona o afastamento de objetos e objetivos primitivos, proporcionando a realização do trabalho de luto das idealizações ilusórias do ego ideal e dando ensejo à falta e à sua elaboração. Promovendo mudanças nesses vínculos, abre a via da identificação no aparelho psíquico, e impede possíveis fixações geradas pela idealização.

Mas quando o movimento sublimatório não dá conta de tal modificação, a abertura das vias de identificação é obstaculizada, o que significa o comprometimento da introjeção e da apropriação dos objetos primários. O dispositivo da idealização pode então insistir em dominar a cena, sendo a identificação com o objeto substituída aí pela permanência dele numa posição de “exterior” – “exterior” porque, nesses casos, o objeto não se interioriza, no sentido de ser metabolizado, transformado em parte do próprio ego. O objeto, cristalizado nesta posição de “exterior”, assume o status de objeto suporte sobre o qual a libido é concentrada. Se a identificação permite a apropriação dos objetos parentais, a não modificação dos vínculos primários pela sublimação e a persistência da idealização mantêm a situação de desamparo da infância, na qual o sujeito se acha na completa dependência do outro parental.

Retomamos, neste ponto, que as situações de uso de drogas que escolhemos investigar são aquelas em que está em jogo uma dependência “cega”, como aquela instaurada pela idealização. E julgando já ter estofado suficiente, sustentamos hipóteses ligadas à temática dos ideais no que se refere à organização mental dos jovens toxicômanos da atualidade. Afirmamos que, nesses casos, nos quais o investimento do sujeito no objeto-droga se dá de forma adictiva, tal investimento é, de fato, regido pela idealização, envolvendo aspectos como o registro do absoluto, a fixação, a renúncia à libido narcísica e a concentração dos investimentos num objeto “exteriorizado” e alienante. O investimento dos jovens drogadictos da contemporaneidade no objeto-droga foi entendido, assim, como orientado pela idealização na exata medida em que também o são, primariamente e *insistentemente*, as suas relações com os objetos parentais.

Se, no recurso ao uso adictivo de drogas por parte dos jovens da atualidade, está em cena uma busca de satisfação absoluta e onipotente, se sob esse recurso subjaz a insistência do dispositivo da idealização, isso indica, a nosso ver, o não abandono de objetos e objetivos primitivos e o não afastamento do prazer imediato. Indica, por

consequente, a existência de embaraços no que se refere à ingerência do movimento sublimatório na modificação das primeiras relações de objeto. O desenvolvimento de sólido processo sublimatório “não somente deixa a falta subsistir, mas assegura ao sujeito a possibilidade de investir como aquilo que permite a mobilidade dos investimentos e do questionamento” (MELLOR-PICAUT, 1983, op. cit., p. 139. Tradução nossa). Porém, o toxicômano não somente é intolerante à falta, mas tem seus investimentos engessados no objeto-droga.

Se o jovem toxicômano dos dias atuais busca este tipo absoluto de satisfação, próprio ao ego ideal; se em seu psiquismo a frustração desponta como insuportável, não havendo lugar para a falta e o conflito, cremos que seu aparelho mental se organiza sob a supremacia do ego ideal. O que trouxemos acima, sobre a existência de embaraços na condução do processo sublimatório rumo à abertura de novos caminhos para as relações objetais, reitera esta hipótese de que o funcionamento psíquico do jovem drogadicto contemporâneo está organizado sob o domínio dessa instância arcaica.

Se a constituição e a vigência do ideal do ego dependem da passagem do discurso totalizante ao discurso discriminante, tal passagem só se dá à medida que o outro se descola do primeiro discurso e o substitui pelo segundo. Para se descolar do discurso totalizante, o outro precisa descolar-se do próprio sujeito; ou seja, para substituir esse discurso pelo discriminante, o outro precisa discriminar-se do sujeito, separar-se dele. O reconhecimento da existência do objeto como objeto-alteritário faz-se necessário à substancial formação do ideal do ego, como mostramos anteriormente.

Entretanto, o jovem toxicômano da atualidade está geralmente inserido num quadro familiar “incestual”, no qual a alteridade é fonte de excesso de angústia, sendo veementemente combatida. Antes de figurar como fonte de angústia exacerbada para o sujeito, a alteridade, *a priori*, constitui-se como ameaça para o próprio narcisismo parental. Logo, descolar-se do discurso totalizante, uma vez que implica descolar-se do sujeito e reconhecê-lo como objeto-alteritário, parece-nos tarefa árdua para as figuras parentais desse jovem, o que vem representar empecilho à sólida constituição e ao predomínio do ideal do ego em seu universo mental.

Portanto, em virtude de questões narcísicas que lhes dizem respeito – havíamos caracterizado o narcisismo das figuras parentais do jovem drogadicto da atualidade como vacilante e dependente de um preenchimento que se dá, privilegiadamente, por

meio da redução filial a objeto narcísico, destacando a dependência dessas figuras com relação aos seus filhos – os pais podem precipitar seus filhos num modo relacional adictivo e num estado permanente de desamparo, sendo que é preciso sublinhar aqui que são os próprios pais, *a priori*, que estão em estado de dependência, são eles que, em última instância, se encontram desamparados.

O outro lado da moeda da projeção de uma onipotência narcísica que não quer cessar oculta então, na verdade, a impotência, a dependência e o desamparo das figuras parentais dos jovens toxicômanos dos dias de hoje. E a busca de onipotência e de uma satisfação de tipo absoluto por parte desses jovens, por meio do recurso ao uso adictivo do objeto-droga, revela a sua própria dependência e desamparo e, simultânea e paradoxalmente, uma tentativa de deles escapar. O último capítulo desta tese visou melhor explorar tal paradoxo, deixando de lado o preconceito segundo o qual a drogadicção é concebida *exclusivamente* como forma de autodestruição, e resgatando e dando relevo à sua dimensão de automedicação, de autotratamento (dimensão paradoxal que já tinha sido descrita como inerente à economia adictiva de forma geral).

Reavendo a tendência à redução das tensões ao nível zero presente no funcionamento mental do sujeito drogadicto, dissemos que ao mesmo tempo em que a evacuação da excitação psíquica é buscada por meio do compulsivo abuso de substâncias tóxicas, essa tendência, isto é, a descarga radical, total, é freada por meio da repetitiva utilização dessas mesmas substâncias, a fim de que o ser inteiro desse sujeito nela não seja aspirado. O uso adictivo da droga figura aí, deste modo, como escudo, como elemento de defesa. Segundo Le Poulichet, os pacientes toxicômanos evocam, na situação clínica, a ameaça e o horror de uma descarga só possível sob a forma total, radical, a qual provocaria o desaparecimento de todo o seu ser. É preciso atentar para o seguinte: os relatos desses pacientes dizem respeito, especificamente, à descarga sexual; é ao ato sexual que eles se reportam como só possível se “anestesiados”, se sob o poder de um filtro. Apesar disso, afirmamos ser possível perceber, de maneira mais abrangente, que nesses casos é “como se o excesso sexual não fosse mais canalizado pelo recalque nem alterado no fantasma e no anacronismo, mas absolutamente ‘atual’ sob a forma de um convite a desaparecer (...)” (LE POULICHET, 1991, op. cit., p. 255. Tradução nossa). Acompanhamos as postulações desta autora acerca do sexual e do tóxico, a fim de apreender a abrangência mencionada e o sentido da citação.

Na toxicomania, a sexualidade, com toda a amplitude que lhe cabe no campo psicanalítico, está *reduzida a um tóxico*, não se manifestando como excesso cujo retorno se dá sob a forma de um “corpo estranho” da ordem do recalque, e sim como tóxico, não canalizado por meio do recalque, não alterado pela fantasia e pelo anacronismo, e imbuído de um poder de desintegração e de diluição do corpo, o qual procura se automedicar recorrendo à “cobertura” da droga. Trata-se de uma tentativa de fazer do próprio corpo um corpo sob o poder de um filtro que impeça sua dissipação numa descarga completa, de uma tentativa de elaboração de um corpo circular, no qual o eu, ilusoriamente, se feche sobre suas próprias bordas e resista a uma mortal abertura. Destacamos a dimensão de *realidade*, de concretude, evidente na problemática da drogadicção, onde o sujeito apela para um tratamento *real* de seu organismo por meio da incorporação de um *real* “corpo estranho” – o tóxico, a droga. E contrapusemos esta dimensão de concretude à de fantasia, de metáfora, presente no engendramento anacrônico de “corpos estranhos” da ordem do recalque.

Falamos do “retraimento dos investimentos do mundo exterior” que está em jogo neste tratamento real do organismo pelo real “corpo estranho” tóxico, da “formação narcísica” engendrada nesta operação em que uma forma de “homeostase” é organizada como defesa, medida de proteção contra a excitação que assume, nestes casos, uma qualidade de “efração”, de arrombamento. Ou seja, falamos que – e isto é essencial nesta tese – para se defender de uma radical estraneidade, relacionada à manifestação da sexualidade *como um tóxico*, e se proteger de uma descarga da excitação aniquiladora, o sujeito toxicômano busca abrigo enfurnando-se em si mesmo. Neste “recuo sobre si”, a realidade é desinvestida em benefício da ação da droga sobre a percepção, e qualquer relação com a alteridade é excluída, sendo privilegiada a relação consigo mesmo; relação consigo mesmo falaciosa, no entanto, uma vez que se dá, devido ao intermédio de uma substância tóxica, com um consigo mesmo alterado.

Reportamo-nos à toxicomania como *operação do pharmakon*, visando tornar ainda mais claro o seu caráter paradoxal de automedicação, explicando que tal operação promove uma circularidade ligada ao corpo, visto que nela os sistemas de oposições distintivas são abolidos, e uma coisa se junta ao seu próprio contrário, fazendo a diferença desaparecer na reversibilidade. Desdobrando as proposições acerca deste corpo circular, corpo que não é isto nem aquilo mas a mistura dos contrários,

formulamos crer não se tratar de um corpo que não é nada, e sim de um corpo que é tudo. Com isso, propusemos que o sujeito drogadicto, ao procurar autoengendrar cotidianamente este corpo circular, busca refugiar-se de sua dor no registro da onipotência; que a fim de não se esvair no nada absoluto de uma descarga radical, total, esse sujeito tenta proteger-se no registro do tudo – também absoluto. Ressaltamos, assim, a questão da busca de refúgio no registro da onipotência como aspecto marcante da drogadicção, lançando mão de contribuições de diversos autores nesse sentido.

Para ilustrar esses elementos fundamentais, expusemos uma primeira vinheta clínica. Por meio dela, também semeamos a ideia da qual partimos, em seguida, rumo à investigação de possíveis causas de a sexualidade se *reduzir a um tóxico* na drogadicção: “o verdadeiro tóxico não é a droga” (LE POULICHET, 2000, op. cit., p. 124. Tradução nossa) na toxicomania, a droga só entrando em cena posteriormente a uma intoxicação anterior. Nessa sequência, vimos que uma “substância psíquica” é produzida por certos modos de relação com os objetos, fazendo-se presente no aparelho mental do sujeito drogadicto, e representando um elemento tóxico interno do qual esse sujeito vai, paradoxalmente, buscar se defender por meio do uso de outro elemento tóxico, desta vez externo: a droga. Este outro (interno) dominador não é construído a partir de certos modos de relação com quaisquer objetos, e sim, especificamente, nos vínculos com os objetos primordiais; vínculos que, aliás, instauram a dimensão subjetiva da sexualidade. O objeto que causa uma intoxicação “primária” e que propende a sexualidade a se manifestar *como um tóxico* – porque traz consigo para os vínculos primários, que instauram a dimensão subjetiva da sexualidade, uma toxicidade que lhe é inerente – é o “mau” objeto primordial.

Nossa proposta foi entender a ausência ou insuficiência de apoio e de continência, por parte dos objetos primordiais, para o exercício das operações básicas de estimulação, de mediação e / ou de separação como uma toxicidade relacionada a esses objetos. Toxicidade que entrava a condução da pulsionalidade às ligações, e a manifestação de Eros, engendrando a presença do disparar das forças de descarga e do desligamento no funcionamento mental do sujeito drogadicto, a tendência de seu psiquismo à redução das tensões ao nível zero. Por conseguinte, toxicidade que promove uma tendência à descarga radical, total, que obstaculiza a canalização do

excesso sexual pelo recalque, sua alteração pelo fantasma e pelo anacronismo, fazendo com que a sexualidade propenda a se manifestar *como um tóxico*.

Tendo novamente adentrado o campo dos vínculos primários e, conseqüentemente, o das relações do sujeito toxicômano com suas figuras parentais, elaboramos outra proposta: que a impossibilidade, por parte dos objetos primordiais, quanto à promoção da imprescindível saída da captura narcísica – captura na qual o eu está inicialmente tragado, satisfazendo e preenchendo continuamente o outro – também seja compreendida como toxicidade relativa a esses objetos. Ao não promover a saída dessa captura, os objetos primários produzem o fechamento do sujeito num projeto alienante, mortificando, assim, seu desenvolvimento subjetivo e sua evolução libidinal. Sustentamos notável imbricação entre os dois ângulos referentes à toxicidade concernente aos objetos primordiais, e presumimos que ambos, essencialmente imbricados, estão em jogo nos vínculos primários do jovem drogadicto contemporâneo com suas figuras parentais, concorrendo para a *redução* da sexualidade a *um tóxico* na toxicomania.

É diante desta abertura a toda instrumentalização de seu corpo pela demanda “de uma ‘outra pessoa’” que esse jovem parece ensaiar uma última tentativa de recompor suas próprias bordas. Com tal finalidade, ele apela à incorporação de um real “corpo estranho” tóxico, e, por meio da identificação toxicomaniaca e da *operação do pharmakon*, faz do próprio corpo um corpo “estranho” e circular. Ou seja, fugindo de uma captura, ele busca construir “uma nova montagem do corpo”, um corpo separado, delimitado, protegido da intolerável intrusão do outro. Protegido, ainda, das *coisas hiperenigmáticas e tóxicas* que suas figuras parentais, narcisicamente dependentes e desamparadas, carregam em seus próprios psiquismos, e que as levam a exigir, enigmaticamente, dos jovens em questão, que os satisfaçam e os preencham continuamente, capturando-os numa vedação narcísica e alienante.

Porém, ao procurar escapar da dupla e mortífera abertura por meio do real tratamento de seu organismo pelo real “corpo estranho” tóxico, o jovem toxicômano da atualidade engendra “uma forma de sono hipnótico correlativo de um ‘recuo narcísico’ ou de um ‘retraimento dos investimentos do mundo exterior’”. Quer dizer, para sair da captura narcísica que o aprisiona aos objetos (internos) primários, para fugir do fechamento neste projeto alienante e mortificante, esse jovem recorre à colagem ao

objeto (externo) droga, organizando um novo circuito vedado e circular, um novo fechamento, uma “formação narcísica”.

Logo, pode-se notar que a *operação do pharmakon*, por meio da qual o jovem drogadicto procura fazer de seu corpo um corpo circular e provido de bordas, por meio da qual esse sujeito tenta se desvencilhar da captura narcísica alienante, na realidade o conduz a uma nova alienação. As “formações narcísicas” possuem exatamente tal característica: organizar “dispositivos antinômicos”, sendo que nos casos que estamos investigando esse dispositivo consiste em “desaparecer tornando-se” (LE POULICHET, 2006, op. cit.), isto é, consiste em alienar-se subjetivamente ao tentar produzir-se como sujeito. É neste sentido da alienação que a “regressão narcísica” que está em cena na toxicomania pode ser qualificada como mortífera.

Esta “regressão narcísica” representa uma retirada a um estado absolutamente arcaico. Quanto a isso, julgamos o retorno a tal estado arcaico como demasiadamente marcante na problemática da drogadicção na juventude contemporânea, não nos parecendo que nas demais adicções – que também vêm ganhando largo espaço entre os jovens dos dias atuais – este aspecto, que alude ao registro da onipotência assim como a uma dimensão de pura sensorialidade, alcance tamanha evidência e relevância.

Esse aspecto nos remete, uma vez mais, à questão fenomenológica da progressiva preferência dos jovens toxicômanos de hoje pelo consumo de *ecstasy*, “pílula da felicidade” que intensifica a sensorialidade e promove algumas horas de sensação de completude. Pretendemos, em nosso próximo projeto, melhor explorar este crescente e preocupante abuso de drogas sintéticas por parte dos jovens da contemporaneidade.

Quando o jovem drogadicto da atualidade busca refugiar-se de sua dor e de sua alienação no registro do absoluto, da onipotência, por meio da tentativa de autoengendramento de um corpo “estranho” e circular, quando, a fim de não se esvair no nada – a fim de não ser inteiramente aspirado numa descarga total e, ainda, de não anular sua subjetividade na alienação que tem lugar na manutenção da captura narcísica – procura proteger-se no registro do tudo, esse sujeito aliena-se novamente, permanecendo, em última instância, no registro do nada inerente à destituição da posição de sujeito, à dependência patológica e desumanizante. Quanto mais o eu tenta

se afirmar dentro de um fechamento narcísico, mais ele se faz, paradoxalmente, desaparecer.

A renúncia à onipotência é imprescindível. Entretanto, tal renúncia acha-se entravada nos casos que estamos investigando. Sem ela, nenhuma subjetivação é possível. Nos casos sobre os quais estamos refletindo o que ocorre é o “processo inverso daquele do luto originário” (BOURDELLON, 2004, op. cit., p. 442. Tradução nossa), e o processo de luto originário tem papel crucial na renúncia à onipotência, na elaboração da perda das ilusões próprias ao registro do absoluto, do tudo. Mas como elaborar o luto de objetos primários que permanecem excessivamente presentes, mantendo o sujeito em uma captura narcísica, em um circuito idealizador, impondo-se quando deveriam deixar-se rasurar e não se deixando, assim, esquecer?

Dentro deste contexto no qual sobressaem os elementos da onipotência, da persistência da idealização, da dificuldade de separação, de discriminação, e a alienação a todas estas questões articulada, formulamos uma última indagação: existe lugar para a esperança nos vínculos do jovem drogadicto contemporâneo com suas desamparadas figuras parentais? Expondo, minuciosamente, a esperança dentro de uma abordagem psicanalítica com base em considerações filosóficas, pudemos compreendê-la, numa articulação com a temática dos ideais e com a questão do trabalho de luto, como *princípio* que organiza a vida psíquica e se constitui como indispensável para o bom funcionamento desta. Afirmamos que dentro de um tóxico e alienante cenário familiar não há lugar para a esperança. Além disso, afirmamos que não há lugar para a esperança quando, a fim de escapar da abertura mortífera, da vedação narcísica e alienante, o sujeito apela à intoxicação pelo real “corpo estranho” tóxico, procurando autoengendrar, fazer de si próprio, um corpo “estranho” e circular, assim enfurnando-se no registro do absoluto, da onipotência, e produzindo um novo circuito fechado e alienante. Isso porque sempre que a crença ilusória de uma plenitude narcísica atravessa a caminhada da vida, é impossível que se fale em esperança.

Finalmente, em busca de esperanças para a esperança, analisamos uma segunda vinheta clínica, tecendo breves considerações clínicas, as quais aguardam maior elaboração em pesquisas futuras. Apontamos a necessidade, na clínica do paciente sem esperança, atravessada por carências teóricas e dificuldades de pensamento, de certa noção de “clínica ampliada”. No caso a caso da clínica psicanalítica, propusemos que se

pondere o trabalho com as famílias dos pacientes sem esperança. Independentemente da escolha que advirá de tal ponderação, supusemos algo como essencial, *nos casos de drogadicção que investigamos*: que o jovem toxicômano seja libertado da “dívida paga com o corpo”. Isto é, que o dever alienante de preencher o narcisismo parental seja abrandado.

Só assim cremos que uma abertura à captura narcísica alienante e, por conseguinte, uma abertura à diferença pode despontar, trazendo consigo a instalação da *esperança-princípio* fundamental à organização da vida psíquica e à estruturação da subjetividade. Só assim uma *abertura ressuscitadora*, oposta à abertura mortífera para um outro intoxicante, pode vir a surgir, possibilitando que o sujeito venha-a-ser (algo), que “todos os sonhos do mundo” que ele tem em si, “à parte não poder querer ser nada” (PESSOA, 1928/1995, op. cit.), venham à tona, impulsionando-o a caminhar, livre, e a desbravar novos horizontes, os *seus* horizontes.

Referências bibliográficas

- ABRAHAM, N. & TOROK, M. (1995) *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta.
- AIN, J. (2008) “L’explosion pour l’évolution dans la famille, ou la haine nécessaire”. In : _____ (org.) *Familles, explosion ou évolution?*. Toulouse: Éditions Érès, 2008.
- ANDRÉ, J. (1999) “O objeto único”. *Cadernos de Psicanálise*, v. 15, n. 18. Rio de Janeiro: SPCRJ.
- ASSOUN, P. L. (1983) “Freud aux prises avec l’idéal”. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 27. Paris: Éditions Gallimard.
- _____ (1994) “La passion de répétition. Genèse et figures de la compulsion dans la métapsychologie freudienne”. *Revue Française de Psychanalyse*, Tome LVIII, n° 2. Paris : PUF.
- BARANES, J. J. (2002). “Le repentir d’un analyste : nouveaux développements pour le transgénérationnel”. *Revue Française de Psychanalyse*, Tome LXVI. Paris : PUF.
- BAUMAN, Z. (2001) *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BERGERET, J. et HOUSER, M. (2002) “La famille et les aléas de l’Œdipe : ‘Couper-coller’ ou ‘copier-coller’ ?”. *Revue Française de Psychanalyse*, Tome LXVI. Paris : PUF.
- BIRMAN, J. (2006) “Tatuando o desamparo”. In: CARDOSO, M. R. (org.) *Adolescentes*. São Paulo: Editora Escuta.
- _____ (2008) “Adolescência sem fim? Peripécias do sujeito num mundo pós-edipiano”. In: CARDOSO, M. R. & MARTY, F. (orgs.) *Destinos da adolescência*. Rio de Janeiro : 7 Letras.
- BIRRAUX, A. (2007) “Alcoolique, une identité”. In: HUERRE, P. & MARTY, F. (orgs.) *Alcool et adolescence: jeunes en quête d’ivresse*. Paris: Éditions Albin Michel.
- BLEICHMAR, H. (1985) *O narcisismo: estudo sobre a enunciação e a gramática inconsciente*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BOURDELLON, G. (2004) “Engagement dans le désir ou engouffrement dans la dépendance”. *Revue Française de Psychanalyse*, Tome LXVIII. Paris: PUF.
- BREUER, J. & FREUD, S. (1893-1895) “Estudos sobre a histeria”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. II.

BRUSSET, B. (2004) “Dépendance addictive et dépendance affective”. *Revue Française de Psychanalyse*, Tome LXVIII. Paris: PUF.

CADORET, M. (2003) *Le paradigme adolescent: approche psychanalytique et anthropologique*. Paris: Dunod.

CARDOSO, M. R. (2000) “O superego: em busca de uma nova abordagem”. *Revista Latino americana de Psicopatologia Fundamental*, v. III, n. 2.

_____ (2002) *Superego*. São Paulo: Escuta.

_____ (2005) “A servidão ao ‘outro’ nos estados limites”. *Psychê Revista de Psicanálise*, ano IX, nº 16, dezembro de 2005.

_____ (2006) “Entrevista com Jurandir Freire Costa”. In: CARDOSO, M. R. (org.) *Adolescentes*. São Paulo: Editora Escuta.

_____ (2007) “A impossível ‘perda’ do outro nos estados limites: explorando as noções de limite e alteridade”. *Psicologia em Revista*, v. 13, n. 2.

_____, GASPAR, F. & LORENZUTTI, P. (2002) “Trauma e representação: estudo de um caso clínico”. *Pulsional Revista de Psicanálise*, Ano XV, n. 163.

CHABERT, C. et coll. (2006) *Actes et dépendances*. Paris : Dunod.

CORCOS, M. (2004) “Conduites de dépendance à l’adolescence”. *Revue Française de Psychanalyse*, Tome LXVIII. Paris: PUF.

COSTA, J. F. (2004) *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond.

COSTA PEREIRA, M. E. (1999) *Pânico e desamparo: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Escuta.

DA POIAN, C. (1998) “O desamparo e a questão dos ideais”. *Desamparo. Cadernos de Psicanálise*, ano 20, n. 12. Rio de Janeiro: Círculo Psicanalítico.

DEFONTAINE, J. (2002) “L’incestuel dans les familles”. *Revue Française de Psychanalyse*, Tome LXVI. Paris : PUF.

EIGUER, A. (2001) *La famille de l’adolescent: le retour des ancêtres*. Paris : Éditions In Press.

_____ (2007) “La transmission de la responsabilité”. *Adolescence – Revue semestrielle de psychanalyse, psychopathologie et sciences humaines*, tome 25, n. 4.

_____ (2008) “Une psychanalyse pour une famille en changement. In: AIN, J. (org.) *Familles, explosion ou évolution?*. Toulouse: Éditions érès.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC)
Relatório Mundial Sobre Drogas 2009.

FIGUEIRA, S. A. “O ‘moderno’ e o ‘arcaico’ na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social”. In: FIGUEIRA, S. A. (org.) *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

FIGUEIREDO, L. C. (2003) *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.

_____ (2004) “Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite”. In: CARDOSO, M. R. (org.) *Limites*. São Paulo: Escuta.

_____ (2006) “Saindo da adolescência”. In: CARDOSO, M. R. (org.) *Adolescentes*. São Paulo: Editora Escuta.

_____ (2009) “Intersubjetividade e mundo interno: O lugar do campo superegoico na teoria e na clínica”. In: FIGUEIREDO, L. C. *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta.

FLAVIGNY, C. (2007) “Récuser la dette pour se l’accaparer”. *Adolescence – Revue semestrielle de psychanalyse, psychopathologie et sciences humaines*, tome 25, n. 4.

FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

(1911) “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental”, v. XII.

(1914) “Sobre o narcisismo: uma introdução”, v. XIV.

(1915) “Os instintos e suas vicissitudes”, v. XIV.

(1919) “O estranho”, v. XVII.

(1921) “Psicologia de grupo e a análise do ego”, v. XVIII.

(1923) “O ego e o id”, v. XIX.

(1926) “Inibições, sintomas e ansiedade”, v. XX.

(1930) “O mal-estar na civilização”, v. XXI.

GARCIA, C. A. (2007) “Os estados limite e o trabalho do negativo: uma contribuição de Andre Green para a clínica contemporânea”. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. VII, n. 1.

GARCIA DE ARAÚJO, J. N. (2001) “Função paterna e constituição dos grupos sociais”. In: GARCIA DE ARAÚJO, J. N. & SOUKI, L. G. & PIMENTA DE FARIA, C. A. (orgs.) *Figura paterna e ordem social: tutela, autoridade e legitimidade nas sociedades contemporâneas*. Belo Horizonte: Autêntica / PUC Minas.

GIDDENS, A. (1993) *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

GREEN, A. (1983) “L’idéal: mesure et démesure”. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 27. Paris: Éditions Gallimard.

_____ (1988) *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Editora Escuta.

_____ (1990) *Conferências brasileiras de André Green: metapsicologia dos limites*. Rio de Janeiro: Imago Ed.

_____ (2003) *André Green e a Fundação Squiggle*. São Paulo: Roca.

GURFINKEL, D. (1993) “Introdução a uma abordagem psicanalítica da questão das drogas na adolescência”. In: RAPPAPORT, C. R. (org.) *Adolescência: abordagem psicanalítica*. São Paulo: EPU.

HAAG, C. (2007) “A pedra no meio do caminho: como o advento da adolescência ‘engoliu’ os adultos do planeta”. *Revista Pesquisa Fapesp*, edição 133. Disponível em <http://www.revistapesquisafapesp.br>. Acessado em agosto de 2009.

HEFEZ, S. (2008) “Au nom du père”. In: AIN, J. (org.) *Familles, explosion ou évolution?*. Toulouse: Éditions Érès.

HERZOG, R. & SALZTRAGER, R. (2003) “A formação de identidade na sociedade contemporânea”. In: PINHEIRO, T. (org.) *Psicanálise e formas de subjetivação contemporâneas*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

JEAMMET, P. (1999) “As condutas bulímicas como modalidade de acomodação das desregulações narcisistas e objetivos”. In: URRIBARRI, R. (org.) *Anorexia e bulimia*. São Paulo: Escuta.

_____ (2000) “Les conduites addictives: un pansement pour la psyché”. In: LE POULICHET, S. (org.) *Les Addictions*. Paris: PUF.

KAËS, R. (2001) “O sujeito da herança” (introdução). In: KAËS, R. & FAIMBERG, H. [et al] *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

LAGACHE, D. (1961) *La psychanalyse et la structure de la personnalité*. In: _____ *Œuvres IV*. Paris: PUF, 1982.

LAPLANCHE, J. (1970) *Vie et mort en Psychanalyse*. Paris : Flammarion.

_____ (1985) *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.

_____ (1992) *La révolution copernicienne inachevée*. Paris: Aubier.

_____ & PONTALIS, J. B. (1982/1998) *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

- LE POULICHET, S. (1991) “Se faire un corps étranger”. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 43. Paris: Éditions Gallimard.
- _____ (2000) “De la ‘substance psychique’ au paradigme de l’addiction”. In: LE POULICHET, S. (org.) *Les Addictions*. Paris: PUF.
- _____ (2006) *L’œuvre du temps en psychanalyse*. Paris : Éditions Payot & Rivages.
- _____ (2009) *Psychanalyse de l’informe: dépersonnalisations, addictions, traumatismes*. Paris : Flammarion.
- MAIA, M. S. (2004) *Extremos da alma: dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Editora Garamond / FAPERJ.
- MAYER, H. (1997) *Adicciones: un mal de la posmodernidad. Teoría, clínica, abordajes*. Buenos Aires: Ediciones Corregidor.
- _____ (2001) “Passagem ao ato, clínica psicanalítica e contemporaneidade”. In: CARDOSO, M. R. (org.) *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ.
- MCDUGALL, J. (2001) “L’économie psychique de l’addiction”. In: MARINOV, V. (org.) *Anorexie, addictions et fragilités narcissiques*. Paris: PUF.
- MELLOR-PICAUT, S. (1983) “Idéalisation et sublimation”. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 27. Paris: Éditions Gallimard.
- NOAILLE, P. (2001) “La toxicomanie comme état limite”. In: MARINOV, V. (org.) *Anorexie, addictions et fragilités narcissiques*. Paris: PUF.
- PALMADE, J. (2001) “Pós-modernidade e fragilidade identitária”. In: GARCIA DE ARAÚJO, J. N. & CARRETEIRO, T. C. (orgs.) *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec.
- PEDINELLI, J.L. & ROUAN, G. (2000) “Les logiques de l’addiction”. In: LE POULICHET, S. (org.) *Les addictions*. Paris: PUF.
- PESSOA, F. (1928) “Tabacaria”. In: GALHOZ, M. A. (Org.) *Fernando Pessoa: Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 362-366.
- PINHEIRO, T. (1995) *Ferenczi: do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ROCHA, A. P. R. & GARCIA, C. A. (2008) “A adolescência como ideal cultural contemporâneo”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 28, nº 3. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

ROCHA, Z. (2007) “Esperança não é esperar, é caminhar: reflexões filosóficas sobre a esperança e suas ressonâncias na teoria e clínica psicanalíticas”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, ano X, n. 2.

ROUCHY, J. C. (2001) “Identificação e grupos de pertencimento”. In: GARCIA DE ARAÚJO, J. N. & CARRETEIRO, T. C. (orgs.) *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec.

ROUDINESCO, E. (2003) *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

ROUSSILLON, R. (2006) “Pluralité de l’appropriation subjective”. In: RICHARD, F. & WAINRIB, S. (orgs.) *La Subjectivation*. Paris: Dunod.

RUIZ CORREA, O. B. (2000) *O legado familiar: a tecelagem grupal da transmissão psíquica*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

SAVIETTO, B. (2006) *Adolescência: ato e atualidade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Instituto de Psicologia. UFRJ.

_____ (2007) “Passagem ao ato e adolescência contemporânea: pais ‘desmapeados’, filhos desamparados”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. X, nº. 3, p. 438-453.

SEGALLA, A. (2008) “1968: O ano das transformações”. *Revista Época*, 07/01/2008.

VELHO, G. (1998) *Nobres & anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

_____ (2003a) *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____ (2003b) “Destino e violência”. In: VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____ (2004a) “Parentesco, individualismo e acusações”. In: VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____ (2004b) “Cultura de classe média: reflexões sobre a noção de projeto”. In: VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

VILLA, F. C. & CARDOSO, M. R. (2004) “A questão das fronteiras nos estados limites”. In: CARDOSO, M. R. (org.) *Limites*. São Paulo: Escuta.

WAINRIB, S. (2002) “Des familles qui vous collent à la peau”. *Revue Française de Psychanalyse*, Tome LXVI. Paris : PUF.

WINNICOTT, D.W. (1953) “Objetos transicionais e fenômenos transicionais”. In: *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)